

CLAUDIA MÁRCIA VIEIRA GUSMÃO

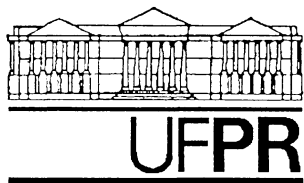
**PROCESSO GRUPAL**  
**A Interação entre Jovens em uma Prática Social**  
**no Âmbito da Saúde Mental**

Dissertação apresentada como pré-requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Psicologia da Infância e Adolescência, do Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, da Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Denise de Camargo

CURITIBA

2003



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

## PARECER

A Comissão Julgadora da Dissertação apresentada pela Mestranda **Cláudia Márcia Vieira Gusmão**, sob o Título "**Processo Grupai: A Interação em Jovens em uma Prática Social no âmbito da Saúde Mental**", após argüir a candidata e ouvir suas respostas e esclarecimentos, deliberou aprovada por unanimidade de votos, com nota 10 (dez) correspondente ao conceito A.

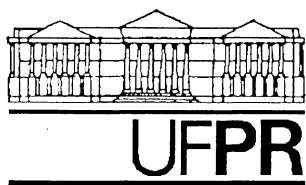
  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Denise Camargo

  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Divanir Eulália Neresi Munhoz

  
Prof. Dr. Paulo Duarte de Carvalho Amarante

Em face da aprovação, deliberou ainda, a Comissão Julgadora, na forma regimental, opinar pela concessão do título de **Mestre em Psicologia da Infância e da Adolescência** á candidata **Cláudia Márcia Vieira Gusmão**.

Curitiba, 21 de novembro de 2003.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

**Ata da Reunião da Comissão Julgadora da Dissertação apresentada pela, Mestranda, Cláudia Márcia Vieira Gusmão.** Aos vinte e um dias do mês de novembro de dois mil e três, às quinze horas, nesta Universidade, em sessão pública, reuniu-se a Comissão Julgadora da Dissertação apresentada pela Mestranda **Cláudia Márcia Vieira Gusmão**, sob o título: "**Processo Grupal: A Interação em Jovens em uma Prática Social no âmbito da Saúde Mental**". A Comissão constituída por **Profª Drª Denise Camargo** – Orientadora/Presidente – UFPR; – **Profª Drª Divanir Eulália Neréssi Munhoz** - Membro – UEPG e – **Prof. Dr. Paulo Duarte de Carvalho Amarante** - Membro – ENSP/FIOCRUZ, nos termos da decisão do Colegiado deste Programa. Abrindo a sessão, determinou a Senhora Presidente, o início do exame com a exposição sumária pela candidata, no prazo de trinta minutos, sobre o conteúdo de sua dissertação. Assim sendo, após a exposição oral da candidata, a mesma foi argüida sucessivamente pela Professora **Profª Drª Divanir Eulália Neréssi Munhoz** e pela **Prof. Dr. Paulo Duarte de Carvalho Amarante**. A candidata compromete-se a incorporar na Dissertação as sugestões dadas pela Banca. Em seguida, a Senhora Presidente suspendeu a sessão por vinte minutos, passando a Comissão julgadora, em sessão reservada, ao julgamento da Dissertação, atribuindo cada examinador a sua nota de zero a dez (equivalente de D a A). Reabrindo a sessão, foi pela Senhora Presidente anunciado o resultado do julgamento, declarando ter sido aprovada a dissertação, por unanimidade de votos, sendo-lhe atribuída à nota 10.0 dez correspondente ao conceito A. A seguir a sessão foi encerrada pela Senhora Presidente a qual agradeceu a presença de todos. Do que para constar, eu [assinatura] Marcelo Henrique Avila de Matos, Secretário, lavrei a presente Ata que segue assinada pelos docentes membros da Comissão Julgadora.

[assinatura]  
**Profª Drª Denise Camargo**

[assinatura]  
**Profª Drª Divanir Eulália Neréssi Munhoz**

[assinatura]  
**Prof. Dr. Paulo Duarte de Carvalho Amarante**

*Assim como falham as palavras quando  
querem exprimir qualquer pensamento, assim  
falham os pensamentos quando querem  
exprimir qualquer realidade.*

*(Fernando Pessoa)*

*Dedico este trabalho aos jovens  
participantes da pesquisa que generosamente  
me permitiram compartilhar momentos de  
crescimento, companheirismo, afeto e  
solidariedade.*

*Que os frutos deste trabalho sejam de  
práticas comprometidas com a Saúde Mental*

## AGRADECIMENTOS

*“Amigo é coisa pra se guardar do lado esquerdo do peito”.*

*Milton Nascimento*

Foi grande a caminhada, contudo não foi solitária. Muitos amigos trilharam comigo esta jornada e cada um foi o apoio necessário para que chegasse até este momento. Por isto mais que agradecer, quero expressar o meu profundo carinho e gratidão pelo acolhimento, compreensão e afeto dedicados.

Agradeço inicialmente aos meus pais, Claudiné e Geralda, pela minha presença neste mundo.

Aos meus irmãos e sobrinhos pela torcida sempre presente. Em especial ao meu companheiro Hélio, pelo seu amor e solidariedade nos momentos de franco desespero.

Aos amigos do mestrado, companheiros e cúmplices desta trajetória, especialmente Simone, Bia, Rose e Cleuse.

Aos amigos de várias caminhadas pela vida, como os do trabalho e os da Biodança.

Aos jovens participantes da pesquisa por me permitirem romper com minhas próprias barreiras e preconceitos e acreditar que é possível a construção de um mundo mais solidário.

Aos voluntários, profissionais e usuários da Associação Arnaldo Gilberti, que me mostraram que cuidar significa amar.

Aos professores e funcionários do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Infância e da Adolescência da Universidade Federal do Paraná, que contribuíram para as reflexões aqui apresentadas. Desejo destacar os professores doutores Luiz F. Bonin, Iara Bulgacov, Ana Maria Dyewicz e Maria de Fátima Q. Freitas.

Um agradecimento especial à professora Araci Asinelli, do Setor de Educação da UFPR, que colaborou com suas reflexões na fase da qualificação, estando sempre pronta a ajudar.

Ao Prof. Dr. Paulo Amarante, por ter aceitado acompanhar meu trabalho após a largada inicial. Suas contribuições foram de fundamental importância para pensar sobre a questão da Saúde Mental e principalmente sobre a necessidade de rompermos com nossas barreiras e preconceitos.

À Prof. Dra. Divanir E. N. Munhoz, que me acompanha desde a especialização, cujas contribuições são verdadeiros exemplos do seu compromisso com o social.

À revisora e amiga Ana Carolina, pelos cortes necessários que tornaram este trabalho mais rico.

À minha orientadora, Prof. Dra. Denise de Camargo, cujas supervisões eram verdadeiras terapias, pois sempre me nutriam de conhecimento e também de apoio e carinho. Sua forma de ser é um exemplo para mim profissional e pessoal.

Enfim, a todos, meu muito obrigado!

## SUMÁRIO

<b>LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS</b> .....	x
<b>RESUMO</b> .....	xi
<b>ABSTRACT</b> .....	xii
<b>INTRODUÇÃO</b> .....	01
<b>CAPÍTULO I - FUNDAMENTOS TEÓRICOS NORTEADORES DA PESQUISA</b> .....	10
1.1. CONTEXTUALIZANDO E CONCEITUANDO O TRABALHO.....	09
1.2 O QUE É UM GRUPO?.....	11
1.3 DE GRUPO A PROCESSO GRUPAL.....	15
1.4 CATEGORIAS FUNDAMENTAIS PARA A COMPREENSAO DO PROCESSO GRUPAL.....	18
1.4.1 A presença da Identidade no processo grupal.....	19
1.4.2 O Poder dentro do processo grupal.....	26
1.4.3 A Atividade e o processo grupal.....	29
1.4.4 A Atividade e o desenvolvimento da Afetividade.....	32
1.4.5 A Criatividade e a Imaginação no desenvolvimento da atividade.....	34
<b>CAPÍTULO II - CONSIDERAÇÕES SOBRE A REFORMA PSIQUIÁTRICA BRASILEIRA</b> .....	37
2.1 FATOS HISTÓRICOS MARCANTES NA TRAJETÓRIA DA REFORMA PSIQUIÁTRICA BRASILEIRA.....	37
2.1.1 Aspectos importantes das Conferências Nacionais.....	39
2.1.2 A reforma psiquiátrica brasileira e a construção de novas práticas no campo da saúde mental.....	43
2.2 CONTEXTO ONDE SE DESENVOLVEU A PESQUISA.....	45



<b>CAPÍTULO III - ESTRATÉGIAS METODOLÓGICAS</b> .....	49
3.1 A OPÇÃO PELA PESQUISA QUALITATIVA E OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE.....	49
3.2 OS MOMENTOS DA PESQUISA.....	52
3.3 DOS ENCONTROS E DAS ATIVIDADES REALIZADAS.....	55
3.4 CARACTERÍSTICAS DOS JOVENS QUE PARTICIPAM DA ASSOCIAÇÃO.....	56
3.5 CONSIDERAÇÕES SOBRE OS DADOS E A ANÁLISE.....	58
<b>CAPÍTULO IV - A ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS</b> .....	60
4.1 CONHECENDO OS JOVENS PARTICIPANTES.....	61
4.1.1 Relação com a sociedade .....	61
4.1.2 Interesses e expectativas .....	63
4.1.3 Valores mais considerados pelos jovens.....	68
4.2 MOVIMENTO DO PROCESSO GRUPAL.....	70
4.2.1 Demarcando três momentos significativos .....	70
4.3 RECRIAÇÃO DA HISTÓRIA DO PROCESSO GRUPAL: UM OLHAR HISTÓRICO DOS ENCONTROS DE JOVENS.....	72
4.3. 1 A Identidade no contexto do grupo.....	72
4.3.2 As relações de Poder no processo grupal.....	77
4.3.3 A Atividade como instrumento para construção do grupo .....	80
4.3.4 A Afetividade como determinante no processo grupal.....	83
4.4 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A ANÁLISE.....	108
<b>CAPÍTULO V - CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	110
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	116
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b> .....	119
<b>ANEXOS</b> .....	120
ANEXO I - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....	121
ANEXO II - LEGISLAÇÃO EM SAÚDE MENTAL.....	122

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

AAG	- ASSOCIAÇÃO ARNALDO GILBERTI
AIDS	- SÍNDROME DA IMUNO-DEFICIÊNCIA ADQUIRIDA
CAPS	- CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL
CPM	- CENTRO PSIQUIÁTRICO METROPOLITANO
MSTM	- MOVIMENTO DOS TRABALHADORES EM SAÚDE MENTAL
NAPS	- NÚCLEO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL
SES	- SECRETARIA ESTADUAL DE SAÚDE
SMS	- SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

## RESUMO

O presente trabalho é uma reflexão sobre processo grupal, tendo como referência empírica uma prática social realizada com jovens no âmbito da saúde mental. Considerando a complexidade das inúmeras teorias de grupo, busquei trabalhar com a concepção de grupo apontada na Psicologia Social, que tem uma perspectiva dialética de grupo humano, conforme os estudos de Ignácio Martín-Baró e Silvia Lane. Para estes autores, o grupo é um processo que deve ser compreendido numa perspectiva de movimento, em permanente transformação, permeado por contradições que refletem a sociedade onde os participantes estão inseridos. O processo grupal é um espaço intersubjetivo, que permite a expressão de singularidades, ao mesmo tempo em que contribui para a constituição da subjetividade dos sujeitos. Por ser uma atividade que se insere no âmbito da saúde mental, reflito sobre esta prática no contexto das transformações que vêm sendo realizadas no campo da reforma psiquiátrica. Com relação aos aspectos metodológicos, utilizo a pesquisa qualitativa e, como instrumento de coleta de dados, a observação participante com registro em diário de campo. Os dados foram analisados e agrupados em categorias. Dividi a análise em três momentos que considerei os mais significativos para demonstrar o desenvolvimento do processo grupal. Os resultados da pesquisa apontaram para a importância de se refletir sobre as práticas sociais realizadas em distintos contextos sociais, buscando adequá-las à realidade da população. Observei também a necessidade de espaços de interação social abertos ao diálogo e à construção de vínculos afetivos importantes para o fortalecimento da identidade destes jovens. Na área da saúde mental a interação com outros segmentos sociais se faz necessária quando se objetiva trabalhar a informação, o preconceito e a exclusão social.

Palavras Chaves: Processo grupal, jovens, prática social, saúde mental

## ABSTRACT

The present work is a reflection on the group process, having as an empirical reference a social practice developed with youngsters in the framework of mental health. Considering the complexity of the numerous group theories, I looked for working with the group concept as pointed by Social Psychology, which has a dialectic perspective of the human group, in accordance with the studies of Ignacio Martín-Baró and Silvia Lane. To these authors, the group is a process that has to be understood under a movement perspective, in permanent transformation, permeated with contradictions that reflect the society where the participants are inserted. The group process is an inter-subjective space, which permits the expression of singularities, contributing at the same time to the constitution of the participants' subjectivity. Being an activity that is inserted in the context of mental health, I reflect on that practice in the perspective of the transformations that are being accomplished in the field of the psychiatric reformation. Concerning the methodological aspects, I make use of the qualitative research and, as instrument, the participative observation and register in a field diary. The data were analyzed and grouped in categories. I divided the analysis in three different moments, which I considered the most significant to demonstrate the development of the group process. The research results point to the importance of reflecting about the social practices that are carried out in different social contexts, attempting to fit them to the population's reality. I also observed the need of having social interaction spaces opened to dialog and to the construction of affective links that are important to strengthen those youngsters identity. In the mental health area, the interaction with other social segments is necessary when there is the aim of working upon the information, the preconceptions and the social exclusion.

Keywords: Group process, youngsters, social practice, mental health.

## A Interação entre Jovens em uma Prática Social no Âmbito da Saúde Mental

“Como poderão as novas gerações aprender a viver juntas no mundo do amanhã?... Muitas respostas a estes desafios podem e devem vir dos próprios jovens, se lhes for dada a oportunidade de se manifestar. O potencial é considerável”.

JAVIER PERES CUÉLLAR, 2002

No final da década de 80 o campo da saúde pública passou por importantes transformações, caracterizadas por uma ruptura com o modelo essencialmente clínico e biologizante para uma concepção de saúde mais ampla que envolve outros processos sociais.

Essa mudança de paradigmas na saúde coletiva é vista por Ramos (2001) como:

“ um processo histórico e social, problematizando a organização das práticas, enfatizando a promoção de saúde a partir da reorganização da vida social e não apenas a partir dos serviços de saúde, articulando, portanto, estratégias mais amplas de construção da cidadania e de transformação da cultura da saúde (Ramos, 2001, p.15).

Outras transformações também ocorreram na mesma década no âmbito da saúde mental, configurando-se na Reforma Psiquiátrica Brasileira, que apontou para a construção do paradigma psicossocial e impulsionou o delineamento de diferentes práticas neste campo. Surgiram então novas experiências de intervenção para atendimento ao portador de sofrimento psíquico. Dentre estas, destaca-se a retomada de atividades grupais como possibilidades de trabalhar outras formas de atendimento em saúde mental.

Contudo, ainda hoje, muitas práticas grupais desenvolvidas no âmbito da saúde mental reproduzem o modelo de atendimento terapêutico tradicional que legitima a doença mental e fortalece a exclusão dos usuários desses serviços. Nestas práticas prevalecem uma dicotomia nas propostas de trabalho em *grupo*<sup>1</sup>, separando-as em atividades clínico-terapêuticas em algumas e em outras privilegiando-se as oficinas produtivas.

---

<sup>1</sup> Estou utilizando *grupo* (em itálico) para referir ao conceito clássico tradicional, distinguindo-o de uma concepção dialética de grupo que também é visto enquanto um processo grupal.

Por se fundamentar nos modelos tradicionais de grupo, essas propostas têm como princípio uma concepção de grupo como um sistema fechado, previamente constituído. Esta visão mascara as relações que surgem dentro da prática grupal, como as necessidades e interesses dos sujeitos, as tensões, os conflitos e as relações de poder. A postura idealista presente em algumas práticas grupais não permite a percepção de seu movimento em constante construção e transformação. Considero que práticas prontas, acabadas, não levam em consideração o movimento dos sujeitos que fazem parte do processo grupal.

Barros et al. (2001) propõem uma outra forma de pensar o trabalho em grupo, compreendendo-o como dispositivos que têm condições de habitar um outro regime de enunciação, no qual as atividades clínico-terapêuticas e as oficinas produtivas formem uma espaço indissociável de mútuo engendramento, onde a dimensão de cidadania e política estejam presentes.

As conseqüências do não rompimento com a perspectiva clássica se caracterizam por práticas que legitimam a exclusão social dos usuários dos serviços de saúde mental. Uma das possibilidades de ruptura com os modelos e paradigmas tradicionais, está na busca incessante por novos conhecimentos e reflexões constantes sobre a ação profissional.

Sendo assim, o presente trabalho teve como principal objetivo realizar uma reflexão sobre uma prática de grupo desenvolvida com jovens em uma instituição da área da saúde mental.

Esta reflexão foi orientada pelos estudos de grupo fundamentados na concepção histórico-cultural, que possibilitou a percepção do movimento e da historicidade do fenômeno estudado. Para isto, utilizei um aporte teórico dentro do materialismo histórico-dialético, que me permitiu ampliar o olhar sobre os jovens e o grupo. Fundamentei-me nas propostas de Martin-Baró (1993) e Silvia Lane (1984), que apontam para uma concepção dialética de homem e de grupo humano. Este referencial dialético possibilita uma compreensão da

constituição dos sujeitos em diferentes grupos sociais em toda a sua dimensão e potencialidade.

Pretendi, com este trabalho, observar uma prática grupal dentro de um referencial teórico que concebe o grupo como um sistema aberto, dinâmico, permeado por contradições e conflitos sociais em que os jovens que dele participam determinam e são determinados pelo processo onde estão inseridos. Ao refletir sobre uma prática social no âmbito da saúde mental, tive a pretensão de contribuir para a discussão e formulação de novas práticas coerentes com o novo paradigma apresentado pela Reforma psiquiátrica.

Sinalizo para a importância deste estudo, enfatizando que os jovens, assim como todas as pessoas, necessitam da convivência social. Em todos os momentos da vida as pessoas estão inseridas em grupos, seja no âmbito da família, da escola, do trabalho ou da comunidade e entram em contato com diferentes hábitos, valores, crenças e necessidades. O homem é construído enquanto homem por viver em uma sociedade com suas determinações histórico-culturais.

De acordo com as psicólogas sociais Lane e Freitas (1997, p.296), “a referência do indivíduo dentro de um sistema social dá-se mediatizada pela sua pertinência a um ou mais grupos, que têm importância fundamental na sua vida” .

Nos jovens, o convívio grupal permite o desenvolvimento de uma interação pela compreensão das diferenças e pela expressão das singularidades, além de outras determinações na construção da sua identidade.

Tendo em vista a diversidade entre as idades dos participantes, optei por utilizar a categoria *jovem*, sendo esta uma categoria sociológica de maior abrangência. Na literatura, encontrei uma definição que leva em consideração as características biológicas e os traços culturais que se constituem num processo demarcado pela preparação dos indivíduos para

assumirem o papel de adulto na sociedade, no plano familiar e profissional, principalmente pelo ingresso no mercado de trabalho.

Ao fazer uma revisão dos trabalhos voltados ao atendimento de jovens (Serrão e Baleeiro, 1999; Ministério da Saúde, 1999; Castro et al., 2001; Ramos, 2001), observei o aumento de propostas de práticas grupais, com ênfase nas atividades que levam em conta a construção de vínculos afetivos, a participação e a inclusão dos jovens na sociedade por meio de atividades lúdicas, culturais, recreativas e/ou ocupacionais. Os autores defendem também a viabilização de *espaços alternativos*, conforme preconiza Ramos (2001):

Impõe-se a necessidade de configuração de uma política para a juventude que seja organizada e avaliada intersetorialmente e implementada interdisciplinarmente, dado o caráter multidimensional da adolescência e da necessidade de suporte social a que remete. Para isso, o jovem precisa ser abordado a partir de seus espaços de convivência e inserção no meio social em que vive e na diversidade em que se apresenta, incluindo a família em seu eminente caráter de formação, a escola como um espaço de socialização e formação, os espaços de trabalho e preparação profissional, até mesmo a rua como espaço de moradia (Ramos, 2001, p.15).

Pesquisas promovidas pela UNESCO e citadas por Ramos et al. (2001) mostram a procura por espaços de sociabilidade e de manifestação de criatividade pelos jovens e revelam seus sentimentos de exclusão e de desencanto com os aparatos institucionais tradicionais pela discriminação e perda de referencial ético, entre outros.

Entre os trabalhos pesquisados, denoto a preocupação com a perspectiva de construção de um processo de consciência crítica em relação à própria condição social do jovem. É evidente o apelo em encontrar atividades que possibilitem a construção de um trabalho coletivo em que eles não somente façam parte do processo, como também ajudem a construí-lo.

Nos programas de atendimento aos jovens das classes populares<sup>2</sup>, de modo geral, são realizadas diferentes atividades grupais, buscando vinculá-los por meio do esporte, do lúdico,

---

<sup>2</sup> Classes populares são definidas como “aquelas que vivem uma condição de exploração e de dominação no capitalismo sob múltiplas formas, nos planos social, político e econômico” (Wanderlei, 1980). Entre elas destacamos os jovens filhos da classe trabalhadora em geral, incluindo também os desempregados e os subempregados, bem como alguns setores da pequena burguesia.



do trabalho, da criatividade pela arte, artesanato, música e dança. Essas atividades, de acordo com Castro et al. (2001), vêm possibilitando aos jovens o acesso a diferentes oportunidades que dificilmente teriam em função da sua situação sócio-econômica. Buscam também fortalecê-los numa postura crítica em relação à violência e às drogas, encorajando-os à participação e desenvolvendo a auto-estima dos mesmos.

Na literatura revisada, encontrei poucos trabalhos que versavam sobre propostas de práticas grupais voltadas aos jovens em saúde mental. Alguns apontavam para a discussão de mecanismos de prevenção e para questões de saúde em geral, tais como: AIDS, gravidez precoce e uso de drogas; enquanto outros abordavam questões relacionadas à deficiência física e aos transtornos mentais propriamente ditos. Algumas das propostas se restringiam a orientação para utilização de “técnicas de dinâmicas de grupo”, muitas vezes desarticuladas da realidade social ou sem uma perspectiva mais crítica desta realidade. Esta desarticulação, ao meu ver, impossibilita aos profissionais perceberem o *grupo* como integrante de uma realidade social e de se perceberem enquanto parte desta realidade.

Parto da concepção que as interações que se estabelecem no grupo estão inseridas em um contexto social maior e que as ações e representações dos jovens não podem ser entendidos como idiosincrasias pessoais, mas como resultado de práticas que se produziram historicamente na convivência social. Assim, não devem ser isolados de sua gênese, das regras e funcionamento das várias instituições onde as interações acontecem e dos valores e crenças presentes em relações sociais mantidas entre sujeitos em interação.

A prática do atendimento em saúde mental foi por muito tempo marcada por enfraquecimentos dos vínculos sociais, desqualificação social dos usuários, pela fragilidade e a dependência em decorrência da ruptura ou diminuição de interações sociais, trazendo como consequência a exclusão social. Compreendo que uma prática grupal que leve em conta a

constituição dos sujeitos possibilita sua inclusão no meio social, sendo necessária nesse novo contexto que se desenha na saúde mental.

Esta pesquisa foi desenvolvida com um grupo de jovens que estavam em atendimento em saúde mental e participavam de atividades semanais na Associação Arnaldo Gilberti (AAG). Esses jovens foram para lá encaminhados por profissionais da saúde, em sua maioria do Centro Psiquiátrico Metropolitano (CPM). Nesses encontros eram realizadas atividades de biodança, desenho/xilogravura, noções de informática e confecção de bijuterias, ministradas por profissionais voluntários. Participavam também outros jovens, parentes ou amigos, convidados pelos próprios participantes.

Uma das finalidades desta Associação é a de proporcionar espaços de aproximação entre os jovens, possibilitando uma convivência e uma interação entre eles mediados por diferentes atividades. Busca ser lugar de intercâmbio entre jovens de diferentes realidades sociais e situações de saúde, no qual as atividades realizadas permitem a aproximação entre os mesmos, a expressão de sua afetividade e principalmente a possibilidade da melhoria na autoestima, construção da cidadania e conseqüente redução de sua exclusão social.

Considerando esse contexto e também que as atividades em grupos vêm sendo cada vez mais utilizadas no trabalho social, busquei refletir se a prática desenvolvida na Associação se configurava num processo grupal conforme o marco teórico adotado. Para isto, analisei a interação entre jovens participantes dos encontros na AAG, enquanto indicadores deste processo, tendo como referência os pressupostos e categorias da Psicologia Social e os dados empíricos registrados durante o período de observação. Entre os indicadores do processo grupal, detive-me nos significados que os jovens têm desse espaço de convivência e das atividades que realizam. Portanto, foi o processo de interação entre jovens, ocorridos nos encontros e mediado pelas atividades realizadas, que se constituiu como interesse da pesquisadora.

Para orientar essa reflexão, encontrei na Psicologia Social, mais especificamente na abordagem histórico-cultural, as categorias fundamentais que nortearam a análise.

Este trabalho foi estruturado em três capítulos, estando assim organizado:

No Capítulo I apresento os principais conceitos teóricos que nortearam meu olhar sobre grupo e processo grupal. Tomo como referência alguns autores cujas produções apontam para uma concepção dialética sobre o ser humano e o processo grupal, com destaque para Ignacio Martín-Baró e Silvia Lane. Pela especificidade da prática analisada, que se insere no contexto da saúde mental, faço uma reflexão sobre as transformações que vêm ocorrendo neste âmbito, após a Reforma Psiquiátrica. Nesta fase, utilizo como referência, dados documentais da Associação, Leis e Portarias na questão da saúde, autores que abordam a Reforma Psiquiátrica e conceitos de saúde mental, especificamente Amarante. Estabeleço uma relação entre o trabalho realizado na Associação e as novas propostas em saúde mental.

Na seqüência, apresento também o contexto onde se insere a prática de trabalho, situando historicamente a Associação Arnaldo Gilberti – AAG, relatando o seu surgimento, seus objetivos, atividades realizadas e o trabalho com jovens.

No Capítulo II, apresento a metodologia do trabalho, teço considerações sobre a pesquisa qualitativa, com ênfase na observação participante, conforme indicada por Minayo. Demonstro os procedimentos utilizados para aproximação, investigação e análise da temática estudada. Descrevo alguns dados sobre os participantes da pesquisa (número de jovens, classe social, nível de escolaridade) e as atividades desenvolvidas, mostrando para o leitor alguns indicadores que facilitarão a compreensão para a análise que virá na seqüência.

O Capítulo III, da análise propriamente dita, é o momento em que, diante dos dados coletados, divido com o leitor parte desta experiência em acompanhar os encontros dos jovens. Face a exigência do “recorte” para análise (de um ano), não me foi possível apresentar em sua totalidade este universo que é a convivência com jovens. Apresento os participantes

dos encontros, situando-os em suas próprias falas, demonstrando quem são estes jovens, quais são seus interesses e valores expressados durante o processo grupal. Busco perceber essa interação num movimento histórico-dialético, observando a configuração de um processo grupal conforme assinalam alguns autores da Psicologia Social. Penso que a experiência no cotidiano desses encontros é muito mais rica do que foi possível transformar em dados para análise. Como se pode antever, o processo de pesquisa de campo se dá por meio de seguidas aproximações, de idas e vindas, que possibilitam questionamentos, reflexões, envolvimento emocional, crises e assim, descortinam sentidos.

Nas considerações finais, levanto alguns elementos para nossa reflexão como pesquisadores comprometidos com o processo de transformação da realidade social. Ao fazer uma reflexão sobre esses encontros, abordo também o universo dos jovens que são atendidos na Associação Arnaldo Gilberti. Faço conjecturas sobre a importância dessa prática grupal no bojo das novas propostas para a saúde mental. Procuro refletir como essas práticas podem contribuir para formulação de novos serviços assistenciais que têm como base o trabalho em grupos. Em síntese, ao analisar uma prática de trabalho com jovens dentro da perspectiva dialético-crítica, busco compreender como as atividades desenvolvidas na instituição se relacionam com uma proposta de transformação da relação de jovens com transtorno mental com a sociedade. Compreendo que devemos ampliar o debate em torno de propostas alternativas para a saúde mental em nosso país, começando por nossa cidade. Sendo assim, procuro refletir sobre uma prática social que vem sendo desenvolvida, apontando alguns questionamentos que poderão contribuir na sua reestruturação ou na construção de outras propostas em saúde mental para o trabalho com jovens.

## **CAPÍTULO I - FUNDAMENTOS TEÓRICOS NORTEADORES DA PESQUISA**

“Es por eso que trabajando, investigando sobre los múltiples grupos sociales, se van colocando sucesivas piedras para la construcción del vasto edificio, interminable pero necesario, para la visión más global posible de la realidad social y humana”

ESPADA Y GARCIA DE LA HOZ

### **1.1 Contextualizando e conceituando o trabalho realizado**

Ao considerar que o objetivo deste trabalho é estudar uma prática de trabalho grupal com jovens no âmbito da saúde mental procurei, num primeiro momento, realizar uma revisão conceitual sobre grupo humano a partir de autores da Psicologia Social, definindo o meu entendimento do que seja um processo grupal de acordo com as categorias principais de análise da abordagem histórico-cultural. Esta vertente trabalha com a concepção de grupo enquanto um processo que é constituído histórico e socialmente. Permite também uma compreensão dos jovens participantes enquanto sujeitos que se constituem no social, cuja realidade tanto pode contribuir na constituição de suas subjetividades quanto fragmentá-las. Por isso, é necessário refletir sobre diferentes aspectos que constituem a interação grupal e que são fundamentais na constituição do psiquismo humano.

Num segundo momento, traço um panorama mais geral sobre a Reforma Psiquiátrica, abordando historicamente as principais mudanças ocorridas, seus princípios norteadores, as novas concepções de atendimento em saúde mental e as medidas normativas que possibilitaram a construção das novas práticas de trabalho em saúde mental. Finalmente, num terceiro momento, busquei contextualizar o trabalho realizado na AAG, situando a instituição e o trabalho nela desenvolvido dentro das novas propostas no âmbito da saúde mental!

## 1.2 O que é um grupo?

No cotidiano estão presentes uma grande variedade de formas de interação que, em geral, denominamos grupo. Observamos também a existência de diferentes conceitos para este mesmo termo que variam conforme o enfoque teórico adotado. Contudo, algumas destas definições, ou são muito genéricas e vagas ou são muito específicas, de modo a referenciar apenas algumas práticas sociais. Grupo é, portanto, um conceito abstrato, usado para definir realidades muito diferentes, desde membros de uma família até os membros de distintas corporações e entidades de classe.

Para Martín-Baró<sup>3</sup> (1993):

A utilização indiscriminada do termo grupo para realidades tão distintas pode servir de filtro ideológico que assimila unilateral ou distorcidamente a diversidade da natureza e sentido dos grupos que existem em cada circunstancia histórica e que tem um significado social real (p.190).

Por isso, é necessário buscar uma definição mais adequada, se pretendemos compreender e explicitar o grupo como algo que expresse um caráter próprio dos fenômenos sociais.

No dicionário, a palavra grupo apresenta as seguintes definições: “conjunto de vários seres; reunião de coisas que formam um todo; forma básica de associação social que tem uma entidade e vida própria e se considera como um todo, com suas tradições morais e materiais e também pequena associação ou reunião de pessoas ligadas a um fim comum” (Ferreira, 1995, p.331). O termo advém do vocábulo italiano “groppo” e foi originalmente usado para definir um conjunto de pessoas que eram retratadas artisticamente numa obra de pintura ou escultura, formando uma determinada temática. Posteriormente, este termo passou a ser utilizado para

---

<sup>3</sup> Ignacio Martín-Baró, Doutor em Psicologia Social, foi membro docente e vice-reitor da Universidad Centroamericana, em San Salvador. Marxista, militava em favor das causas populares da população salvadorenha e publicou diversos artigos onde fazia duras críticas ao sistema político-econômico vigente no país. É autor de onze livros, sendo, *Acción e Ideología - Psicología desde Centroamerica I* (1983) e *Sistema. Grupo y Poder- Psicología desde Centroamerica II*(1989), seus mais conhecidos trabalhos. Foi assassinado em 1989, no auge da ditadura militar salvadorenha.

significar *reunião de pessoas*, sendo a base para fundamentar distintas concepções acerca de grupo.

O estudo sobre grupos foi desenvolvido por várias áreas de conhecimento humano, principalmente pela Sociologia e pela Psicologia. Delas, pode-se identificar duas posições teóricas que têm fundamentado o estudo e a estruturação dos principais modelos que observamos nas práticas grupais. Porém, em cada uma destas teorias, permanecem grandes divergências entre os autores acerca de uma definição sobre grupos, que estão relacionadas principalmente às concepções de homem e de mundo adotadas para explicação dos fenômenos sociais.

O primeiro modelo de intervenção grupal mais utilizado nos trabalhos sociais tem seus pressupostos calcados numa compreensão de grupo enquanto estrutura fechada, coesa, previamente estruturada, passando uma idéia de linearidade e fundamentada na concepção clássica de grupo. A concepção clássica está fundamentada em três modelos utilizados nos primeiros trabalhos sobre grupo, conforme apontam Espada e Garcia de la Hoz (1994): o modelo médico Pratt, 1905, o empírico Allport, 1924 e o psicanalítico, Freud, 1920. Desses três modelos, de acordo com Espada e Garcia de la Hoz (1994), surgiram os primeiros trabalhos com grupos, entre eles: o grupo terapêutico de Bion, o psicodrama de Moreno, o grupo-análise de Foulkes, o aparato psíquico grupal de Käs e a concepção operativa de Pichón Riviére.

Outra posição teórica que orienta a prática com grupos se fundamenta numa proposta crítico-dialética. Irei trabalhar com esse modelo conforme é apontado por Lane (1984) e Martín-Baró (1993).

Lane (1984) ao fazer uma revisão dos estudos sobre pequenos grupos na Psicologia Social, considera que o grupo é:

Condição necessária para conhecer as determinações sociais que agem sobre o indivíduo, bem como a sua ação como sujeito histórico, partindo do pressuposto que toda ação transformadora da sociedade só pode ocorrer quando os indivíduos se agrupam (p.78).

Contudo, conforme a autora, não podemos compreender a relação sujeito-grupo como duas coisas separadas, uma vez que o grupo somente existe na relação com os sujeitos que o constituem. Por outro lado, o grupo é necessário para a constituição da subjetividade destes sujeitos.

Martin-Baró (1993) conceitua grupo a partir de uma revisão crítica das duas teorias que mais influenciaram os modelos atuais: a teoria psicanalítica, de Sigmund Freud, e a teoria de campo, de Kurt Lewin.

Conforme Martín-Baró (1993), Freud partiu dos argumentos de Le Bon sobre a conduta das massas e terminou por refletir sobre a configuração do eu individual, expressa em sua obra *Psicologia das massas e análise do eu*. Martín-Baró (1993) explicita que:

[A] teoria psicanalítica sustenta que um grupo surge pela identificação de um indivíduo com outro, o chefe, que incorporam/introjetam como ideal de seu eu. Com base nesta identificação primária comum, os membros de um grupo podem identificar-se entre si, frente a uma mesma imagem paterna, todos são iguais, irmãos. **O modelo de grupo da teoria freudiana reflete o esquema simplificador da família patriarcal; com base e centro há um pater-famílias, ao redor do qual giram os filhos e os membros do grupo, configurando uma estrutura radial fortemente hierárquica. Há grupo por que há identidade de todos os membros ao objeto introjetado, o chefe. Os vínculos grupais são de ordem afetiva, libidinosa, que são ambivalentes** (p.199-200).  
[grifos meus]

Martín-Baró (1993), ao tratar da teoria de Kurt Lewin, aponta que este, assim como Freud, compreende o grupo como uma extensão de sua concepção acerca da conduta individual. Lewin desenvolveu o conceito de ‘espaço vital’ que constituiria um campo de forças em que se move, em cada momento, um determinado indivíduo. De acordo com Martín-Baró, “o comportamento de uma pessoa seria, em cada caso, função de uma particular situação das forças de seu campo vital” (1993, p.201).

E ainda que

O sistema conceitual desenvolvido por Lewin para analisar a conduta individual também serviu para analisar conduta do grupo. Por um lado, os grupos podiam ser concebidos como regiões do espaço vital dos indivíduos. Por outro lado, os mesmos grupos podiam ser concebidos como campos de forças, espaços vitais, com os quais representam sua estrutura e sua dinâmica internas. A conduta do grupo seria, então, a resultante do particular sistema de tensão entre os membros de um grupo em um momento determinado. Porém, assim como a conduta individual constitui sempre uma função do estado de forças em um espaço vital, a conduta grupal seria a resultante não da ação de um e de outros indivíduos que compõem o grupo, senão de um sistema de relações entre os



membros do grupo. Assim a compreensão de que é o grupo e de como atua, deveríamos buscar no sistema de relações, na interdependência dos membros do grupo do que nas características de cada um de seus membros em particular. (Martín-Baró, 1993, p.202)

Lane (1984) também parte da crítica à teoria de Lewin para fundamentar sua concepção de grupo humano. A autora observou que alguns dos conceitos que marcaram profundamente muitas concepções grupais - tais como coesão, liderança e pressão de grupo - surgiram da teoria de Lewin. Porém, Lane critica e alerta para os riscos que esta concepção traz para o trabalho grupal:

Pudemos observar que os estudos sobre os pequenos grupos nesta abordagem têm implícitos valores que visam reproduzir os de individualismo, de harmonia e de manutenção. A função do grupo é definir papéis e, conseqüentemente, a identidade social dos indivíduos; é garantir a sua produtividade social. O grupo coeso, estruturado, é o grupo ideal, acabado, como se os indivíduos envolvidos estacionassem e os processos de interação pudessem se tornar circulares. (1984, p.79)

Martín-Baró (1993) assinala que embora os modelos de Freud e Lewin partam de teorias e pontos de vistas diferentes, concentram suas análises em torno de pequenos grupos (família, grupos experimentais, de trabalho) e, por isso, seus aportes básicos giram em torno das necessidades, motivações e interesses dos membros de grupo, não estabelecendo relação com a totalidade social onde esse grupo está inserido. Contudo, o autor vai destacar que ambas as teorias avançam nos sentido de atribuir um caráter dinâmico aos grupos humanos e na compreensão de que o grupo é muito mais do que uma superposição de indivíduos. Assim aponta três problemas existentes nas teorias de Freud e Lewin: 1- a parcialidade paradigmática, 2- o individualismo e 3- o a-historicismo. A parcialidade paradigmática é vista pelo autor da seguinte forma:

Esta perspectiva tem embasado negativamente a análise psicossocial, ao perder-se de vista importantes processos e características que só aparecem nos grupos grandes, tem se assim o perigo reducionista ao assumir que os macro-grupos não são mais que a reprodução em maior escala dos grupos pequenos (Martín-Baró, 1993, p.204)

No tocante ao individualismo, Martín-Baró vai apontar que:

O centro de interesse segue sendo o indivíduo, sobretudo no caso da psicanálise (...) As relações e dependências de fato examinadas seguem sendo na maioria das vezes interindividuais ou interpessoais, fato quiçá inevitável quando o que se está examinando são grupos em geral muito pequenos (ibid.,p.204)

A crítica ao a-historicismo é dirigida mais a teoria de Kurt Lewin, onde segundo Martín-Baró (1993):

Lewin reduz o 'espaço vital' (dos indivíduos e dos grupos) a aqueles elementos aqui e agora que influem em um determinado comportamento (...) essa redução retira dos indivíduos a sua história, quer dizer, de todos aqueles fatores e processos necessários para dar razão do ser, sobre os elementos presentes no espaço vital (p.204). (...) ao reduzir os fatores grupais ao seu 'aqui e agora' se priva da análise psicossocial de seu referente básico que não está na materialidade das ações em si, senão em sua inserção em processos e interesses sociais mais amplos. Ao privar conceitualmente de seu caráter histórico os processos grupais, se fecha de antemão a possibilidade de uma análise psicossocial, quer dizer, a um exame do ideológico das ações do grupo (p.205). (...) aos grupos sem sentido de laboratório, próprios da 'dinâmica de grupos' haveria de se opor os grupos sociais, aqueles que como a família, o sindicato, os amigos, o partido político, ocorrem na vida real, têm uma história e afetam significativamente as pessoas.(ibid., p.205).

Com base na crítica a esses modelos teóricos, Martín-Baró (1993) define grupo como “uma estrutura de vínculos e relações entre pessoas que canalizam em cada circunstância suas necessidades individuais e os interesses coletivos” (ibid.,p.206). Para ele, o grupo é uma estrutura social que é compreendida como uma realidade total, um conjunto que não pode ser reduzido a soma de seus constitutivos. Segundo o autor:

A totalidade do grupo supõe vínculos entre os indivíduos, uma relação de interdependência que se estabelece no caráter da estrutura fazendo das pessoas membros. Fala-se de uma estrutura social primeiro porque, como se tem indicado, a condição essencial para a existência de um grupo é a participação de vários indivíduos; porém o caráter social da estrutura grupal reside precisamente no que surge como produto da referência mútua e necessária de seus membros e/ou de suas ações. Ibid., p.206)

Quando Martín-Baró (1993) aborda a existência no grupo de um canal de interesses, quer ressaltar a concreticidade e a historicidade do grupo. Para ele, “há grupos porque, independente de suas formas concretas, o agrupar-se é condição essencial para satisfazer as necessidades do homem”. (ibid.,p.207). Cada grupo constitui assim uma configuração histórica de algum aspecto das exigências sociais ou potencialidades humanas.

Por fim, quando Martín-Baró (1993) aborda que o grupo canaliza tanto as necessidades pessoais quanto os interesses coletivos, quer ressaltar as contradições presentes na constituição dos diferentes grupos. Para o autor:

Alguns grupos são primordialmente o resultado das necessidades peculiares dos indivíduos que os compõem; porém há também grupos que são a expressão e materialização dos interesses coletivos, sejam os interesses conflitivos de uns povos contra outros ou de umas classes sociais frente a outras (...) mesmo os grupos que se formam como resposta às necessidades dos indivíduos constituem, no fundo, a materialização diversificada de interesses sociais, assim como os grupos que respondem a interesses coletivos também materializam e canalizam interesses pessoais (...) o grupo tem sempre uma dimensão da realidade referida a seus membros e uma dimensão mais estrutural, referida a sociedade que se produz. Ambas as dimensões, a pessoal e a estrutural, estão intrinsecamente ligadas entre si. (ibid., p.207)

Sendo assim, é possível afirmar que a estrutura do grupo, com o que é apontado por Martín-Baró (1993), vai se definindo dentro de um processo numa determinada conjuntura social, presente numa realidade concreta, permeada por contradições e que sub-existe de acordo com sua determinação histórica, entre os diversos interesses dos individuais e coletivos que são reflexos de uma sociedade mais ampla. Os vínculos e relações são construídos muitas vezes em função de distintos interesses, uma vez que no processo grupal se estabelecem o confronto de singularidades que ali se expressam. Não é necessário existir uma homogeneidade entre os participantes e sim a possibilidade de compartilharem algo significativo para cada um. Pessoas diferentes que não pensam da mesma maneira, podem produzir juntas um processo grupal.

### **1.3 De Grupo a Processo Grupal**

A idéia de grupo enquanto processo grupal, conforme já referida anteriormente, é fundamentada nas concepções de Martín-Baró (1993) e Lane (1984). Estes autores compreendem que o grupo se estrutura em função de uma relação dialética com a realidade, onde estão presentes as contradições sociais e diferentes interesses, muitas vezes antagônicos, mas que refletem a sociedade onde o grupo está inserido.

Lane (1984), enfatiza a necessidade de uma revisão crítica das teorias e modelos de grupo humano e propõe duas premissas básicas para compreensão e definição de grupo: a primeira é que o significado da existência e da ação grupal só pode ser encontrado dentro de

uma perspectiva histórica que considere a sua inserção na sociedade, com suas determinações econômicas, institucionais e ideológicas; em segundo lugar, o próprio grupo só poderá ser conhecido enquanto um processo histórico, e "neste sentido talvez fosse mais correto falarmos em processo grupal, em vez de grupo". (p.81).

A perspectiva dialética e histórica nos possibilita compreender o grupo, dentro de um movimento onde estão presentes uma multiplicidade de condicionantes, reflexos da dinâmica social mais ampla. O grupo é um processo mediador entre os sujeitos e a realidade social pela atividade que estes desenvolvem. É um processo psicossocial, cujo fenômeno exige que se tenha uma perspectiva mais ampla e dialética da realidade.

Lane (1984) ressalta que o grupo não se define apenas pelo fato de existirem pessoas reunidas. Há exemplos de situações em que as pessoas se reúnem em determinadas instituições para desenvolverem atividades (manuais, artesanais), mas não são considerados grupos. "Fisicamente as pessoas estão agrupadas; elas se relacionam conversando assuntos os mais diversificados, porém o fato de cada uma ter seu trabalho [individual] faz com que as relações entre elas não se alterem por mais tempo que permaneçam juntas" (p.97). Para a autora, são necessárias outras condições para identificarmos e definirmos um processo grupal. É possível afirmar então, que não é qualquer unidade de uma pluralidade que é considerada grupo, senão aquele tipo de unidade que se dá quando indivíduos interatuam entre si e dividem esquemas e normas pré-estabelecidos, ou constituída na história do processo de relação interpessoal.

Martin-Baró, em sua obra *Sistema, Grupo y Poder* (1993, p.205-207), defende que uma teoria psicossocial, que pretenda analisar um processo grupal deve levar em conta alguns pressupostos essenciais da teoria dialética, e, para isto, estabelece três premissas básicas para a compreensão de grupos humanos. A primeira condição é levar em conta a realidade social do grupo e não reduzi-lo a meras características pessoais e individuais dos

seus membros, devendo, contudo, ser capaz de integrar os aspectos pessoais, as peculiaridades e as particularidades próprias do grupo e seus membros. A segunda premissa é buscar compreender tanto a formação dos grupos pequenos quanto dos grandes, definindo os parâmetros essenciais sobre a realidade do grupo que permitam estabelecer tipologias que diferenciem uns grupos de outros, mas sem deixar de lado os grupos mais significativos da vida humana. A terceira premissa enfatiza o caráter histórico dos grupos humanos, procurando sempre remeter o grupo à sua circunstância concreta e seu processo social, contudo, não considerar que grupos semelhantes têm o mesmo sentido e que constituem realidades idênticas e considerar que grupos diferentes podem representar fenômenos equivalentes em contextos e situações históricas distintas.

Estamos a todo o momento inseridos em contextos grupais e a nossa inserção pode se dar de uma forma consciente ou não. Em geral, a nossa participação acontece de forma rotineira, sem nos darmos conta. Por outro lado, temos mais claro a percepção de participação num determinado grupo quando ela se dá por uma opção pessoal.

Heller (2000), ao tratar do homem na vida cotidiana, compreende o grupo enquanto um espaço onde nascem as experiências de transformação individual e social. Para a autora, nossa vida cotidiana é heterogênea, contendo vários aspectos relacionados à vida privada - como o trabalho e o lazer - que são adquiridos e sistematizados socialmente. O desenvolvimento dessas habilidades ocorre através de diferentes grupos.

A vida cotidiana é a vida de todo homem. Todos a vivem, sem nenhuma exceção, qualquer que seja seu posto na divisão intelectual e físico. Ninguém consegue identificar-se com sua atividade humano-genérica a ponto de poder desligar-se inteiramente da cotidianidade (...) A vida cotidiana é em grande medida heterogênea, e isso sob vários aspectos, sobretudo no que se refere ao conteúdo e a significação ou importância de nossos tipos de atividade (...) no que se refere a assimilação imediata das formas de intercâmbio ou comunicação social. Essa assimilação, esse 'amadurecimento' para a cotidianidade, começa sempre por 'grupos' - em nossos dias de modo geral na família, na escola, em pequenas comunidades (...) o homem aprende no grupo os elementos da cotidianidade ( por exemplo, que deve levantar e agir por sua conta, ou o modo de cumprimentar, ou ainda como comportar-se em determinadas situações, etc.). (p.17-19).

Denotamos, no meio social, a existência de diversos grupos constituídos e estruturados para fins específicos, como forma de organização da sociedade para atender às contradições do seu sistema social. Muitos desses grupos são estruturados e organizados pelos próprios participantes, às vezes com apoio de profissionais e voluntários, entre eles os Alcoólicos Anônimos, Narcóticos Anônimos, sindicatos, associações e movimentos ligados à igreja ou às comunidades.

Martin-Baró (1993) afirma que muitos grupos sociais são formados forçosamente, de maneira intencional ou como consequência indireta de processos discriminatórios. O que ressalta, nesses grupos, é a prevalência de um tipo de pessoa socialmente estigmatizada, como ocorre em alguns grupos institucionais de deficientes físicos, de negros, de mulheres, entre outros.

#### **1.4 Categorias fundamentais para compreensão do processo grupal**

Ao trabalhar com a concepção de processo grupal, Martin-Baró (1993), enfatiza a necessidade de compreendermos os fenômenos presentes no interior dos grupos. O autor aponta a existência de três fenômenos importantes para compreensão do processo, que são: a *identidade* constituída ao longo do desenvolvimento do grupo, as relações de *poder* estabelecidas e o significado social que está relacionado à *atividade*, ou seja aquilo que “vincula” os sujeitos num contexto historicamente concreto. Considerarei também importante, definir conceitualmente outras categorias presentes no processo grupal que surgiram durante o período de observação e na construção e análise dos dados empíricos, como a afetividade, a imaginação e a criatividade.

#### 1.4.1 A presença da Identidade no processo grupal

A identidade, dentro da perspectiva histórico-cultural, não pode ser compreendida como um fenômeno estático; é um fenômeno em movimento, construído num contexto social concreto. Vai se configurando pelas condições objetivas determinadas socialmente e pelas condições subjetivas relacionadas ao modo como o homem apreende e interpreta o mundo.

Jacques (1998) define identidade como um fenômeno produzido dentro do contexto histórico-social, onde surgem as possibilidades e impossibilidades, os modos e as alternativas da formação da identidade humana. De acordo com a autora, a “identidade se configura, ao mesmo tempo como determinante, pois os indivíduos têm um papel ativo quer na construção desse contexto a partir de sua inserção, quer na sua apropriação” (p.203).

A autora introduz o termo *identidade pessoal* referindo-se a atributos específicos do sujeito, que embora construídos no social, tornam o sujeito único/singular, diferenciando-os dos demais. É a ‘identidade social’ que assinala a pertença do sujeito em determinados grupos ou categorias como, por exemplo, quando nos referimos a uma identidade religiosa, profissional, étnica, entre outras.

Ciampa, em seus estudos sobre a identidade, argumenta que “não é possível dissociar o estudo da identidade do indivíduo do da sociedade. As possibilidades de diferentes configurações de identidade estão relacionadas com as diferentes configurações da ordem social” (1984, p.72). Para o autor, a identidade vai sendo construída ao longo da história do sujeito, repassando claramente a influência do social neste desenvolvimento. Demonstra que “cada indivíduo encarna as relações sociais, configurando uma identidade pessoal. Uma história de vida. Um projeto de vida. Uma vida-que-nem-sempre-é-vivida, no emaranhado das relações sociais” (2001, p.127). Na relação com a sociedade, afirma que, “no seu conjunto, as identidades constituem a sociedade, ao mesmo tempo em que são constituídas, cada uma por ela” (ibid., p.127).

Observa-se assim que, mesmo em seu aspecto pessoal, a identidade não pode ser compreendida desvinculada da realidade social. Essa identidade, assim como a realidade, está em constante transformação, num processo dinâmico e dialético, possibilitando o que Ciampa (2001) denomina de metamorfose. Para o autor, “o desenvolvimento da identidade de alguém é determinado pelas condições históricas, sociais, materiais dadas, aí incluídas condições do próprio indivíduo” (p.198).

O grupo, para Martin-Baró (1993), constrói sua identidade na interação com outros grupos sociais, devendo-se considerar, nesse processo, as determinações históricas e culturais.

Segundo o autor:

A realidade do grupo não significa que todos os membros possuam necessariamente um mesmo traço, pois se assim fora, estaríamos de novo incorrendo naquela visão que postula um elemento comum a todos os indivíduos para que formem um grupo. O que a unidade grupal requer é que exista uma totalidade, uma unidade de conjunto, e que esta totalidade tenha uma particularidade que permita diferenciá-la de outras totalidades. (p.208).

É importante assinalar que, na perspectiva histórico-social, a identidade de um grupo não é uma soma das identidades pessoais; também não se constitui como uma homogeneidade, uma vez que, mesmo se vinculando por alguma razão ao grupo, cada um de seus membros possui a sua singularidade. A identidade do grupo está mais relacionada com aquilo que o grupo produz objetivamente, com a sua história, do que com o nome que porventura lhe tenha sido colocado. Sinalizamos para o fato de que identidade vai sendo construída conforme vai se desenvolvendo um sentimento de pertencer a determinado grupo.

Martin-Baró (1993) ressalta que “o grupo surge na dialética intergrupar que se produz historicamente em cada sociedade” (p.211). Sendo assim, uma família vai adquirindo sua identidade frente às famílias já formadas de onde surgiram (pais, parentes e amigos), assim como os grupos comunitários, de trabalho ou religiosos, vão se constituindo conforme o âmbito em que se inserem.



Martín-Baró (1993) assinala três aspectos necessários à constituição da identidade de um grupo. A primeira, apontada como formalização organizativa, está relacionada à criação de normas e regras que orientam a prática cotidiana dos grupos na realização das atividades e nas relações que se estabelecem dentro e fora do grupo. Estas normas e regras dão referência aos sujeitos de estarem participando ou sendo excluídos do processo grupal. A formalização organizativa é o que estrutura o grupo internamente, dando-lhe uma dimensão histórica de sua existência em relação aos outros grupos sociais. Para o autor:

O grupo se concretiza, antes de tudo, pela determinação das condições para pertencer a ele. As normas de pertencimento podem ser formais ou informais, rígidas ou flexíveis, estáveis ou passageiras, porém sempre haverá alguns critérios que determinem em cada momento quem pode fazer parte do grupo e quem não. (p.210)

O segundo aspecto apontado por Martín-Baró (1993) para a constituição da identidade grupal, dá-se nas relações com outros grupos, o que possibilita que se configure e se mantenha a identidade de um grupo. Ressalta ainda que:

A realidade que um grupo define frente aos grupos com os quais se relaciona, tanto se os vínculos que estabelece são positivos como se são negativos, tanto se colabora como se compete com eles, tanto se as relações são formais como se são informais, tanto se se pretende dominá-los quanto se se resiste ou aceita submetê-los a eles. O grupo surge na dialética intergrupal que se produz historicamente em cada sociedade.(p.311-212).

É importante destacar que, na concepção Martín-Baró (1993), um aspecto definidor da identidade grupal está na sua relação com as exigências, necessidades e interesses do grupo, em uma determinada classe social. Todo grupo canaliza interesses sociais específicos que são expressos em uma determinada situação concreta e circunstâncias históricas. O autor afirma que “a identidade de um determinado grupo será tanto mais clara e seu enraizamento histórico tanto mais profundo, quanto mais vinculado se encontrar aos interesses de uma determinada classe social” (p.212).

A identidade de um grupo se objetiva na relação com outros grupos sociais. Martín-Baró (1993) argumenta que a identidade objetiva dos grupos surge de sua conexão com

alguns interesses sociais, pessoais e coletivos. Para o autor, é “possível que existam grupos com identidade contraditória, quer dizer, grupos formados por membros de uma classe social que canalizam contra si próprios os interesses das classes opostas” (p.212).

O terceiro aspecto apontado por Martín-Baró (1993) como necessário à identidade grupal é a consciência. Contudo, pertencer a um grupo e ter consciência de pertencer a este grupo são duas coisas diferentes. Pertencer a um grupo é um fato objetivo, definido por uma série de critérios relacionados com as características do grupo, seus objetivos, sua composição. Possuir consciência de pertencer ao um grupo significa ter uma posição crítica em relação ao grupo, tê-lo como referência para a vida do sujeito e para sua identidade.

Martín-Baró (1993) aborda esta distinção do seguinte modo:

Em um caso se trata de um fato objetivo, verificável a partir de uma série de critérios, enquanto que em outro caso se trata de um saber subjetivo. Esta distinção é crucial no que diz respeito ao pertencimento de alguém a uma determinada classe social, fato objetivo que não induz necessariamente a consciência desse pertencimento. Pertencer a um país, a uma raça, a uma família, a uma classe social, não é algo que em princípio, esteja no arbítrio da consciência, no conhecimento e inclusive na vontade de cada indivíduo, é algo determinado objetivamente, ainda que disto não se tenha nem se queira ter conhecimento. (p.213)

Essa consciência, segundo o autor, pode se dar de maneira objetiva ou subjetiva. Ter o grupo como referência pode significar de várias maneiras um pertencimento subjetivo. Em alguns casos os sujeitos se servem do grupo para conseguir uma identidade socialmente conveniente ou para conseguir determinados objetivos, como para ter prestígio social, *status* ou outra conveniência. Em outras situações, os sujeitos se regulam mediante orientações, normas e valores repassadas no grupo. Nas situações citadas, os sujeitos têm algum conhecimento sobre a identidade do grupo e buscam integrar-se para fazer parte dele. Porém, há situações em que os sujeitos sabem que pertencem a determinado grupo e que são determinados por ele; contudo, mesmo utilizando-se do grupo, mantêm um certo distanciamento, pois desejariam tornarem-se independentes e se esforçam para ter uma identidade que os desvincule desse grupo.

John Turner (1984), citado por Martín-Baró (1993), considera que é o pertencimento subjetivo que determina a existência de um *grupo psicológico*, entendido como um conjunto de indivíduos que sentem e atuam como grupo e aceitam de alguma maneira essa situação. Para Turner, a identidade e a conduta, enquanto grupais, surgem como efeito da categorização grupal sobre a definição e percepção de cada pessoa. Assim, um grupo psicológico pode ser definido como "um conjunto de pessoas que compartilham a mesma identificação social ou definem a si mesmas com a mesma categoria social de seus membros" (Martín-Baró, 1993, p.214).

Martín-Baró (1993) faz uma distinção entre os conceitos de consciência e de identificação. Para o autor, a identificação com um determinado grupo está relacionada a referência e aceitação entre os sujeitos constituintes do grupo. Essa referência pode ser positiva ou negativa. Já a consciência está relacionada a compreensão que os sujeitos têm do grupo e por que estão inserido nele, o que os mantém juntos, e principalmente sua relação com outros grupos sociais. Ressalta o autor, que freqüentemente os sujeitos participam de determinados grupos, sem saber que estão inseridos nele e do que representa este grupo na sociedade. Para Martín-Baró "...um maior ou menor grau de consciência e identificação pode levar a um maior ou menor comprometimento dos indivíduos com os grupos. Consciência e identificação constituem fatores complexos, porém extremamente importantes para a identidade grupal" (p.214).

Sendo assim, o autor reitera que a identidade é um dos elementos principais para se compreender um processo grupal. Essa identidade tem relação com uma estrutura do grupo, denominada formalização organizativa, com a interação entre os seus membros e com outros grupos e com a consciência que os sujeitos vão tendo do processo. Para Martín-Baró (1993):

A identidade grupal é uma realidade que tem uma *força fora* e uma *força dentro*. A *força fora*, é dada por uma relação do grupo com os outros grupos. A *força dentro* é definida pela consciência que os membros têm do grupo e do que o grupo representa para eles. Ambos aspectos estão intrinsecamente relacionados, uma vez que, o que é o grupo frente aos outros grupos é dado em boa medida pela consciência e identificação que os membros têm com ele. Porém, a própria

consciência dos indivíduos depende essencialmente do que é o grupo frente aos outros grupos e para os outros grupos.(p.215)

Por compreender que a consciência é uma das categorias fundamentais para analisar o processo grupal, considero importante trazer outras contribuições, dentro da concepção marxista, que aprofundem a relação entre a atividade e a formação da consciência.

Na relação entre consciência e grupo, Lane (1994) afirma que o grupo é condição fundamental para o desenvolvimento da consciência, no qual um membro se descobre no outro, espelhando-se conjuntamente. Podemos considerar também o processo grupal como uma atividade na qual os sujeitos interagem, possibilitando o desenvolvimento da consciência de seus membros.

Para trabalhar com a questão da consciência, dentro da psicologia histórico-cultural, é necessário abordar também os conceitos de sentido e significado, intrinsecamente relacionados nessa categoria.

Para Vygotsky (1993), o significado seria uma construção social, de origem convencional e relativamente estável. Para ele, a atividade humana não é internalizada em si, mas é uma atividade significada como um processo social, mediatizada semioticamente. “O significado constitui apenas uma das zonas do sentido — é mais estável e mais precisa que o sentido” (p.125). O autor define sentido como “a soma de todos os eventos psicológicos que a palavra desperta em nossa consciência. É um todo complexo, fluido, dinâmico, que tem várias zonas de estabilidade desiguais” (p.125).

O sentido pessoal ou expressões do sujeito vão se constituindo no confronto entre as significações sociais e sua vivência. Esse sentido subjetivo é construído numa relação dialética com o social e a história.

Em suas obras, Vygotsky trabalha com a noção de sujeito como social e historicamente determinado, sendo que as relações entre os sujeitos e o meio são estabelecidas através de mediações. Essas mediações é que permitem a interação entre os sujeitos e a

constituição de sua subjetividade. A linguagem, assim como os afetos, são considerados por ele como mediações. Contudo, dentro dessa perspectiva, torna-se necessário escapar da relação causa/efeito, superando a visão meramente linear e, dessa forma, poderemos compreender o outro no seu processo subjetivo.

Considerando a questão da consciência como um aspecto importante na constituição da identidade, ressaltamos a necessidade de refletir sobre a identidade dos jovens que são atendidos em programas de saúde mental de assumirem que fazem atendimento nesse campo. Necessitamos refletir se a identidade desses jovens e do grupo do qual fazem parte é uma identidade estigmatizada, tendo em vista os estereótipos sociais que se tem em relação à questão dos transtornos mentais. Esses estereótipos fortalecem determinados estigmas e reproduzem a exclusão social dos portadores de sofrimento psíquico.

Goffman (1988), em seu livro *Estigma*, argumenta que:

A sociedade estabelece os meios de categorizar as pessoas e o total de atributos considerados como comuns e naturais para os membros da cada uma dessas categorias. Os ambientes sociais estabelecem as categorias de pessoas que têm probabilidade de serem neles encontradas (...) quando um estranho nos é apresentado, os primeiros aspectos nos permitem prever a sua categoria e os seus atributos, a sua 'identidade social' (p. 11-12).

Para o autor, o estigma é um tipo especial de relação entre atributo e estereótipo; seria uma pré-concepção observada nos sujeitos em virtude de expectativas normativas e exigências apresentadas de modo rigoroso. Em muitos casos, o estigma é usado para justificar uma idéia de inferioridade dos sujeitos e afastá-los da convivência social.

Goffman (1988) menciona três tipos de estigma: o primeiro, relacionado às deformidades físicas dos sujeitos; outro, relacionado a questões acerca do caráter individual como, por exemplo, distúrbio mental, prisão, vícios, alcoolismo, homossexualismo, desemprego, tentativas de suicídio e comportamento político radical. O terceiro estigma está relacionado às questões de raça, nacionalidade e religião. Para o autor, em todos os tipos de estigma encontram-se as mesmas características sociológicas. Sendo assim, o estigma afasta e

isola socialmente os sujeitos que poderiam ser recebidos facilmente na relação cotidiana, por eles possuírem um traço que chama a atenção e afasta os outros sujeitos. “Faltando o feedback saudável do intercâmbio social cotidiano com os outros, a pessoa que se auto-isola possivelmente torna-se desconfiada, deprimida, hostil, ansiosa e confusa” (Goffman, 1988, p.22).

#### 1.4.2 O Poder dentro do processo grupal

Martín-Baró (1993) aponta o poder como a segunda premissa fundamental para a compreensão psicossocial de um grupo. Conforme o autor, “o poder se dá em todos os aspectos da vida humana e, desde o ponto de vista da psicologia psicossocial, pode resultar muito mais importante analisar seu papel na configuração da vida cotidiana, que nos acontecimentos excepcionais” (p.92). O autor afirma também que:

Os sistemas sociais não são produtos da interação espontânea das pessoas no interior de uma sociedade, senão o resultado de um balanço de forças no confronto dos interesses próprios de cada grupo; os grupos com mais poder impõem aos demais seus interesses e o domínio se estende precisamente na mesma medida em que seu poder ultrapassa o poder dos demais nas diversas áreas das relações sociais. (1993,p.93)

O poder é uma caráter das relações sociais, que surge pelas diferenças entre os diversos recursos de que dispõem os sujeitos, grupos e até populações inteiras. Na concepção do autor:

A superioridade das relações sociais está baseada, principalmente nos recursos disponíveis, para cada grupo, instituição ou parcela da comunidade, seu poder real está diretamente relacionado com a diversidade e importância de tais recursos. Um grupo pode ser poderoso por sua capacidade técnica, científica ou profissional de seus membros, outro pela quantidade de recursos materiais a sua disposição e outro pela riqueza moral e humana de seus membros; ainda há outros que detém o poder pela própria natureza dos recursos de que dispõe. Contudo, os grupos mais poderosos serão aqueles que dispõem de todo o tipo de recursos: materiais, culturais e pessoais. Porém, é evidente que na dialética social, onde estão presentes todos os tipos de recursos, podem se estabelecer diferenciais em favor dos grupos minoritários. (p.216).

Para elucidar um pouco mais a compreensão que Martín-Baró, tem da categoria poder, destacamos a análise que o mesmo realiza a partir dos estudos de Foulcaut. De acordo

com Martín-Baró (1993), Foucault demonstra os mecanismos de poder por meio de dois paradigmas denominados, jurídico e estratégico.

Tomando como base o paradigma jurídico, o poder é compreendido como um objeto que dispõe uma determinada pessoa ou grupo frente a outras pessoas ou grupos em uma dada circunstância. Neste paradigma o poder se dá mediante determinadas leis, regras que a uns cabem exercer e a outros obedecer.

Já no paradigma estratégico, o poder deixa de ser um mero objeto, passando a ser compreendido como uma situação estratégica presentes em todas as relações sociais, denotando nestas relações uma desigualdade de forças. Levando em conta este paradigma é possível compreender a afirmação de Martín-Baró de que o poder vai se constituindo constantemente nas relações sociais.

Para o Martín-Baró, as relações entre pessoas e grupos se configuram pela existência de uma multiplicidade de recursos. Ressalta que o poder está relacionado, dentro do sistema capitalista, com a posse dos meios de produção, podendo-se concluir que quem detém a posse dos recursos, numa situação concretamente determinada, detém o poder. Na concepção do autor, o poder permite a quem o possui impor sua vontade aos outros, passando inclusive por cima das motivações pessoais e razões sociais dos sujeitos e grupos.

Porém, Martín-Baró irá destacar em Foucault, que um dos aspectos mais importantes do poder é sua tendência a ocultar-se ou a negar-se como tal, se apresentando como exigência natural ou razão social. Assim, aparecerá que os comportamentos são possibilitados e requeridos porque correspondem às exigências da natureza humana ou porque são considerados socialmente valiosos e não porque respondam aos interesses dominantes ou porque sejam convenientes aos objetivos de quem se beneficia do sistema social estabelecido.

Procurando elucidar um pouco mais esta questão, Martín-Baró (1993) cita Foucault (1980), para afirmar que o:

Poder é tolerável só com a condição de mascarar uma parte importante de si mesmo. O poder se transforma em valor que por sua vez justifica o poder, negando sua influência ou sua existência mesma (...) o poder se esconde nos próprios mecanismos que o gera. Por isto, torna-se importante para a psicologia social, desmontar a configuração das ações e descobrir o papel que o poder tem em sua determinação e execução concretas...(p.94-96).

Compreende-se assim que o poder também está relacionado, dentro da estrutura do grupo, com os valores e normas criados com finalidade de regular a ação de seus membros, interna ou externamente e que estão presentes em todos os processos grupais. Para Martin-Baró (1993), “à medida em que as pessoas aceitam as normas e as rotinas estabelecidas e incorporam ao seu mundo a socialização, se submetem aos interesses sociais impostos através do poder” (p.94).

Considerando que o poder assume formas complexas, é importante ressaltar que o poder não é uma forma abstrata; é uma estratégia que se materializa no controle social, sendo observado desde o controle de bens de consumo até as formas mais simbólicas, manifestadas principalmente na relação entre os sujeitos em diferentes grupos. Essas formas de poder, construídas historicamente em cada cultura, muitas vezes surgem como naturais. São elas que permeiam as decisões cotidianas, nos lugares onde os sujeitos mostram suas diferenças; são espaços de conflitos, mas também de conquistas sociais.

Entre as diferentes formas de poder que se estabelecem nas relações sociais, configura-se o poder de natureza material e de natureza simbólica. O poder de natureza material está relacionado com os recursos materiais que dispõem os sujeitos e/ou grupos. O poder de natureza simbólica relaciona-se, no processo de interação grupal, às características dos membros do grupo configurando-se por vínculos afetivos, autoritários, democráticos, intelectuais. Os participantes destacam-se pela capacidade de liderança, de dominação, de submissão e assim por diante.

Martin-Baró (1993) faz uma distinção entre liderança e poder. Embora liderança seja uma forma de poder, nem todo poder é exercido por uma liderança. Na maioria dos casos, o



poder é exercido de uma forma coercitiva, mesmo que não se apresente com o uso de uma força física. Neste caso destaca-se a presença do poder de uma forma ideológica. Neste caso, é que ressaltamos a afirmação do autor, de que entre as diferentes formas de liderança existentes, uma das mais conhecidas é a carismática, que se caracteriza “por uma confiança absoluta dos seguidores à pessoa do líder, o desaparecimento dos critérios normativos sobre a conduta dos seguidores e a importância dos vínculos emocionais” ( p.388).

No desenvolvimento do processo grupal coexistem estas duas formas de poder, que vão se configurando de acordo com cada momento do grupo. Contudo, à medida em que desenvolve-se o processo de interação entre os participantes, evidencia-se o surgimento e fortalecimento de relações de natureza afetiva.

#### 1.4.3 A Atividade e o processo grupal

A atividade, conforme compreendida pela abordagem histórico-cultural, é objetivada pela busca de satisfação das necessidades dos sujeitos. Necessidades e interesses estão por trás de toda ação social e são o que fazem com que os sujeitos se agrupem.

Martín-Baró (1993) afirma que “a existência e a sobrevivência de um grupo humano, dependem essencialmente de sua capacidade para realizar ações significativas em uma determinada circunstância histórica” (p.217). A atividade tem uma importância interna e externa aos próprios grupos. A referência interna relaciona-se com os próprios membros dos grupos, ao produzir uma ação que satisfaça as suas necessidades e interesses, buscando também uma aspiração em comum. A referência externa da atividade se concretiza quando o grupo produz algo que tem efeito real na vida social e também afirma sua identidade enquanto grupo. O autor enfatiza que as condições objetivas são importantes para determinar a consciência dos membros de determinado grupo, sua natureza e seu sentido social. Mesmo

que não haja uma consciência sobre os objetivos e interesses comuns, as condições objetivas possibilitam a disposição das pessoas para realizarem metas comuns ou buscarem níveis novos de organização e estruturação grupais. Quando uma ação desenvolvida é consistente com a realidade, com o caráter e objetivos do grupo, ela tende a fortalecer e a estruturar o próprio grupo, chegando em muitos casos a permitir uma autonomia grupal em relação à instituição e aos interesses que lhe deram origem. Uma ação consistente pode possibilitar a sobrevivência e independência do grupo. Contudo, o autor afirma que, em muitos grupos, observa-se uma “falsa consciência sobre os objetivos comuns” (Martín-Baró, 1993, p.218). Destaca ainda que a atividade tem grande efeito na realidade do grupo que a realiza, consolidando, debilitando e até mesmo levando à sua desintegração. Nas palavras do autor:

A desintegração ou desaparecimento de um grupo está vinculado à perda de seu significado social [quando o grupo] se mostra incapaz de realizar ações eficazes frente a outros grupos, ou a respeito das aspirações e necessidades de seus próprios membros. [grifos meus] (p.220).

Considerando que a ação de um grupo está intimamente relacionada ao significado social que o produto de sua ação adquire, trago outros autores, que a partir da obra de Leontiev, aprofundam o caráter da atividade.

Peraro Filho (1988) e Pino (1993) enfatizam o caráter social da atividade. Este caráter social, segundo os autores, não se deve somente ao fato de envolver vários sujeitos, mas por ser uma ação planejada, ter uma definição de objetivos e pela integração entre as ações e os sujeitos participantes.

Conforme Pino (1993), na atividade social humana, “tanto os instrumentos produzidos para realizá-la quanto o produto dela resultante são socializáveis, ou seja, podem ser usados pelos outros” (p.31). Para ele, o caráter instrumental da atividade é definido pelo fato de ser mediado por instrumentos criados pelos homens de acordo com a natureza das ações planejadas. Estes instrumentos tanto podem ser técnicos quanto semióticos, relacionados aos

sistemas de signos que envolvem a comunicação, têm a função mediadora nas relações dos homens entre si e com o mundo e permitem a socialização.

A característica social e instrumental da atividade estabelece a “objetivação” - que é o produto da ação, a materialização das qualidades do sujeito - e a “subjetivação” - que é produzida na própria ação relacionada com o modo pelo qual esta ação é apropriada pelo sujeito. Sendo assim, podemos compreender que os sujeitos constroem e são construídos na atividade.

Por sua vez, o significado que a atividade adquire para os elementos do grupo e para o sistema social, influencia no processo de construção e no fortalecimento da identidade grupal. Sendo assim, observa-se também que a atividade e a identidade estão intimamente relacionadas ao poder que esse grupo possui e à forma como exerce esse poder. Estes são os três elementos fundamentais para compreensão psicossocial de grupo humano, segundo Martín-Baró.

Face ao exposto até o momento, gostaria de ressaltar a diferença entre os conceitos de atividade e de grupo, onde o primeiro é muitas vezes confundido com o segundo. Em geral, a atividade denominada de grupo<sup>4</sup> por diferentes profissionais e autores na literatura é, na verdade, uma estratégia pela qual se pode ou não expressar um processo grupal. Esta distinção se faz necessária, uma vez que no processo grupal estão presentes diferentes ações ou atividades.

---

<sup>4</sup> Observamos na nossa prática os profissionais e autores utilizam o termo grupo para se referirem a uma atividade, como exemplo: grupo operativo, grupo de biodança.

#### 1.4.4 A atividade e o desenvolvimento da afetividade

A afetividade está presente de forma permanente no processo grupal. Os fenômenos afetivos são subjacentes ao desenvolvimento do grupo, em todas as atividades, possibilitando a construção de vínculos emocionais nas relações travadas entre os participantes.

Conforme é assinalado por Heller (1985), os sentimentos e as emoções permeiam e direcionam as relações pessoais e as reações que são manifestadas frente a determinadas situações com as quais os sujeitos estão envolvidos. Para a autora, os sentimentos são determinados socialmente.

Esta contribuição é importante para compreender a presença da afetividade como um elemento primordial e facilitador da interação entre os jovens no desenvolvimento do processo grupal. A afetividade não está relacionada somente com a construção de um sentido pessoal na constituição da subjetividade do sujeito, como também com o fortalecimento da identidade dos jovens e, principalmente, com a vinculação dos participantes na atividade. Expressa-se de diferentes maneiras, desde a demonstração de emoções/sentimentos pelos participantes na realização das tarefas, como também nas discussões que ocorrem no interior do grupo. Observa-se que a referência que cada um dos participantes constrói de si mesmo, em relação ao outro ou ao grupo, dá-se na atividade com base na afetividade.

Brandão (1999) resgata o papel da afetividade como estruturador da identidade e ressalta que “a afetividade e as emoções são o cimento da identidade. São as relações construídas à base de afeto que garantem a vinculação do indivíduo com o grupo” (p.37).

A afetividade também está relacionada ao desenvolvimento de atividades que propiciam uma maior percepção de si, pois, à medida em que aumenta a auto-percepção dos sujeitos, eles tornam-se seres mais integrados afetivamente, mais críticos em relação à

realidade social, com coragem para vencer os obstáculos e se engajarem num projeto social e político.

Para Lane (1995), “as emoções estão presentes nas ações, na consciência e na identidade do indivíduo, diferenciando-se social e historicamente por meio da linguagem” (p.59). De acordo com a autora, “são inúmeros os estudos que apontam para a natureza social e o caráter comunicativo das emoções — ou seja, elas se constituem numa linguagem cujas mensagens podem tanto desencadear o desenvolvimento da consciência como fragmentá-la” (p.57).

Considerando a importância da afetividade na atividade grupal, faz-se necessário trazer uma definição de emoção. Camargo (1999) conceitua emoção como um “sistema motivacional maior que pode ser definido como uma reação de sistema orgânico total, com componentes de representação, expressão e motórico-fisiológico” (p.56).

Em outro artigo, a referida autora trabalha a emoção como a primeira forma de comunicação humana e como uma reação de vinculação com o mundo exterior. Para ela, “as primeiras manifestações psíquicas são expressões emocionais”. (p.10).

Rimé (1993) trata da emoção na sua relação com a interação social, apontando para a necessidade da partilha das emoções. Para o autor, “os meios de expressão socialmente partilhados garantem, por definição, a articulação da experiência privada, isto é, seu desdobramento (ou seu desenrolar) no tempo e no espaço” (p. 14).

Observamos que, para Vygotsky (1994), as emoções estão na base de todas as ações humanas que, por sua vez, são construídas a partir de conceitos. Isto significa que já existe, em determinado sistema preparado, uma determinada forma de pensar e de se emocionar que predetermina o conteúdo final e que nos foi imposta pelo meio que nos rodeia.

Novo (1998), ao abordar a questão da afetividade no âmbito da psicologia, aponta para o “reconhecimento da importância dos vínculos com outros processos de identificação

trazidos pela vivência afetiva compartilhada (...) e que ela deve ser entendida na perspectiva da construção social, histórica e cultural do ser humano” (p.70). Para o autor:

A afetividade tem um papel relevante na construção do conhecimento social, na formação da consciência, nas diferentes formas de participação social, na dinâmica dos conflitos sociais, enfim, em toda a atividade humana, mas ainda são poucos os pesquisadores que se arriscam a introduzir esta dimensão em seus esquemas explicativos (...) considero que esta lacuna tem impedido o enfrentamento efetivo de questões da realidade concreta sobre os diferentes problemas com os quais nos deparamos quando buscamos compreender e atuar nos diferentes contextos da prática psicológica. (p.64-65).

Considero que, quando um grupo reconhece a dimensão afetiva em suas relações, consegue estruturar-se melhor e fortalecer, conseqüentemente, sua identidade enquanto grupo. Quando os afetos são vistos como parte integrante da identidade coletiva, é mais fácil para o sujeito expressar melhor seus conflitos no contexto das relações cotidianas.

#### 1.4.5 A Criatividade e a imaginação no desenvolvimento da atividade

Considerando que a criatividade e a imaginação são necessárias ao desenvolvimento dos sujeitos e importantes para compreendermos o processo de interação grupal, trazemos alguns autores que identificam o uso da imaginação e da criatividade como fundamentais na constituição dos sujeitos

Segundo Ostrower (1999), a imaginação e a criatividade contribuem com o sentimento de expansão da vida, possibilitando nos sujeitos uma compreensão de certas verdades, sobre eles mesmos e sobre o mundo. Ressalta ainda que os processos de criação estão intimamente relacionados com os processos de transformação. Para a autora:

A fonte da criatividade — seja qual for o campo de atuação das pessoas — e a sensibilidade abrangem mundos psíquicos de nossos sentimentos e valores, os mundos da imaginação. Os tempos e os espaços fluem e refluem a mente, constituindo hipóteses, desfazendo-as e novamente se refazendo. A fantasia parece não encontrar limites (...), os territórios do imaginativo proporcionando-nos uma idéia de grande liberdade de ação. Lidamos com um presente que se estende a um futuro cheio de eventualidades ( p.218).

Para Zanella et al. (2000) a criatividade está relacionada com as diferentes formas de se conceber um trabalho ou uma situação de vida e não se separa de outras atividades humanas. Ressaltam as autoras que a “capacidade criadora, sua constituição e direção mostram, com base na psicologia histórico-cultural, que a atividade não se encontra desconectada da vida cotidiana: ao contrário da definição trazida pelo dicionário, há uma relação intrínseca entre criação e realidade” (p.3).

Vygotsky (1990) destaca a relação entre a atividade criadora e a experiência humana, em que essa experiência constitui-se como o material que possibilita ao homem construir suas fantasias. "Nesse sentido, o sujeito que cria, reorganiza diferentes elementos oriundos de sua expressão máxima no processo de combinação diferenciada do que era conhecido até então, formando o novo, em que a imaginação se destaca” (p17-18).

O autor assinala a importância do estudo da imaginação nas atividades humanas, considerando-a importante na constituição das funções cerebrais. Afirmava que a imaginação podia converter-se em meio para ampliar a experiência do homem ao torná-lo capaz de imaginar o que nunca viu, de conceber - baseando-se em relatos e descrições alheias - o que não experimentou pessoal e diretamente. Assim, o homem não se encontra fechado no círculo estreito de sua própria experiência mas, sim, pode distanciar-se muito de seus limites, assimilando com ajuda da imaginação, experiências históricas ou sociais alheias.

Vemos assim que, ao ressaltarmos a importância do uso da imaginação nas atividades, compreendemos que os jovens podem elaborá-la na forma de idéias, o que lhes permite poder ver além do imediato e projetarem-se para o futuro, construindo novas possibilidades.

Zanella et al. (2000) afirmam que o sujeito e sua atividade necessariamente precisam ser compreendidos na trama complexa em que se constituem. Nossa sociedade aparentemente garante espaço para o exercício da criatividade e imaginação. Contudo, considerando que essa mesma sociedade mantém os sujeitos alienados em relação ao produto do seu trabalho,

observamos que expressão da criatividade e imaginação muitas vezes é reprimida ou impossibilitada de ser realizada. As autoras afirmam também que “quanto menor a possibilidade do homem intervir no processo de sua atividade, menor também será as chances dele imaginar um curso diferente para a mesma, pois quanto mais alienado estiver, menos possibilidades são oferecidas à sua fantasia”. (p.4-5).

Para Vygotsky, conforme citado em Zanela et al.(2000), são as experiências do sujeito que lhe permitem estabelecer vínculos com os diferentes tipos de significações e produzir o inesperado. Essas experiências somente são possíveis "pela capacidade do homem apreender/perceber o mundo pelas significações, mediatizadas pelo uso do símbolo/signo, denotada na intersubjetividade” (Vygotsky, apud Zanella et al., 2000 p.5).

Considerando as categorias teóricas levantadas, busquei utilizá-las para compreender a interação dos jovens no processo grupal, procurando percebê-las nos diálogos entre os sujeitos e nas diferentes atividades durante o processo.

Sendo assim, orientei-me, nesta análise, pelos diferentes processos de interação grupal que, no meu entendimento, foram permeados por questões afetivas, intelectuais e criativas voltadas ao enfrentamento de diferentes situações sociais explicitadas durante o desenvolvimento das atividades. Compreendo que essas categorias trazem a possibilidade de pensar os jovens e as atividades como uma maneira de transformarem-se e transformarem o meio social em que esses jovens estão inseridos.



## **CAPÍTULO II - CONSIDERAÇÕES SOBRE A REFORMA PSIQUIÁTRICA BRASILEIRA.**

“Talvez não se ‘resolva’ por hora, não se ‘cure’ agora, mas no entanto seguramente ‘se cuida’. Depois de ter descartado a ‘solução-cura’ descobriu que cuidar significa ocupar-se, aqui e agora, de fazer com que se transformem os modos de viver e sentir o sofrimento do ‘paciente’ e que, ao mesmo tempo, se transforme sua vida concreta e cotidiana, que alimenta este sofrimento”.

(Rotelli, De Leornadis e Mauri, 2001)

Considerando que este estudo tem por objetivo realizar uma reflexão sobre uma prática de trabalho grupal que é desenvolvida no âmbito da saúde mental e por compreender que esta prática se insere no contexto das reformulações que vêm sendo implementadas no campo da saúde mental no Brasil, procurei demarcar alguns pontos do processo da Reforma Psiquiátrica Brasileira, no que tange à criação de novas estratégias para os portadores de sofrimento psíquico.

### **2.1 Fatos históricos marcantes na trajetória da reforma psiquiátrica brasileira**

No Brasil, é no final da década de 70 que se iniciam os primeiros movimentos de reflexão crítica sobre as instituições e o atendimento no campo psiquiátrico. Eles surgem a partir das reivindicações e denúncias das condições de atendimento psiquiátrico, que ficou conhecido como Movimento dos Trabalhadores em Saúde Mental (MTSM). O MTSM é considerado por Amarante (1995) como um dos principais protagonistas na trajetória da Reforma Psiquiátrica Brasileira. Na literatura também é enfatizado o surgimento de novos movimentos e atores no cenário nacional que, face ao contexto social da época, momento de abertura política, possibilitaram a mobilização de distintos segmentos organizados, a exemplo das organizações de trabalhadores, usuários e familiares, tanto da área de saúde em geral, como da saúde mental. Essas organizações e associações começam a ter maior expressão durante a 8<sup>a</sup>. Conferência Nacional de Saúde.

A 8ª Conferência Nacional de Saúde, realizada em março de 1986 foi, conforme Amarante (1995), muito marcante pela participação de várias entidades e representações da sociedade civil e cuja mobilização possibilitou, em seu desdobramento, a realização da I Conferência Nacional de Saúde Mental, em 1987.

Nas palavras de Amarante (1995), a 8ª Conferência Nacional de Saúde:

Deixa de ser um mero encontro de técnicos e burocratas para ser um evento de participação popular, onde participam técnicos, burocratas e políticos, mas também partidos políticos, associações de moradores e de usuários, pastorais, sindicatos etc. Como desdobramento decide-se organizar conferências de temas específicos, tais como saúde do trabalhador, saúde da criança, saúde da mulher, vigilância sanitária, saúde ambiental. Um destes assuntos propostos por membros do MTSM, principalmente após o relativo 'êxito' do I Encontro de Coordenadores da Região Sudeste, é o da saúde mental. (p.70).

É importante enfatizar que, anteriormente à realização da I Conferência Nacional de Saúde Mental, aconteceram várias outras mobilizações dos trabalhadores ligados a esse campo, dentre elas: o I Encontro Estadual de Saúde Mental do Rio de Janeiro, realizado em 1986, com significativa participação de vários segmentos da sociedade civil; o II Congresso de Trabalhadores em Saúde Mental do Estado de São Paulo, realizado em 1976, com tema Saúde Mental e Cidadania; e o II Encontro de Coordenadores de Saúde Mental da Região Sudeste, em Minas Gerais, em 1987. Essas mobilizações possibilitaram uma avaliação da situação da saúde mental e resultaram na elaboração de propostas e recomendações, integradas posteriormente à Conferência Nacional.

Em 1987, no Rio de Janeiro, foi realizada a I Conferência Estadual de Saúde Mental que, conforme Amarante (1995), se constituiu por uma ampla mobilização de diversos segmentos e entidades da sociedade civil e tinha como tema central a “política nacional de saúde mental na reforma sanitária” (p.73). Essa Conferência culminou com a eleição de delegados para a Conferência Nacional. Paralelamente, em outros estados e municípios, também aconteciam mobilizações que fortaleciam o movimento para a realização da Conferência Nacional. Exponentes internacionais do movimento de reforma psiquiátrica

contribuíram para a Reforma Psiquiátrica Brasileira, participando de vários encontros. Dentre eles, destacaram-se os nomes de Basaglia, Guattari, Castel e Rotelli.

### 2.1.1 Aspectos importantes das Conferências Nacionais

A I Conferência Nacional de Saúde Mental, realizada em junho de 1987 foi, conforme Amarante (1995, p.75), estruturada em três temas básicos: “Economia, sociedade e Estado – impactos sobre a saúde mental; Reforma psiquiátrica e reorganização da assistência à saúde mental; Cidadania e doença mental – direitos, deveres e legislação do doente mental”.

Essa Conferência chamou a atenção para a reorganização da assistência à saúde mental, com a criação e implementação de propostas alternativas ao modelo asilar, priorizando investimentos nos serviços extra-hospitalares e multiprofissionais. Além disso, buscou resgatar a cidadania dos portadores de sofrimento psíquico por meio de mudanças nas políticas sociais e de saúde pelos aparatos normativos/legislativos e apontou para a necessidade de participação dos segmentos da sociedade civil organizada nos fóruns de decisão e implementação de políticas à saúde mental.

A II Conferência Nacional de Saúde Mental, realizada em dezembro de 1992, foi considerada um marco na história do Movimento dos Trabalhadores em Saúde Mental, não só pela ampla mobilização de diversos segmentos que foram se agregando ao MTSM, como também pela participação expressiva de usuários e familiares. Essa mobilização foi importante no sentido de exigir a aprovação e o cumprimento de medidas legislativas e normativas no tocante aos direitos e a cidadania do portador de sofrimento psíquico. Para Amarante (1995), a Conferência também foi significativa por sinalizar um novo momento do MSTM, que saiu de uma trajetória mais técnico-assistencial (sanitarista) e passou a uma perspectiva mais global, adotando mais claramente os princípios da desinstitucionalização.

Foram elaboradas, fortalecidas e concretizadas diversas propostas no campo da saúde mental, voltadas para a criação de diferentes estratégias de enfrentamento ao modelo tradicional de atendimento psiquiátrico. Amarante (1995) afirma que:

esta ruptura ocorrida no processo da reforma psiquiátrica brasileira, que deixa de ser restrito ao campo exclusivo, ou predominante, das transformações no campo técnico assistencial, para alcançar uma dimensão mais global e complexa, isto é, para torna-se um processo que ocorre, a um só tempo e articuladamente, nos campos técnico-assistencial, político-jurídico, teórico-conceitual, e sociocultural. (p.75-76)

Esse novo momento da reforma psiquiátrica foi o resultado de conquistas de diferentes atores sociais, com ênfase no Movimento Nacional dos Trabalhadores em Saúde Mental que, conforme Amarante (1995), “desempenha, durante um longo período, o principal papel, tanto na formulação teórica quanto na organização de novas práticas” (p.88).

De acordo com o autor, a II Conferência Nacional demarcou um momento importante na trajetória do movimento da reforma psiquiátrica, marcado principalmente pela mobilização e participação de outros segmentos sociais. Para Amarante (1995):

A I CNSM marca o fim da trajetória sanitarista e o início de uma outra: a trajetória da desinstitucionalização ou da desconstrução/invenção (...) o II Congresso Nacional dos Trabalhadores em Saúde Mental, em Bauru, em dezembro do mesmo ano, quando é construída o lema por uma sociedade sem manicômios. E nesta trajetória que surge o Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), em São Paulo, que é feita a intervenção na Casa de Saúde Anchieta, em Santos, com posterior criação de Núcleos de Atenção Psicossocial (NAPS) ou que surge o Projeto de Lei 3.657/89. Nesta trajetória passa a construir um novo projeto de saúde mental para o País. (p.93-93).

A III Conferência Nacional de Saúde Mental foi realizada em dezembro de 2001 e teve como lema “Cuidar sim, excluir não”, já contando com uma ampla mobilização de vários segmentos sociais, com ênfase na participação dos usuários e familiares dos serviços de saúde mental. Essa mobilização foi importante no sentido de exigir o cumprimento da Lei Federal 10.216<sup>5</sup>, aprovada em abril daquele mesmo ano. Essa Lei (em anexo) dispõe sobre “a proteção

---

<sup>5</sup> Dados da literatura apontam que, entre a realização da I e a III Conferência Nacional de Saúde Mental, várias mobilizações foram realizadas no sentido de pressionar a aprovação da Lei da Reforma Psiquiátrica, que embora tenha sido encaminhada para o Congresso em 1989, somente foi aprovada (com várias alterações) e sancionada em abril de 2001. Contudo, durante a década de 90, vários estados elaboraram e aprovaram as Leis Estaduais. No Paraná a Lei Estadual somente foi aprovada em

e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental” (Brasil,2001). Atualmente, a mobilização dos segmentos da sociedade civil, ocorre no sentido de pressionar os organismos responsáveis da União, Estados e Municípios no fortalecimento dos serviços já implantados e na criação de novos serviços de atendimento ao usuário, conforme preconizam as Leis Federal e Estadual.

O Estado do Paraná vem acompanhando o mesmo movimento nacional. Em novembro de 1995, foi aprovada a Lei 11.089 (em anexo) que “dispõe sobre as condições para internações em hospitais psiquiátricos e estabelecimentos similares de cuidados com transtornos mentais”. A Lei estadual, em seu artigo 2º., define um novo modelo para atendimento ao usuário dos serviços de saúde mental:

O novo modelo de atenção em saúde mental consistirá na gradativa substituição do sistema hospitalocêntrico de cuidado às pessoas que padecem de sofrimento psíquico por uma rede integrada e variada de serviços assistenciais de atenção sanitária e social, tais como ambulatórios, emergências psiquiátricas em hospitais gerais, leitos ou unidades de internação psiquiátrica em hospitais gerais, hospitais-dia, hospitais-noite, centros de convivência, centros comunitários, centros de atenção psicossocial, centros residenciais de cuidados intensivos, lares abrigados, pensões públicas comunitárias, oficinas de atividades construtivas e similares ( Paraná, 1995).

Contudo, sabe-se que somente a aprovação de leis não modifica o quadro da saúde mental do país. É necessário uma ampla mobilização no sentido de buscar a implementação do que foi garantido por lei, bem como a construção de outras propostas nesse campo. Deve-se a participação dos setores organizados da sociedade civil - com destaque inicialmente para o MTSM e posteriormente para associações de usuários e familiares - os avanços e conquistas obtidos na trajetória da reforma psiquiátrica, principalmente para aprovação e implementação de diversos projetos de lei nos estados e pela União.

Até o momento, as três Conferências Nacionais realizadas foram marcantes na trajetória da Reforma Psiquiátrica Brasileira, devendo-se considerar, contudo, os demais eventos que possibilitaram a mobilização dos diferentes segmentos e a realização das

---

novembro de 1995. Nesta década também foram criadas diversas Portarias ministeriais visando instituir e regulamentar serviços substitutivos em saúde mental, a exemplo dos CAPS, NAPS e Serviços Residenciais Terapêuticos.

Conferências. Entre eles, destaca-se o II Congresso de Trabalhadores de Saúde Mental, realizado em 1987, cujo lema foi “Por uma sociedade sem manicômios”, que reestruturou o MTSM, em torno da Luta Antimanicomial. Destaco ainda a Conferência Regional para a Reestruturação da Assistência Psiquiátrica no Continente, mais conhecida como a Declaração de Caracas, realizada em novembro de 1990 pela Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), que é, por muito historiadores, considerada um marco norteador para a elaboração de leis e outras medidas normativas na área de saúde mental.

Não é objetivo deste trabalho aprofundar a história da reforma psiquiátrica, tão bem detalhada em Amarante (1994,1995,1996), onde são abordadas exaustivamente todas as questões que envolvem a reforma psiquiátrica brasileira até os dias atuais. Por outro lado, considero importante sinalizar os eixos principais da reforma que possibilitam uma compreensão das medidas que foram ou estão sendo implementadas no campo da saúde mental no país. Entre eles, estão a crítica ao modelo de assistência psiquiátrica tradicional adotado, as condições de trabalho e de atendimento ao portador de transtorno mental e, como consequência, a reivindicação de um atendimento mais humanitário e implementação de ações que possibilitassem a construção da cidadania dos usuários desses serviços.

Dentre os denominados serviços "substitutivos"<sup>6</sup> destacam-se os hospitais-dia, residências terapêuticas, cooperativas de trabalho, ambulatorios e serviços de emergência em hospitais gerais, Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) e os Núcleos de Atenção Psicossocial (NAPS). Esses dois últimos, implantados inicialmente nas cidades de São Paulo e Santos respectivamente, são apontados pela literatura como pioneiros entre os serviços alternativos à internação e o tratamento psiquiátrico tradicional. Amarante et al. (2001) enfatizam que:

---

<sup>6</sup> Os “serviços substitutivos” foram construídos e implementados durante a década de 90, respaldados em Portarias Ministeriais. Tinham como meta a criação de uma rede de atendimento ao usuário dos serviços de saúde mental, com vistas a extinção dos hospitais e asilos manicomiais, meta principal do Movimento pela Reforma Psiquiátrica Brasileira. Estes serviços foram implantados em várias cidades brasileiras.

A grande importância de ambos os serviços é que buscam construir não uma modernização ou humanização do modelo anterior, mas uma superação efetiva do mesmo (...) os princípios e estratégias postos em cena tornam possível afirmar que o objetivo dos novos serviços, ao inscreverem-se no processo de rupturas que efetivamente não reproduzam as bases teóricas e práticas do modelo psiquiátrico que lhes é anterior- aquele que fundou a noção de doença mental como sinônimo de desrazão, que fundou o manicômio como lugar de cura, que fundou a cura como ortopedia e normalização. (p.57).

Porém, os autores advertem para o fato de que esses serviços foram criados para atender realidades distintas, com finalidades específicas e que estão sendo aglutinados e padronizados pelo Ministério da Saúde num mesmo tipo de serviço implementado em todo território nacional. Argumentam os autores que:

As portarias 189/91 e 224/92 do Ministério da Saúde, embora, tenham viabilizado a construção de muitos novos serviços em saúde mental, ao definirem a estrutura dos mesmos, produziram uma indesejável padronização das experiências. As ricas e pioneiras, porém distintas, experiências do CAPS e do NAPS foram homogeneizadas em tais portarias, onde são consideradas sinônimos. E esta pasteurização pode produzir prejuízos importantes para a multiplicidade das práticas atualmente em implantação. (Amarante et al, 2001, p.57)

### 2.1.2 A Reforma Psiquiátrica Brasileira e a construção de novas práticas no campo da saúde mental.

A Reforma Psiquiátrica Brasileira, estruturada nos últimos 30 anos, se configurou por uma mudança de paradigmas na área de saúde mental, estabelecendo uma ruptura com o modelo clássico de atendimento - calcado no paradigma psiquiátrico - para o psicossocial. Essa ruptura, conforme apontada pela literatura, possibilitou novas concepções no âmbito da saúde mental, promovendo um movimento concreto de modificação e organização dos serviços, bem como a construção e implantação de diferentes propostas de atendimento ao portador de sofrimento psíquico.

Amarante (2003) chama a atenção para não restringirmos a Reforma Psiquiátrica a uma mera reorganização de serviços ou apenas à reestruturação do modelo assistencial psiquiátrico, como é equivocadamente compreendido em algumas publicações. Para o autor, é

bastante comum considerar a reforma psiquiátrica apenas uma “humanização das características violentas e perversas da instituição asilar, o que constitui uma luta e transformação muito importantes, mas que certamente reduz a amplitude do processo em questão”. (p.46).

A Reforma Psiquiátrica Brasileira teve forte influência da experiência italiana, inicialmente pelas idéias de Franco Basaglia e posteriormente, por Franco Rotelli. Essa influência é percebida na idéia de desinstitucionalização, onde se enfatizam propostas de criação de uma rede de serviços substitutivos ao sistema hospitalar e de internação psiquiátrica e também pela participação dos usuários e familiares na construção das novas propostas. Rotelli, vem redefinindo o conceito de desinstitucionalização, anteriormente construído no intuito de delimitar o processo da reforma psiquiátrica italiana. De acordo com Amarante (2003), Rotelli vem utilizando este termo não no sentido de racionalização de recursos ou de desospitalização, mas no sentido de “designar as múltiplas formas de tratar o sujeito em sua existência e em relação com as condições concretas de vida” (p.49). Com base nessa premissa, Amarante argumenta que a desinstitucionalização:

Não se restringe à reestruturação técnica, de serviços, de novas demandas e modernas terapias; torna-se um processo complexo de recolocar o problema, de reconstruir saberes e práticas, de estabelecer novas relações (...) torna-se acima de tudo, de um processo ético-estético, de reconhecimento de novas situações que produzem novos sujeitos de direito e novos direitos para os sujeitos (...) supõe que as relações entre as pessoas envolvidas serão também transformadas; assim como os serviços, os dispositivos e os espaços. (p.50).

Em decorrência dessa visão é que se observa a ênfase no envolvimento de outros setores da sociedade, da população e dos próprios usuários e familiares. Em diferentes momentos da trajetória da reforma psiquiátrica, a participação da população mais diretamente envolvida com a questão da saúde mental - a exemplo dos trabalhadores, usuários e familiares - foi decisiva na direção do movimento. Amarante (1995) retrata como se deu essa participação na trajetória da Reforma Psiquiátrica Brasileira:



O cenário então iniciado tinha outras características inovadoras. A principal delas foi, no campo sociocultural, o surgimento de um novo ator no Movimento pela reforma psiquiátrica: as associações de usuários e familiares (...) participando efetivamente dos projetos de criação de novas práticas e modalidades de cuidado e atenção, e na luta política pela transformação do modelo hegemônico asilar. Muitas outras entidades começaram a ser organizadas(...) passaram a merecer papel significativo no quadro do Movimento por uma Sociedade sem Manicômios, quando o próprio MTSM passava a perder sua marca, de trabalhadores de saúde mental, na medida em que esses novos atores, não trabalhadores de saúde mental, se incorporam à luta pela transformação das políticas e práticas psiquiátricas. Com o processo da reforma psiquiátrica saindo do âmbito exclusivo dos técnicos e das técnicas, e chegando até a sociedade civil, surgiram novas estratégias de ação cultural, com a organização de festas e eventos sociais e políticos nas comunidades na construção de possibilidades até então impossíveis. (p.81-82)

A SOSINTRA, entidade de familiares e usuários de saúde mental, realizou uma grande mobilização de diferentes setores da sociedade, no Rio de Janeiro e também âmbito nacional, quando do surgimento do Projeto de Lei 3.657/89 de autoria do Deputado Paulo Delgado, buscando mobilizar amplos setores da sociedade para debater a questão da saúde mental bem como pela aprovação do referido Projeto de Lei.

Outras associações e entidades de usuários e familiares surgiram no cenário nacional, algumas delas vinculadas aos novos serviços que vem sendo estruturados no campo da saúde mental.

Segundo Barleta (2003), o Paraná conta atualmente com 08 (oito) associações de usuários e familiares. A Associação Arnaldo Gilberti, instituição onde realizei a pesquisa, foi a primeira associação criada no Estado. Surgiu como uma nova proposta dentro dos princípios da Reforma Psiquiátrica, tendo como princípio integrar os segmentos da comunidade, familiares, profissionais e usuários dos serviços de saúde mental.

## **2.2 Contexto onde se desenvolveu a pesquisa**

Esta pesquisa foi realizada junto aos jovens que freqüentam as atividades realizadas pela Associação Arnaldo Gilberti, situada à Rua 21 de Abril, 90 – Alto da XV – cidade de Curitiba – Paraná.

A Associação Arnaldo Gilberti - AAG é considerada, em seu estatuto social, como uma entidade “humanitária” e “filantrópica” cujo objetivo principal é “apoiar as pessoas

portadoras de transtornos mentais em suas necessidades sociais, econômicas, políticas e culturais, contribuindo para a diminuição do preconceito e viabilizando o exercício da cidadania<sup>7</sup>”.

Foi fundada em 1994<sup>8</sup>, pelos profissionais e usuários dos serviços do antigo Núcleo de Atenção Psicossocial, hoje denominado Centro de Atenção Psicossocial (CAPS II) e tinha como princípio reunir usuários, familiares e trabalhadores na área de saúde mental, com o objetivo de comercialização dos produtos confeccionados nas oficinas de trabalho daquele Centro. Dessa forma, a Associação era centrada na promoção de atividades que buscassem a reintegração econômica e social dos pacientes por meio da comercialização dos produtos artesanais por eles manufaturados. Funcionava inicialmente junto ao Centro de Atenção Psicossocial (CAPS II), do Centro Psiquiátrico Metropolitano (CPM). Posteriormente, foi se identificando também como um espaço de reflexão e organização na questão da saúde mental, procurando envolver cada vez mais pessoas da comunidade, voluntários e profissionais do CAPS e do CPM, em ações com usuários, através de cursos abertos à população em geral ou na captação de voluntários para desenvolver as atividades.

Atualmente, a Associação procura atuar em três frentes de mobilização social. A primeira é como um espaço de sensibilização, onde busca estimular a reflexão da questão da saúde mental, realizando cursos, palestras, encontros e envolvendo diferentes segmentos (profissionais, usuários, familiares e pessoas da comunidade, como um todo). O espaço cultural, com atividades voltadas a diversas formas de expressão da cultura (teatro, pintura, artesanato), constitui a segunda frente de mobilização da AAG. A terceira frente é voltada para a questão do trabalho. A Associação vem estimulando ações e práticas alternativas de trabalho buscando, por meio de parcerias com outras entidades governamentais ou não—

---

<sup>7</sup> Dados do Estatuto Social da Instituição. Art.3º, parágrafo I.

<sup>8</sup> As associações de usuários e familiares, conforme anteriormente visto, surgiram na trajetória do Movimento da Reforma Psiquiátrica Brasileira, algumas com cunho de mobilização para a questão da saúde mental, outras também estão ligadas aos novos serviços substitutivos, como os NAPS e CAPS. Surgiram dentro de uma nova concepção de atenção a saúde mental, onde o envolvimento e a participação dos usuários dos serviços foi fundamental.

governamentais, formas de inserção dos portadores de transtorno mental no mercado formal e informal de trabalho.

Além disso, a AAG tem uma sede onde são realizados diferentes ações com foco na saúde mental, procurando atender usuários, familiares e pessoas da comunidade. Dentre essas ações estão a realização de cursos ministrados por profissionais voluntários, onde participam crianças, jovens e adultos encaminhados pelos serviços de saúde da cidade e da região metropolitana de Curitiba.

A Associação se mantém com recursos financeiros advindos de doações diversas, com pagamentos de anuidade de seus sócios colaboradores e de convênio com a Secretaria Municipal de Saúde (SMS). Mantém também convênio de parceria técnica com o governo estadual, através da Secretaria Estadual de Saúde (SES), na designação de funcionários que contribuem para a organização e estruturação da entidade. São esses recursos que possibilitam a sustentação e o desenvolvimento das diferentes propostas realizadas. Mesmo existindo outras associações do gênero no Estado, a AAG é considerada pioneira em realizar um trabalho articulando a comunidade, usuários e profissionais dos serviços da saúde mental.

A Associação participa de atividades relacionadas às questões de saúde mental como eventos/palestras/cursos/fóruns; também representa a questão da saúde mental como membro no Conselho Municipal de Saúde. Ainda, organiza e estimula a participação em eventos comemorativos à saúde mental, como Dia Estadual de Saúde Mental, Dia Mundial da Saúde Mental, e outras confraternizações como festas Junina, Natalina, etc. O trabalho realizado pela Associação é reflexo de amplas mobilizações que vêm ocorrendo no âmbito da saúde, como vimos anteriormente. A AAG coordena também uma residência terapêutica, que é uma casa abrigo às pessoas que ficaram internadas em manicômios por quinze anos ou mais, consideradas como doentes crônicos, e que perderam toda a referência familiar e social. A residência terapêutica é uma experiência pioneira no Estado do Paraná, e vem sendo ampliada

com a construção de outras unidades similares. A implantação das residências terapêuticas está incluída na rede de serviços substitutivos, conforme prevê a Lei 10.216 (art. 5º.), sendo amparadas pelas Portarias Ministeriais 106 e 1.220.<sup>9</sup>

Dentre as ações desenvolvidas na sede da associação, está o trabalho com jovens, que se constitui no foco deste estudo. Esse trabalho envolve encontros semanais (quintas-feiras) com duração de duas horas, nos quais os jovens realizam atividades alternadas de biodança, desenho/xilogravura, noções de informática e confecção de bijuterias. A ênfase do trabalho não está na atividade em si - esta muitas vezes funciona como um atrativo para os jovens participarem, - mas na constituição de momentos de interação e convivência entre eles com distintas situações e realidades. De modo geral, dentre as situações que levaram esses jovens a participarem dos atendimentos em saúde mental, estão as dificuldades relacionadas ao ambiente familiar e escolar e ao envolvimento com drogas.

Na Associação são realizadas algumas atividades que buscam, a partir do interesse demonstrado pelos jovens, que estes expressem sua afetividade/emoção, possibilitando a construção de vínculos de solidariedade e afeto e momentos onde eles podem falar de si, compartilhando, ouvindo e interagindo com outros iguais. Esses encontros são também possibilidades de construção de um espaço concreto de participação social que permite a esses jovens expressar a sua singularidade, conviver com a semelhança mas também com a diferença e ir constituindo pouco a pouco a sua subjetividade.

O processo construído ao longo dos encontros realizados com os jovens na Associação é que constitui o foco desta pesquisa.

---

<sup>9</sup> Os serviços residenciais terapêuticos em saúde mental, também denominados na literatura com os nomes de lares abrigados, moradias assistidas, casas lares foram regulamentados pela Portaria 106, do Ministério da Saúde em 11 de Fevereiro de 2000. esta portaria prevê em seu Art. 1º. "Criar os Serviços Residenciais Terapêuticos em Saúde Mental, no âmbito do Sistema Único de Saúde, para o atendimento ao portador de transtornos mentais. Parag. Único". Entende-se como Serviços Residenciais Terapêuticos, moradias ou casas inseridas, preferencialmente, na comunidade, destinadas a cuidar dos portadores de transtornos mentais. egressos de internações psiquiátricas de longa permanência, que não possuam suporte

## CAPITULO III. ESTRATÉGIAS METODOLÓGICAS

"Consciência e conhecimento se constróem, se estruturam e se enriquecem em cima de um processo de ação e reflexão empreendido pelos protagonistas de uma prática social vinculada a seus interesses concretos e imediatos.  
(Paulo Freire, 1981)

### 3.1 - A opção pela pesquisa qualitativa e pela observação participante

Optei, nesta investigação, por utilizar a pesquisa qualitativa, tendo em vista os pressupostos epistemológicos escolhidos na construção teórica. Esses pressupostos estão presentes na abordagem histórico-cultural e levam em conta o sujeito como determinante e determinado social e historicamente.

A escolha deste tipo de pesquisa foi considerada em virtude da necessidade de maior inserção no contexto organizacional procurando, em um primeiro momento, uma aproximação com a realidade, com os sujeitos envolvidos e com a problemática a ser estudada.

Para Becker (1999), usamos a pesquisa qualitativa “quando estamos especialmente interessados em compreender uma organização específica ou um problema substantivo, ao invés de demonstrar relações entre variáveis abstratamente definidas” (p.48). O autor defende esse método como um esforço do pesquisador para dar sentido teórico às suas pesquisas, em que ele compreende que não conhece, *a priori*, o suficiente da organização, os problemas e hipóteses relevantes que precisam ser descobertos.

Na pesquisa qualitativa os fenômenos são estudados em seu contexto natural, privilegiado tanto a percepção do pesquisador quanto a do pesquisado. Nessa forma de pesquisa, a participação do pesquisado é de extrema importância: leva-se em consideração a

perspectiva dos participantes e o contexto onde é realizada a pesquisa, isto é, a forma como se desenvolvem os fatos.

A pesquisa qualitativa possibilitou-me encontrar espaços para entender o cotidiano dos jovens pesquisados, oferecendo também a oportunidade de junto com eles viver o processo de construção de um trabalho conjunto. A aproximação dos jovens, nessa prática grupal, permitiu perceber a interação entre eles e, principalmente, vivenciar situações mais profundas de vínculos que iam se estabelecendo ao longo do processo grupal, dado o clima de confiança e a proximidade entre as pessoas envolvidas. Enquanto pesquisadora, todavia, pude me revelar ao grupo também como um sujeito em permanente construção de "mim mesma", evidenciando minha disponibilidade para efetuar trocas de experiências com os participantes.

Descrevendo a importância da metodologia de pesquisa qualitativa, Minayo (2000) argumenta que seu objetivo principal é ser capaz de “incorporar a questão do significado e da intencionalidade como inerentes aos atos, às relações e às estruturas sociais, sendo essas últimas tomadas tanto no seu advento quanto na sua transformação, como construções humanas significativas” (p.10).

Sallas et al. (1999), na perspectiva sociológica, demonstram uma posição semelhante ao argumentarem que a pesquisa qualitativa procura o sentido, o conteúdo das manifestações da vida social, própria dos sujeitos que interagem em um universo possível de significações (individuais, sociais e culturais), atribuídas tanto à ação, quanto na relação com os outros. As relações humanas são permeadas pelas dimensões emocionais, racionais, também pelas contradições, coerências e aspirações reveladas nas atividades e concretizadas através dos sujeitos. São estes aspectos que procurei observar no desenvolvimento da pesquisa.

Considerando a escolha pela metodologia de pesquisa, optei pela observação participante como instrumento prioritário de coleta de dados, por esta me permitir maior inserção na realidade a ser estudada. Convivendo com os sujeitos e com os fatos da pesquisa,

fui me aproximando cada vez mais dos dados, considerando também que fazia parte do contexto sob observação, modificando e sendo transformada por esse contexto.

Minayo (2000), ao tratar do uso da observação participante na pesquisa qualitativa, sinaliza para o fato de que:

A natureza mais aberta e interativa de um trabalho qualitativo que envolve a observação participante, permite que o investigador combine o afazer de confirmar ou infirmar hipóteses com as vantagens de uma abordagem não estruturada. Colocando interrogações que vão sendo discutidas durante o processo de trabalho de campo, ela elimina questões irrelevantes, dá ênfase a determinados aspectos que surgem empiricamente e reformula hipóteses iniciais e provisórias. (p.96)

Considerando minha opção predominante pela observação participante, elaborei um diário de campo (Volume II), onde procurei registrar sistematicamente todas as informações e dados que ia observando nos encontros dos jovens. Após o mês de agosto de 2002, quando comecei a freqüentar regularmente os encontros, passei a realizar também o registro por meio de gravações em fitas cassetes, que foram posteriormente transcritas, visando obter dados mais fidedignos das falas e expressões utilizadas pelos participantes.

Como parte dos procedimentos metodológicos realizei, mediante autorização da Presidente da Associação, mais quatro encontros específicos com os participantes, em quintas-feiras alternadas. Nesses encontros, utilizei algumas técnicas grupais em que busquei perceber outros aspectos do processo de interação que poderiam ser indicativos do processo grupal. O uso de técnicas grupais nas atividades realizadas deu-se com o intuito de perceber as opiniões, as preocupações, as prioridades, percepções, interesses e contradições dos jovens acerca dos encontros realizados e do trabalho da Associação. Objetivava também, a partir da narrativa dos participantes, tanto das atividades observadas quanto das atividades por mim realizadas, obter um conjunto de dados que contribuiriam posteriormente na análise.

Quando acompanhava as atividades realizadas por outros profissionais, procurava colaborar com os instrutores e, dependendo da atividade, organizava e distribuía o material, participava das vivências (como no caso da biodança), estimulava os jovens mais

desinteressados e compartilhava dos assuntos comentados pelos participantes. Somente após o término do encontro é que registrava os fatos ocorridos no diário de campo. Nas atividades que realizei sozinha com os jovens, tinha o auxílio de um gravador. Então, fazia uso de técnicas de grupo para estimular a reflexão dos jovens sobre determinado assunto, participava dos diálogos e posteriormente transcrevia o ocorrido, registrando também minhas impressões sobre a atividade.

Nessa fase, realizei também um levantamento de documentos referentes à instituição e busquei, junto à presidente da Associação, aos jovens e a seus familiares, informações das situações que motivaram o encaminhamento e a participação daqueles jovens nas atividades da Associação. Não foi possível o acesso aos prontuários e fichas documentais dos participantes, de modo que os dados considerados em relação à situação de saúde, escolaridade, idade, entre outros, foram os obtidos de forma verbal da coordenadora do grupo, dos familiares e dos próprios jovens.

### **3.2 Os momentos da pesquisa**

Cumprida as formalidades legais para desenvolvimento da pesquisa, tais como, a qualificação do projeto pela banca examinadora composta por professores da UFPR e a aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa - de acordo com a resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde, no que diz respeito às Diretrizes e Normas Regulamentadoras de Pesquisa Envolvendo Seres Humanos -, solicitei autorização da presidente da Associação<sup>10</sup> para acompanhar todas as atividades em que participavam os jovens integrantes da pesquisa. Elaborei um termo de consentimento (em anexo) que foi entregue aos jovens e seus responsáveis, informando como seria realizada a investigação e me comprometendo a manter

---

<sup>10</sup> Importante ressaltar que a presidente da Associação, também é a mesma profissional (psicóloga) que coordena todas as atividades realizadas, inclusive os encontros dos jovens.



sigilo sobre as informações obtidas durante a realização da pesquisa. Conversei também com os outros profissionais e voluntários que atendiam os jovens sobre o teor da pesquisa, solicitando permissão para permanecer na sala durante a realização das atividades.

Quando iniciei o processo de pesquisa na Associação, em 2002, já tinha conhecimento do trabalho que era realizado com os jovens, pois participava desde 2001, como voluntária na instituição pela Escola de Biodança de Curitiba e freqüentava o grupo, uma quinta-feira por mês, para realizar uma atividade com os participantes. O fato de já acompanhar os jovens em uma das atividades e ter estabelecido uma boa relação com os participantes, facilitou a minha presença nas outras atividades e não tive problemas para dar prosseguimento à pesquisa.

Estou considerando como período de observação, para efeito desta pesquisa, o período de abril de 2002 a abril de 2003<sup>11</sup>. Os registros gravados em fitas cassetes, somente foram iniciados no mês de agosto, quando comecei a freqüentar todos os encontros realizados com os jovens. Devido ao uso inadequado de equipamento para efetuar a gravação, parte do material gravado foi inutilizado, dada a dificuldade para transcrevê-los (muito barulho, som baixo, falas entrecortadas por outros ruídos...).

Contudo, ao transcrever o material gravado, pude perceber como foi importante registrar alguns desses momentos, pois isso possibilitava que ficasse mais atenta às outras formas de comunicação entre os jovens que não se limitavam somente à expressão verbal. As gravações também permitiram maior riqueza de detalhes, uma vez que, ao transcrever as fitas, percebi outros aspectos que dificilmente seriam percebidos se não fossem gravados, como entonação de voz, a opinião que eles emitiam juntamente com a fala de outro colega, críticas e apoio à fala do outro, e assim por diante.

---

<sup>11</sup> A observação dos encontros e os dados registrados em 2003, possibilitaram traçar um paralelo entre este ano e o anterior, visto que em dezembro de 2002, houve uma "ruptura" dos encontros pelo período de férias. Em 2003, muitos jovens, por diversas razões deixaram de participar dos encontros, permanecendo quatro do ano anterior e tendo entrado três novos participantes. Ocorreram outras modificações estruturais na associação (mudança dos membros da diretoria, de local da sede) que contribuíram para "desmobilizar/desarticular" o trabalho. Esta desarticulação me permitiu ver, com mais nitidez, o movimento do grupo em dois momentos bem distintos.

Realizei também o registro, por meio de filmagens e fotografias, de alguns momentos dos jovens nas atividades.

Passei a freqüentar a Associação em outros eventos e festividades em que os jovens eram convidados, como a atividade realizada para o Dia Mundial de Saúde Mental (10/10) e a festa junina organizada pela entidade.

Durante todo o período de observação, aproveitei também para atender e conversar com alguns responsáveis que iam levar os filhos nas atividades e busquei auxiliar os profissionais e voluntários em algumas tarefas, o que aumentou ainda mais o meu vínculo com os jovens. Participava de todas atividades realizadas, observava as relações que iam sendo estabelecidas entre os jovens com as outras pessoas que freqüentavam a Associação (voluntários, profissionais, coordenação) e a sua interação durante as atividades. Durante esse período, acabei mediando muitas situações que ali surgiam (tanto com os jovens, quanto com os voluntários da associação), tornando-me um elo de comunicação entre os profissionais e a coordenação. Como exemplo, atendia situações de conflito entre os jovens e realizava encaminhamento para projetos ou órgãos diante da solicitação dos jovens e/ou seus familiares.

Realizando um contato mais próximo e amigável com os jovens, pude observar mais atentamente os valores expressos pelos participantes, o estilo do relacionamento entre eles, a expressão criativa e lúdica nas atividades, evidenciadas por expressões verbais e corporais (gestuais). Foi possível ir aos poucos conhecendo o “vir-a-ser” desses jovens nos encontros, surgindo vários aspectos que me ajudaram a delinear mais claramente o foco de pesquisa, bem como levantar outras categorias a partir dos dados empíricos que nortearam minha interpretação e análise dessa realidade.

### 3.3 Dos encontros e das atividades realizadas

Os encontros aconteciam todas às quintas-feiras, das 14 às 16 horas, com atividades alternadas de confecção de bijuterias, desenho com xilogravura, biodança e noções de informática. A confecção de peças em bijuterias era mais voltada à produção de peças que pudessem ser comercializadas e tornar-se uma forma geradora de renda para os jovens; o desenho com xilogravura permitia a expressão livre por meio da pintura e do desenho; a biodança, voltada para a expressão corporal por meio de músicas e movimentos, trabalhava a expressão das emoções/sentimentos; noções de informática eram voltadas para a utilização dos microcomputadores doados à Associação. Essa última forma de atividade, embora fosse a de maior interesse dos jovens, foi desenvolvida de forma bastante precária, considerando o fato de serem utilizados equipamentos antigos e ultrapassados e pela dificuldade de encontrar profissionais que pudessem realizar um trabalho voluntário.

Algumas atividades mobilizavam mais a expressão verbal dos participantes. A biodança, durante um momento denominado “vivência verbal”, possibilitava aos participantes falarem mais de si mesmos, de coisas de seu cotidiano. Além disto, por ser uma atividade voltada para a expressão das emoções/sentimentos, contribuía para uma maior interação entre os jovens, uma vez que estimulava a liberação da emoção e o contato afetivo (abraço, toque solidário) entre os participantes.

Dentre os jovens, alguns tinham preferência por uma determinada atividade, mas havia os que gostavam de freqüentar os encontros apenas para conversar ou paquerar. Contudo, no geral, todos realizavam o que era proposto, conforme veremos posteriormente na análise.

### 3.4 Características dos jovens que participam da Associação

As atividades realizadas na Associação eram abertas à comunidade e, com isso, participavam dos encontros jovens encaminhados por distintas instituições que atuam na área de saúde, jovens oriundos da própria comunidade ou ainda amigos e parentes de jovens que já freqüentavam a Associação. Havia uma rotatividade freqüente nos encontros, entretanto alguns jovens compareceram mais assiduamente durante o período de investigação, possibilitando uma observação mais detalhada e um acompanhamento mais sistemático por parte da pesquisadora.

Ao longo dos encontros permaneceram os jovens que se identificaram com a proposta e com os demais participantes, uma vez que não havia uma imposição institucional para sua presença. Desses, participaram mais intensamente dos encontros nove jovens de ambos os sexos e com idades entre 12 e 28 anos. Eram advindos das classes populares, residentes em bairros de Curitiba e região metropolitana, especificamente os residentes em Piraquara, Almirante Tamandaré e Colombo, e em seus relatos aparecem diferentes motivos que os levaram a participar dos encontros da Associação. Entre estes motivos estavam as dificuldades relacionadas à escola (comportamento e aprendizagem), relacionamento familiar (agressividade), relato de tratamento por uso de drogas e atendimentos psiquiátricos (diagnóstico de esquizofrenia, entre outras patologias). Desses nove jovens, quatro faziam uso de medicamentos e eram acompanhados por psicólogos e/ou psiquiatras no CPM.

A situação escolar dos jovens era muito heterogênea: envolvia desde aluno de classe especial (sem saber ler e escrever) a outros com segundo grau completo, havendo até os que iam prestar o vestibular. Havia dois jovens que, no período pesquisado, estavam afastados da escola e a ela retornaram após participarem das atividades na Associação.

Para visualizar melhor os dados e sinalizar as diferenças e contradições entre as condições de vida de cada um dos participantes investigados, elaborei um quadro sintetizando as principais informações obtidas sobre os jovens, conforme a tabela 1.

Tabela 1:

Nome	Idade (Anos)	Escolaridade	Motivo de participação	Observações do jovem nas atividades
Roderval [Rod]	13	4 <sup>a</sup> .serie 1 <sup>o</sup> .grau	Encaminhado pela escola para a psicóloga do CPM por problemas de conduta e de aprendizagem.	Nos encontros era muito brincalhão e bastante participativo nas atividades.
Jose [Jô]	28	3 <sup>a</sup> . série 1 <sup>o</sup> .grau (supletivo)	Irmã de Rod. Acompanhava o irmão e gostava de participar das atividades.	Morava com os pais e cuidava dos irmãos menores. Tinha um filho de três anos que deixava na creche para vir aos encontros. Participava ativamente e suas reflexões ajudavam na interação grupal.
Roberto [Rob]	16	8 <sup>a</sup> .serie 1 <sup>o</sup> .grau	Faz tratamento psiquiátrico e psicológico desde os 12 anos. Encaminhado pelo psiquiatra com o objetivo de socialização.	Nos encontros apresentava comportamento oscilativo, ora agitado, ora integrado, ora dormia durante as atividades. Participava sempre da biodança, atividade que diminuía sua agitação e o deixava mais afetivo.
Vanilda [Van]	17	2 <sup>o</sup> . grau completo	Encaminhada pelo CPM, onde fazia atendimento psicológico, por problemas relacionados à agressividade, rebeldia e isolamento social.	No decorrer dos encontros deixou de ter atitudes hostis para com seus colegas, passando a colaborar com os demais, ajudando aqueles que tinham mais dificuldades.
Francine [Fran]-	22	1 <sup>o</sup> . grau completo	História de esquizofrenia surgida na adolescência. Faz atendimento psiquiátrico e psicológico e usa medicamentos controlados. Encaminhada ao grupo com o objetivo de socialização. Vem aos encontros acompanhada por um familiar (pai ou mãe).	Apresentava comportamento impulsivo nos encontros. A medicação inibia sua interação com os demais. Gostava mais da atividade de confecção de bijuterias.
Franco [Fco]	22	2 <sup>o</sup> . grau	Encaminhado por um profissional do CAPS com história de internamento por uso de drogas. Fazia tratamento psicológico e utilizava medicamentos.	Inicialmente apresentava comportamento retraído e isolado. Começou depois a interagir e a integrar-se, falando mais dele mesmo e refletindo com o grupo acerca de seus problemas e de seus projetos de vida futuros.
Cleber [Cleb]	14	Estudava em classe especial, ciclo básico, 2 <sup>a</sup> .série/ 1 <sup>o</sup> . grau	Expulso da escola após uma briga com um colega, foi encaminhado por problemas de comportamento e de aprendizagem.	No grupo era participativo e gostava de fazer as atividades propostas. Dos participantes era o que tinha uma situação econômica mais desfavorável. Dentre as atividades que dizia gostar estavam a informática e a biodança. Voltou a estudar em 2003, tendo sido orientado a fazer o supletivo.
Jormar [Jor]	16	6 <sup>a</sup> . série/ 1 <sup>o</sup> . grau (sem estudar)	Encaminhado por problemas escolares e dificuldades de relacionamento.	Relatava que tinha tido problemas de adaptação na escola pois tinha vindo de outro estado. Nos encontros era bastante comunicativo e sempre tinha uma atitude prestativa com seus colegas. Estava sempre mediando situações, quando surgia algum conflito.
Leandro	21	Supletivo série	5. <sup>a</sup> /8. <sup>a</sup> Paraplégico. História de dificuldades de convivência no âmbito familiar. Encaminhado com o objetivo de socialização.	Nos encontros era um dos mais participativos. Participava de todas as atividades mesmo usando cadeira de rodas. Mobilizava os outros jovens com suas reflexões sobre diversos assuntos

### 3.5 Considerações sobre os dados e a análise

Pela natureza da pesquisa realizada, foi possível recolher uma enorme quantidade de material a respeito da temática estudada. Foi necessário aglutinar o que era significativo e apresentá-lo em uma ordenação de modo a constituir um todo coerente.

Para realizar a análise do material da pesquisa, considerando a orientação metodológica de Minayo (2000), busquei organizar os dados do seguinte modo:

Inicialmente, transcrevi todo o material gravado em fitas cassetes, dos encontros dos jovens e das minhas observações, constituindo o diário de campo com 139 folhas de relatório, correspondendo a 27 encontros e 54 horas de observação. Essas transcrições me possibilitavam maior familiarização com a totalidade do trabalho na fase da investigação.

Após a transcrição do material, realizei uma leitura atenta e repetida dos textos, já sinalizando os dados que apareciam com mais frequência tanto nos discursos dos jovens, quanto dos fatos por mim anotados. Após várias leituras do material, busquei realizar uma primeira classificação destes dados em temas relevantes. Nesta etapa, evidenciaram-se os diferentes discursos dos jovens, que retratavam como eles se percebiam, como viam seus colegas neste e em outros espaços da sociedade (entre eles a família, a escola, o trabalho, a igreja), seus interesses, idéias, valores, necessidades, entre outras representações que considerei importante analisar e apresentar no trabalho. Na seqüência, fiz uma releitura do material e, ao observar que muitos destes dados eram similares pois, embora formulados de maneira diferente, expressavam o mesmo sentido em outros contextos, fui agrupando-os em conjunto de narrativas que pudessem ser analisadas à luz das categorias analíticas. Esse momento é denominado por Minayo (2000, p.235) como “mapa horizontal das descobertas”. Considerando a revisão teórica e metodológica já realizada, tendo como base os pressupostos iniciais da pesquisa relacionados ao desenvolvimento do processo grupal e utilizando o

método dialético, fiz nova leitura minuciosa e exaustiva de todo o material da pesquisa, articulando-o com as categorias levantadas e sintetizando-o, construindo a apresentação do relatório final da pesquisa.

A análise é composta de dois temas principais. O primeiro intitulado, *Quem são estes jovens?*, em que apresento ao leitor um pouco do universo observado durante um ano de trabalho. O segundo tema versa sobre a questão principal da pesquisa, que se intitula o *Movimento do processo grupal*, em que é traçada a trajetória (não linear) do desenvolvimento dos encontros e a possibilidade de construção de um processo grupal.

Esses dois momentos se constituíram numa forma estratégica de demonstrar, por meio da relação entre conjunto de narrativas e as categorias teóricas, a pesquisa propriamente dita. Compreendo que não é um conteúdo acabado visto que, conforme argumenta Minayo (2000, p.237), o produto final é sempre provisório, pois “inclui num mesmo projeto, o objeto, o sujeito do conhecimento e as próprias interrogações em movimento totalizador” (p.237). A interpretação, contudo, busca superar as dicotomias presentes entre a objetividade e a subjetividade, a exterioridade e a interioridade, a análise e a síntese, revelando no produto da pesquisa um momento da práxis do pesquisador.

Minayo (2000, p.237-238) propõe que a análise final faça parte de uma vinculação estratégica com a realidade, em que “se chegue à conclusão do trabalho com pistas e indicações que possam servir de fundamento para as propostas de planejamento e avaliação de programas, revisão de conceitos, transformações de relações, mudanças institucionais, dentre outras possibilidades”.

## CAPÍTULO IV- ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

“Quando eu comecei neste grupo... com certeza era de um jeito, agora estou diferente...hoje eu posso dizer que sou valorizado e que valorizo.... se fosse a algum tempo atrás isto seria muito diferente. E isto é muito legal!... Isto faz parte da minha recuperação”

Leandro, 2002

Num primeiro momento da pesquisa tinha em mente abordar apenas a questão de uma prática social, apontando para o desenvolvimento do processo grupal. Contudo, durante a classificação e análise dos dados, surgiram outros aspectos que considerei muito significativos sobre os sujeitos e suas realidades. Considerando a importância destes dados, optei por criar mais um tópico, denominado *Conhecendo os jovens participantes*, para apresentar os jovens pesquisados de forma a possibilitar ao leitor aproximar-se e conhecer um pouco mais sobre eles.

Buscando respeitar os dados, centrei a análise, nas falas, diálogos e expressões de nove jovens que freqüentaram mais assiduamente os encontros, situando o momento onde se deu o momento sócio-histórico dos mesmos. Utilizei, inicialmente, as falas dos jovens expressas durante a realização das atividades na Associação. Dessas falas, formei um conjunto de narrativas que retrataram as opiniões, idéias e concepções das diferentes dimensões do cotidiano dos sujeitos pesquisados. Elas expressam os interesses, os valores, a concepção de mundo, a percepção de si e percepção do outro, a percepção da sociedade, as relações com a família, com a escola e com outros grupos sociais.

Utilizei também, como base, os estudos de Sallas et al. (2001) sobre uma pesquisa realizada com jovens e em parceria com a UNESCO,<sup>12</sup> que forneceu-me dados indicativos para ilustrar, argumentar e analisar esta parte do trabalho.

---

<sup>12</sup> A pesquisa foi desenvolvida em Curitiba e intitulada-se *Jovens de Curitiba: esperanças e desencantos*.



Na seqüência, abordei o tema principal da pesquisa, denominado *Desenvolvimento do Processo Grupal*. Nesta temática, a partir do olhar das categorias teóricas, demonstro como foram se desenvolvendo os encontros na Associação. Apresento este processo em três momentos que identifiquei como os mais significativos da interação dos jovens.

#### 4.1 Conhecendo os jovens participantes

Quase todos os jovens que participaram das atividades da AAG, estiveram ou ainda permanecem em atendimento em serviços de saúde mental. Entre os motivos mais assinalados para esse atendimento estavam as situações voltadas para questões escolares, em geral relacionadas à dificuldades na aprendizagem e de comportamento. Como problemas de comportamento, os jovens apontavam dificuldades de relacionamento com os colegas, professores e familiares, advindo daí conflitos na escola e na família que resultaram em encaminhamentos para atendimento com psicólogas e/ou outros profissionais da saúde.

Jô: É o Rodeval veio encaminhado desde lá de Piraquara (da escola/do posto), para o CPM ... Ligaram para nós da escola, a professora e .... vim conversar com a Vilma (psicóloga). Ele tinha problemas de... agressão ... com os colegas...  
Jormar- ....comecei a ter um monte de problemas de disciplina, pois eu falo bastante né? Eu não conseguia me concentrar na aula, tirava notas baixas... (DC 29/08, p.32).

##### 4.1.1 Relação com a sociedade

Nas falas dos jovens e de seus familiares eram enfatizadas as dificuldades de relacionamento, consideradas por alguns como problemas de conduta e rebeldia no âmbito escolar e familiar. Contudo, a concepção relatada por eles contradizia a participação dos mesmos nas atividades, uma vez que não encontrei na interação deles quaisquer dados que comprovassem essas falas. O mesmo se deu com os jovens que tinham uma história de isolamento e que, não só participavam ativamente das atividades, como também tinham

atitudes de solidariedade e atenção para com os colegas. Este dado também foi constatado na fala de alguns jovens: quando indagados por que participavam das atividades na AAG, apontavam a interação com os outros e a possibilidade de ter novas amizades:

Roberto: Por motivo de... melhorar a minha pessoa... tanto aqui, na escola, na rua... com as pessoas, em todo lugar... e...saber conversar, saber fazer alguma coisa na vida, né?... e... principalmente arranjar amigos, é... enfim. (DC 29/08, p.33)

Em geral, os jovens não relacionavam suas dificuldades com problemas psíquicos, e sim, abordavam-nas como crises que se manifestavam de diferentes formas:

Fco: Ah! eu começo a ficar irritado, eu já não dormi...parece que o mundo acabou pois eu não consegui dormir, né? vem a irritação daí eu tenho que conversar com pai, conversar com a mãe... daí não posso... não cumprio os compromissos combinados... acabo ficando em casa... e eu tava em crise assim aí ele me levou lá psicóloga lá no CPM, e me deram uma injeção, né!por que eu tava em crise assim... e daí eu não sei se melhorei... eu fiquei meio bobo assim... meio de ...sei lá dá uma esfriada nos ânimos ... Era mais... eu não sei... é mais... como vou dizer... um sentido de autopreservação, assim... como se eu quisesse me salvar... é como se eu tivesse morrendo...e falasse assim... pô me salve! Eu preciso de ajuda... daí eu vou lá e eles me dão uma injeção... daí eu melhorei.. mas eu não sei... não sei nem como é que é ...(DC 31/10, p.64)

Van: ...quando meu pai faz alguma coisa que eu não gosto...às vezes me batem... querem me bater... daí eu começo a gritar com eles... (DC 31/10, p.63)

Rob: Eu já tive crises também.. por que... tipo... quando meu pai vem... não me deixa fazer nada... fazer nada do que quero fazer, né... eu já tive crises... umas duas vezes...por que...aí eu acabo saindo de casa, daí eu chego meia-noite em casa...

Os jovens demonstravam dificuldades em falar de sua situação de saúde mental e do tratamento que faziam. Isso só foi possível após o estabelecimento de vínculos de confiança entre a pesquisadora e os participantes. Relatavam sentir o preconceito e rejeição por parte das pessoas em relação aos seus problemas:

Fco: Acho que senti... até... mais um pouco de rejeição das pessoas... Ah! eu sinto assim um pouco de medo das pessoas... mas...

M- O que te dá medo nas pessoas...?

Fco: Ah não sei, as vezes no que eu penso... assim ... não me compreendem... Não conseguem... como é que é...

Van: Te aceitar... (DC 19/09 p.38)

O sentimento deste jovem era compartilhado pelos outros participantes que, de diferentes modos, sinalizavam que não queriam ser identificados como portadores de

transtornos mentais. Esse fato foi evidenciado pela dificuldade desses jovens de participar de eventos abertos à comunidade. Definiram assim suas dificuldades:

Vanilda disse que ficou nervosa com o público, pois não sabia que iriam se apresentar para um “monte de gente” no fim achou divertido...  
 Jormar disse que chegou atrasado e não quis subir no palco e ficou só olhando...  
 Roberto - também chegou atrasado no dia e demonstrou dificuldade em expressar, falou que achava melhor ficar olhando... (DC 06/06, p.11)  
 Jor: Eu tava lá...Eu fui mas não fui... Vergonha [diz prá Van...]  
 Van: Ah! eu não tinha vontade... fazer uma atividade prá todo mundo ver...  
 Van: É... eu fico com vergonha  
 Jor: Eu também fico com uma vergonha do caramba... de estar com o grupo.....não é o que eu penso... é o que o povo pensa....  
 Van: É que você não conhece o “meu colégio” [refere-se aos colegas da turma...]...o pessoal é muito sarrista...  
 Jor: É por que é o seguinte... o povo tem um certo preconceito, né?...  
 Rod: Fala que é maluquice, né... (DC 17/10, p.49-50).

A questão do estigma e do preconceito foi sinalizada durante todo o processo e demonstrada pela dificuldade dos jovens se reconhecerem enquanto fazendo parte da Associação. Alguns jovens não queriam participar e relatavam que não tinham nenhum problema. Havia familiares que faziam questão de frisar que seu filho só estava acompanhando e que não tinha “problema mental”. O trabalho na AAG era visto como para portadores de transtorno mental.

#### 4.1.2 Interesses e expectativas

Entre os participantes, alguns tinham dificuldades de falar de situações da sua vida, principalmente de aspectos relacionados à sua escolaridade:

Durante as apresentações no grupo um dos jovens pediu para não que eu não perguntasse a escolaridade dele, pois tinha vergonha de falar que estava na 1ª.série/classe especial. (DC 23/05, p.10)  
 Cleb: [pausa] eu tava... eu tava em classe especial...  
 Jor: eu só parei de estudar um ano é que eu reprovei...// Eu!... eu parei na quinta... quer dizer eu tô na quinta e sexta, depois vou fazer prova de sétima e a oitava..... (DC 21/10, p. 78)

Esses jovens, como quaisquer outros, tinham vários interesses e expectativas em relação ao futuro. Entre os interesses apontados, observei a busca pelo acesso aos meios tecnológicos, principalmente com a informática, como necessário à formação profissional, como neste comentário da pesquisadora:

Em relação às expectativas dos participantes, alguns estavam procurando o curso de informática com vistas ao acesso ao mercado de trabalho (DC 23/05, p.9)

Dos jovens presentes, cinco deles demonstram conhecer bem o micro, lidam com internet (participam de chats), têm computador em casa e se colocaram disponíveis para ajudar os que não sabem. (DC 23/05, p.10)

A informática surgiu como uma possibilidade deles sentirem-se iguais aos outros jovens com os quais conviviam:

Jorge: Ah! Eu achei legal... quando eu tinha computador em casa em ficava fuçando, fuçando e não sabia nada.... daí com estes encontros aqui eu consegui aprender um pouco mais...

Rodson: - Eu achei legal ficar mexendo no computador né...e aqui pude mexer um pouquinho mais... (29/08,p.29).

Um fato curioso é que alguns dos jovens não tinham acesso aos recursos tecnológicos, porém falavam deles como algo comum a todos, considerando-os como algo importante ou necessário socialmente. Imaginavam diferentes situações que envolviam esses novos recursos:

Jo: - Mas esses caras não têm... será que não tem uma secretaria eletrônica...

Van: Nem todo mundo precisa ter....

Jor: Vc acha que todo mundo tem secretária eletrônica..

Jô: Agora, com o celular, não precisa de secretaria eletrônica....?

Jor: Como diz uma amiga minha: celular e celulite todo bundão tem

Jô: Tempos atrás ninguém tinha celular, né?... agora celular se duvidar até o cachorro tem celular... seis anos atrás ninguém tinha celular era a maior novidade....e agora...

Jô: Mesma coisa é computador....você estão falando de celular, não é?... Computador é a mesma coisa. Não tem mais destes computadores [aponta para os computadores da AAG], agora é a época do lap-top, todo mundo tá usando está usando lap-top agora....

Jor: Daqui a pouco todas as escolas vão ser assim.... não vai ter mais quadro... vai ter um projetor ligado no computador... daí o professor chega e vai direto no computador... cada aluno vai ter o seu computador.... aí o professor vai mostrando a aí vai ser a aula... (DC 17/10, p.50-51)

As atividades realizadas também despertavam o interesse dos jovens. Uma das que mais mobilizava a participação deles era a biodança, sendo abordada pelos participantes do seguinte modo:

Jô: Eu acho que é uma coisa que relaxa, uma coisa diferente, né? Pois na aula a gente fica o tempo todo sentado em sala de aula, em casa é aquela correria. Então não é dança, é uma coisa que relaxa, eu gosto// Rob: A biodança é importante para nós para nos sentirmos calmos// Jor: Agora quando a gente fala das atividades, as vezes a gente fica só numa atividade, aí a gente não tem tempo... eu acho que a biodança, deixa a gente mais calmo... antes eu tinha muitos problemas, eu sou muito estourado em casa, sabe ... brigava muito com minha mãe assim... e eu acho que hoje eu estou muito mais calmo, tô mais sossegado por causa da Biodança...(DC, 29/08, pp.29-31).

O interesse pela atividade de biodança surgiu pela oportunidade dos jovens poderem expressar-se verbalmente, falando de si mesmos e dos seus sentimentos e sendo ouvidos pelos demais participantes. Em vários momentos, eles apontavam para a necessidade de terem mais espaços, como na biodança, para poderem conversar, falarem dos problemas e trocarem idéias. A fala seguinte é um exemplo:

Jô: Eu me lembro, quando sua mãe veio, inclusive me deu conselhos, seu pai também participou... eu acho que isto é importante! Eu acho que a gente devia fazer mais reunião para cada um que tá aqui contar da sua dificuldade... conversar sobre seu problema, e com as atividades foi tirado esta oportunidade de cada um falar de sua dificuldade na escola, na família, que cada falasse um pouquinho... devia continuar com as atividades mas tirar um tempinho para conversar sobre as dificuldades, por que cada um vai aprendendo pela dificuldade do outro e foi tirado esta oportunidade das crianças...todo mundo tem problemas com sua família, com seus amigos... então... ver como cada um convive com isto... ( DC 29/08, p.31)

Em algumas ocasiões, os interesses pelas atividades estavam relacionados à possibilidade de realizarem outras coisas as quais não tinham acesso em casa ou na comunidade. As atividades que necessitavam da expressão de habilidades, como no caso do desenho/xilogravura e a confecção de bijuterias, mesmo não mobilizando o interesse de todos, foram consideradas importantes para alguns deles.

Os jovens também expressavam a necessidade da convivência grupal, da amizade e do companheirismo. Enfatizavam a importância da troca, da partilha verbal e de poder contar com outras pessoas para ouvir e aconselhar:

J: Eu me senti, uma coisa que tá acontecendo comigo, é que eu tô conseguindo fazer muito mais amigos... no trabalho... (M: tá trabalhando?) – uhum! tô conseguindo fazer... tô trabalhando faz duas semanas... eu sou amigo de quase todo mundo... do mercado... sabe? já fiz amizade com quase todo mundo... eu me sinto diferente né?... me sinto mais feliz. É legal, você ter um monte de amigos assim... isto que achei que mudou bastante... (DC 19/09, p.38)

Fco- É... mas por exemplo, quando uma pessoa tá com depressão... e alguém vai lá e procura ajudar ela... mas não é imediatamente que ela vai sair da depressão e por isto é preciso paciência... e

depois da paciência vem o coleguismo ... a amizade... para elas seguirem juntas... para um... futuro melhor...né...[procura afirmação no grupo...](31/10, p.71)

Abordavam suas expectativas em relação ao futuro quando falavam de seus interesses em continuarem os estudos e da realização do vestibular. Esses interesses e expectativas estavam intrinsecamente relacionados com suas condições sociais. Aqueles que possuíam uma condição sócio-econômica mais desfavorável, com baixa escolaridade, tinham maior dificuldades em apontar a escolha de uma profissão.

Jor: O que eu gostaria de fazer, tem dez para uma vaga... vestibular pro exército chega a ter cem, duzentos por uma vaga... [ problema na fita, longo trecho sem gravar....

Van: No meu curso... Web-designer...eu ainda não sei... parece que tem doze ou treze por vaga...

Fco: Eu gosto de música, vou fazer na "FAP" pra Licenciatura em música... na Federal coloquei Ciências Sociais...

Franc: Meu objetivo era ser aeromoça... mas é muito difícil, né?...

Cleb: O que eu mais gosto? Ah...eu gosto de lutar... jogar capoeira.... eu jogava... o que eu gosto mais...a biodança e... o computador... eu nunca mexi com computador na vida... só mexo aqui...tô aprendendo.(DC 21/11, p.77-79)

Os dados demonstram que esses jovens não estavam alheios aos temas da atualidade, conversavam sobre diversos assuntos, sendo enfatizados aqueles que eram veiculados pelos meios de comunicação de massa, especificamente pelo rádio e pela televisão. Os assuntos abordados durante as atividades refletiam o contexto sócio-histórico dos sujeitos e tinham forte conteúdo ideológico, que acredito serem transmitidos pelos meios de comunicação. Conforme assinalado por Sallas et al. (1999), a TV é o instrumento de mídia mais presente no cotidiano dos jovens. Incorporada ao ambiente familiar, os programas televisivos passaram a determinar os assuntos das conversas na família e nos demais grupos sociais. Os programas da TV apareciam de modo predominante nos diálogos dos jovens durante a realização das atividades:

(...) falam dos programas de televisão, entre eles, Os Normais, Big Brother Brasil, Casseta e Planeta, da nova 'novela das oito', filmes novos e assuntos jornalísticos, como o desaparecimento e a morte do jornalista Tim Lopes, de violência urbana, da favela, do futebol e da Copa do Mundo, sobre política, em especial as eleições (...) Sobre os programas de rádio, comentam sobre as músicas da Jovem Pan, da Transamérica, contam piadas que são repassadas pelo rádio e na internet. (DC 20/06, p.17) .

Alguns programas de televisão, principalmente os denominados *programas interativos* - a exemplo do Big Brother Brasil (BBB) - e as novelas, exerciam forte impacto sobre os jovens e influenciavam seu modo de vestir, de falar, afetando inclusive a sua tomada de decisões. Os dados analisados apontaram também para uma mobilização das falas/opiniões voltadas aos assuntos de maior impacto no momento observado, por exemplo: a Copa do Mundo (falavam de futebol, dos times), as eleições (os partidos, os candidatos), religião (as denominações religiosas, os escândalos envolvendo determinadas facções religiosas).

Quando falavam de política, o tema principal eram as eleições. No diálogo seguinte é enfatizado a percepção dos jovens acerca dos políticos, de modo geral. Da análise surgiu um aspecto interessante: ao mesmo tempo em que aparentavam demonstrar uma certa consciência crítica da situação política brasileira, também explicitavam a idéia de que apenas repetiam o que era veiculado pelos meios de comunicação. Considerando que a análise desses dados foi realizada posteriormente, não tive como aprofundar essa reflexão com os jovens.

Jô: É a gente vai ter que votar de novo... que horror! [falando do segundo turno...]

Jor: Agora vocês vão se matar ou se suicidar [falando dos dois candidatos...] Vão votar em se matar ou vão votar em se suicidar

Jô: não vai mudar mesmo... Estão falando que é melhor votar no JS do que votar no Lula... [ Jor fala junto: Lula é muito fraco], né...mesmo assim acho que vou votar no Lula... mas estão dizendo que o Lula não vai pagar a dívida do Brasil...

Jor: Deputado é do mesmo jeito, é ladrão do mesmo jeito... eles roubam do mesmo jeito... não tem jeito... [ Jor vai falando sem ouvir direito os colegas/Jô...ou retruca ou que ela diz]

Jor: Claro que não pois o Brasil não está mais devendo...né por que o seguinte... o Brasil não está mais devendo... o Brasil tá pagando de bobo...por que tanto de dinheiro que o Brasil já pagou... não era prá tá devendo mais... (DC17/10/03, p.52)

Jor: O Lula vai ser a mesma coisa...[falam juntos...] o Lula eu acho ridículo. Muita gente não apoiava o Lula agora todo mundo tá passando pro lado do Lula, quer dizer dizem que estão do lado do Lula... por que o Lula é contra os EUA... vamos ver: se ganha o Lula ele vai ter que lutar bastante ..

Jor: Não, não, não! Eu fazia campanha pro Serra, agora eu vou apoiar um candidato, vota no meu candidato, por favor! Se você votar nele eu te dou deizão... vota no seu Creisson [ironiza], se você votar nele ele te dá deizão...! (DC17/10/03, pp. 52-55)

Nas questões relacionadas ao futebol, falavam da Copa do Mundo e dos times do

Estado:

Jor: Cara, eu não sei qual é o pior time do Paraná... se é o Coxa ou o Paraná...[ri...] eu sei que o Atlético é o melhor time do Paraná...O Atlético...! Desde que eu vim morar aqui ... o Atlético é o melhor time... melhor do que muitos... (DC17/10/03, p54)

Quando falavam de religião, referiam-se à igreja da qual alguns participavam. Porém, também retratavam os escândalos noticiados pelos meios de comunicação:

Van: Em Bispo não dá prá confiar, né... O Bispo Edir Macedo não rou../pega dinheiro dos pobres, né...?

Jor: Eu não sou da igreja dele...pode roubar a vontade, não é o meu dinheiro....

Jor: Pois é. Acho que vou ser da igreja do Edir Macedo, cara! Ganha dinheiro prá caramba! Vou ser pastor... eu já falo alto prá caramba! trabalhar pouco (...) vou me arrumar...é tipo eu falo mal...um amigo meu é da Universal... e querem levar ele lá para outra igreja agora... mas daí ele tem que dar dinheiro...( ) minha igreja não pede dinheiro... (DC,17/10/03, p54)

#### 4.1.3 Valores mais considerados pelos jovens

A amizade era um dos valores mais importantes para os jovens pesquisados. Era um assunto sempre presente nos diálogos. Falando sobre a amizade, faziam reflexões sobre diferentes aspectos do cotidiano:

Vanilda, na outra ponta, disse baixinho que não tinha amigos... Perguntei para ela por que ela achava que não tinha amigos... Ela disse que amizade era uma coisa importante, que amizade verdadeira poucas pessoas têm e as vezes é só de alguém da família tipo a mãe, a irmã. Ela disse que tinha “colegas” e que era diferente de “amigos”. Lora discordou de Vanilda e disse que tinha muitos amigos e achava que ela era amiga da Vanilda. Disse que amizade exige confiança e que nós precisamos de amigos... Outros jovens confirmaram a fala de Lora (DC 13/06, p.14).

Na questão da amizade, refletiam também sobre a importância do companheirismo:

Rob: Companheirismo, é importante pra você ajudar uma pessoa, e principalmente ser ajudado por outras também...

Jô: Não, é que companheirismo a gente não encontra mais...a gente até encontra... mas numa amizade verdadeira ... se você não procura ele (o amigo), ele te procura... mas hoje em dia tá bem difícil de encontrar uma amizade. Pra você encontrar um amigo é difícil, que nem aqui no grupo, a gente tem companheirismo... (DC 29/08, p.28-31)

Além da amizade, outros valores também foram considerados importantes pelos jovens, a exemplo do coleguismo, da dedicação, da confiança, do respeito e do amor que, ao meu ver, expressavam não somente o sentido/significado das palavras, mas também como tais



valores eram incorporados no cotidiano deles. Esses valores foram explicitados em várias atividades como neste *trabalho* realizado pela pesquisadora:

Fco: Eu escolhi *coleguismo*, que é assim... a gente ter união entre as pessoas... o coleguismo pode ser na família... entre amigos... pode ser quando se junta pra fazer alguma coisa...é... eu escolhi também *motivação* né...por que a gente precisa de uma força que mova a gente pra gente conseguir nossos objetivos, né...e *dedicação*... que pra mim é estar sempre envolvido... se dedicando... daí a dedicação... que mais... e... *renovação*... que é muito importante, né...

Rob: é... eu escolhi *diálogo*, pois nós devemos... cada vez que a gente tiver atividade aqui no grupo é importante ter diálogo... cada um conversar um com outro... pro... pro grupo crescer cada vez mais...e... escolhi *incentivo*... pois cada um deve buscar incentivar ao outro na atividade que estiver fazendo aqui no grupo...é daí vamos estar nos ajudando.. na hora em que estiver fazendo qualquer coisa aqui no grupo... e escolhi *amizade*, por que acho que amizade é a coisa mais importante aqui no grupo... por que amizade [pausa] é muito importante aqui no grupo para que a gente está se fortalecendo cada vez mais... tendo amizade aqui no grupo... e escolhi *ajuda* por que ... ajuda é muito importante... por que sem ela não devemos é... não vamos conseguir fazer nenhuma atividade a gente deve estar sempre ajudando um ao outro... é... e escolhi *respeito* por que a gente deve ter respeito um com o outro e ter respeito com todo mundo... é aqui no grupo... para termos mais facilidade de... fazer as coisas....

Van: Eu fico com *confiança*... por causa que no grupo todo mundo tem que confiar... por que sem não haver a confiança...por que se dá uma brecha para que todos possam falar... mas como vocês já disseram não falar as coisas que são ditas aqui, aí fora... para que as pessoas possam confiar em você, né... isto gera a própria desconfiança.... (DC 31/10, pp.67-70)

Rob: *Amor* é... um sentimento assim... que brota dentro da gente...me apaixonar... estar apaixonado... sentir paixão por alguma pessoa... isto é amor...amor também tem um outro significado que é também... gostar de alguma coisa...de amor por alguma coisa... isto que é amor...

Van: Amor e um...não só depende de você... depende dos dois, do casal... da pessoa... saber receber amor dela, que a pessoa está oferecendo ... saber corresponder....

M: Quem mais.....?

## 4.2 Movimento do processo grupal

Tendo em vista o aporte teórico escolhido, compreendo que o grupo deva ser analisado em seu movimento, considerando o processo histórico dos participantes e a sua inserção no meio social. A análise histórica desse processo indicou três momentos, sinalizados após exaustiva leitura dos dados contidos no diário de campo, que demonstraram transformações no movimento do grupo. Esses momentos foram demarcados pelo aparecimento de mudanças (saltos qualitativos) que surgiram no contexto dos encontros, como por exemplo: 1- alterações nas relações entre os jovens; 2- estruturação interna; 3- surgimento da referência ao “nós”. Sendo assim, trabalhei com esses três momentos, que considerei significativos, para a apresentar a interação entre os jovens sinalizando para o desenvolvimento do processo grupal.

É importante ressaltar que esses momentos não foram lineares e se constituíram enquanto indicadores para demonstrar algo que estava em constante transformação. Por outro lado, não se constituíram em etapas pré-determinadas nem estanques, uma vez que, na realidade, estavam interrelacionados. Contudo, permitiram visualizar as relações que foram se estabelecendo entre os participantes no decorrer dos encontros. Esta separação foi necessária para atender a uma forma didática de exposição que, entretanto, não pode ser analisada separadamente.

#### 4.2.1 Demarcando três momentos significativos

Como primeiro momento, considerei os meses de abril, maio e junho. Nesse período, observei uma rotatividade dos participantes nos encontros: alguns jovens foram apenas uma vez, outros faltavam e, com isso, havia uma dispersão que dificultava o estabelecimento de vínculo entre os jovens e também com os profissionais que desenvolviam as atividades. Geralmente, as atividades eram feitas individualmente, os participantes falavam pouco, demonstravam timidez para falar ou se expressarem de outras formas.

Num segundo momento, a partir do mês de julho, iniciou-se um entrosamento entre os participantes. Já conversavam mais durante as atividades, embora em duplas ou trios. Os assuntos giravam em torno de situações do cotidiano e do que era veiculado pelos meios de comunicação. Falavam pouco de si mesmos ou de situações da suas vidas. Começavam a realizar atividades ficando mais próximos uns dos outros e a se ajudarem para a realização de algumas tarefas. Entretanto, nesse período, ocorreu um recesso nas atividades da Associação, quebrando o ritmo do processo de interação iniciado. Nos meses de agosto a setembro, mesmo com a entrada de outros jovens no grupo, os que retornaram já demonstravam ter

maior proximidade e maior familiaridade entre si. Conversavam e realizavam as atividades com maior facilidade.

O terceiro momento, caracterizado a partir do mês de outubro, foi o momento que identifiquei como de maior interação e vinculação grupal entre os jovens. Foi quando eles começaram a falar mais de si nos encontros, perguntavam pelos colegas que estavam faltando, ofereciam-se para ajudar uns aos outros, falavam dos encontros para outros amigos e contavam situações e acontecimentos marcantes do seu cotidiano. Passaram também a opinar sobre os encontros realizados e sugeriam outras atividades. Nesse momento, surgiram com maior clareza os interesses e necessidades dos jovens e ele perdurou até o mês de dezembro, quando fizemos um encontro de confraternização e avaliação das atividades realizadas durante o ano. Em dezembro, o processo foi novamente interrompido em função das férias e recesso do trabalho na Associação. Em abril de 2003, quando retomamos as atividades, alguns jovens não retornaram e entraram novos participantes no grupo. Tornou-se então claro, para a pesquisadora, que havia sido fechado um ciclo do movimento grupal e se iniciava um novo processo.

Para demonstrar esse movimento do grupo, utilizei as categorias teóricas estudadas, ilustrando-as com trechos dos diálogos dos participantes, com o intuito de dar maior visibilidade ao processo grupal. Essas categorias, assinaladas pelos autores como indicadores do processo grupal, permearam todos os momentos analisados, configurando-se mais claramente em alguns desses momentos. Outras categorias foram tornando-se mais perceptíveis nos dois últimos momentos, conforme foi aumentando a interação entre os participantes.

### 4.3 Recriação da história do processo grupal: Um olhar histórico dos encontros de jovens

Considerando que Martín-Baró (1993) definiu três premissas básicas para compreendermos o processo grupal - identidade, poder e atividade -, analisei cada momento da pesquisa considerando essas premissas.

#### 4.3.1 A Identidade no contexto do grupo

Com relação à identidade grupal, Martín-Baró (1993) assinala a importância de três aspectos fundamentais: a formalização organizativa, as relações com outros grupos e a consciência de pertencer a um determinado grupo.

Na formalização organizativa, pautei-me pela compreensão da estruturação interna, da existência de normas e regras presentes em todos os processos grupais, mesmo que elas não sejam explícitas ou formais. Considerei simbolicamente como um ritual, como uma condição para os jovens participarem dos encontros e das atividades. O encaminhamento dos jovens, para que eles participassem das atividades, fazia parte dessa formalização organizativa. Mesmo não sendo uma norma explícita da instituição, o encaminhamento era um procedimento bastante comum para ingresso dos jovens nas atividades da Associação. Isso foi constatado sempre que aparecia um novo participante. Uma das primeiras indagações feitas pelos instrutores ou pelos colegas era perguntar como o jovem havia ficado sabendo do grupo ou quem o encaminhara para a Associação. Nas respostas observava que, em sua maioria, o encaminhamento resultava da indicação de um profissional da área de saúde mental, conforme assinalado abaixo:

LR: Foi O Dr. V., ele que me encaminhou pois eu fazia parte do grupo dele. (DC, 28/08 p.30).  
Jô: É o Rodeval veio encaminhado desde lá de Piraquara (da escola/do posto), para o CPM, ele era do CPM, era atendido pela psicóloga ou pela pedagoga, não sei // ligaram para nós da escola a

professora e // vim conversar com a Vilma (psicóloga), ele tinha problemas de... agressão (fala um dos participantes)... é ... vim conversar com a Vilma sobre ele na escola.... (DC, 28/08, p.32)

Jormar: Na verdade, eu freqüentava também o CPM, né, com a psicóloga Vânia, aí ela me deu alta e eu parei de vir, né. Aí eu parei de vir, não fui mais no CPM e comecei a ter um monte de problemas (relacionados a escola/disciplina/de aprendizagem?)... // eu comecei ir em outra psicóloga, e nisso minha mãe conversou com o pai de LR e ele disse. Então você pega o Jormar e vamos juntos com o LR para conhecer..... (DC 28/08, p.32)

Mesmo considerando que a Associação se constituía num espaço aberto à participação de qualquer pessoa, além dos encaminhamentos, observei também a existência de regras para seu funcionamento, como horário para início e término das atividades, organização do espaço físico, dia específicos para os encontros dos jovens e assim por diante, conforme anotações do diário de campo:

Dias e Horários dos encontros: Quintas-feiras, das 14 às 16 horas. Os profissionais são voluntários na instituição. Existem outros voluntários que participam das atividades da associação, cuidam da recepção, telefone, lanche etc.// As atividades de biodança, confecção de bijuterias, desenho/xilogravura e noções de informática são desenvolvidas alternadamente nas quintas-feiras.

Considerando que a formalização organizativa é que estruturava o grupo interna ou externamente, constatei que alguns interesses dos sujeitos se contrapunham aos objetivos institucionais. Percebi ainda a existência de interesses que não foram evidenciados nas falas dos jovens, contudo apareceram no processo de interação. Observei, também, que alguns jovens não possuíam interesse propriamente nas atividades realizadas, mais iam para conversar, “matar o tempo” ou paquerar e, ao perceberem que precisavam realizar alguma atividade, sentiam-se desestimulados e alguns até desistiam de participar, como podemos observar nestes comentários da pesquisadora:

CO: Todos fizeram as atividades propostas, com exceção de Jormar, que demonstra ser muito disperso e passa a maior parte da atividade conversando com Daniel (que também só fez uma peça) Os dois demonstram estar naquele espaço para ocupar o tempo ocioso e não ficar em casa. Daniel passa toda a atividade jogando “piadinhas” para as meninas. Mesmo com a orientação dada pelo instrutor não dá muita atenção ao que é dito, embora não responda agressivamente (DC 16/05,p.7)

Ainda, dentro da formalização organizativa, observei que a dinâmica dos encontros – as atividades propriamente ditas - possibilitavam a estruturação do processo grupal. Nos

primeiros meses não havia este entrosamento pela agitação e timidez entre os participantes e pelas expectativas e curiosidades sobre o que iria acontecer em cada encontro:

CO: Como era a primeira atividade para muitos dos jovens presentes, eles estavam agitados. Falavam durante a vivência, necessitando dos profissionais mais inserções em cada exercício/vivência (DC 04/04, p.4)

Alguns jovens faziam perguntas aos profissionais sobre a atividade que iam fazer como: o que era Biodança? Se era para aprender a dançar? Que tipo de música era usada? Se era necessário saber dançar? Demonstavam um certo nervosismo por estarem no grupo, pois muitos não se conheciam e era a primeira vez que participavam da atividade // alguns jovens riam e cochichavam nervosamente. (DC 04/04 p.3)

A falta de interação era constatada nos primeiros encontros, pelas diferenças entre os jovens – os mais agitados, mais falantes, com dificuldades motoras - e provocavam grande seletividade entre eles:

CO: Um rapaz me chamou a atenção por ser bastante agitado. Fazia muitas perguntas, falava alto e não conseguia concentrar nos exercícios. Percebi que os demais participantes se esquivavam de fazer algum exercício com ele mas ele parecia não perceber. Todo o tempo queria sair para o banheiro, ir beber água e assim por diante. Fiz alguns exercícios com ele mas demonstrava dificuldades para ficar concentrado na música ou no movimento (...)Alguns jovens estavam bastante seletivos em relação a fazer os exercícios com outros colegas, principalmente com aqueles que são mais “agitados” (DC 04/04 pp3-4)

CO: Nesta atividade cada um realiza sua tarefa. Eles ainda não buscam fazer nada juntos, não há muita interação entre os jovens, somente entre aqueles que se conhecem fora do espaço da associação. Alguns jovens não mostraram o desenho, simplesmente entregaram para a instrutora. (DC16/05, p.5).

Contudo, ao se envolverem nas atividades, foram construindo relações que ajudaram no desenvolvimento do processo de interação.

Ainda, na questão da estruturação interna, observei que, durante os primeiros encontros, havia uma grande oscilação entre o número de participantes, que variava entre 8 a 16 jovens por encontro. Essa variação denotava o momento do processo grupal, uma vez que muitos jovens iam apenas conhecer o trabalho mas não demonstravam interesse em participar. Ainda não havia se formado vínculos entre os participantes.

CO: A sala está bastante cheia pois, além dos jovens que freqüentam, tem mais dois novos que vieram interessados no curso de informática (DC23/05, p.9)// Como havia poucos jovens, ficamos conversando informalmente enquanto aguardávamos os restantes. Conversamos sobre a diferença de número de pessoas entre o último encontro que tinha 16 jovens (DC06/06, p.1

Nesse primeiro momento, por não haver muito entrosamento entre os eles, a mudança de endereço da Associação interferiu ainda mais na integração dos participantes entre si e também com os instrutores e voluntários da instituição:

CO: Neste dia o grupo, apesar de pequeno, estava bastante agitado. Era a primeira vez que estavam naquele novo espaço e os próprios instrutores estavam com dificuldades de encontrar o material para realizar as atividades. Roberto estava visivelmente agitado: falava alto e coisas sem nexos, o que deixava os outros jovens também agitados (DC11/04,p.5)

Havia, nesse primeiro momento da identidade grupal, uma diversidade de interesses e objetivos. Contudo, conforme já colocado anteriormente, a *identidade* de um grupo não significa necessariamente que todos os seus membros possuam os mesmos interesses; requer, antes de tudo, a existência de uma totalidade, de uma unidade de conjunto, e que essa totalidade tenha uma peculiaridade que permita diferenciá-la de outras totalidades. O fato dos jovens estarem inseridos num programa de saúde mental não significava que eles tivessem as mesmas características; ao contrário, observei que eles eram muito diferentes entre si. Havia diferenças entre suas idades, escolaridade, situações que os levaram a participar dos encontros e também de seus interesses.

CO: O grupo é bastante heterogêneo em relação às idades (de 13 a 28 anos) e as situações que os levaram a participar. Alguns estão em acompanhamento psiquiátrico e psicoterapêutico (agitados/apáticos), um participante em estava em cadeira de rodas (DC 04/04,p.3)  
As atividades iniciaram bem recentemente, havendo a entrada de novos jovens que ainda não foram atendidos pelo profissional (psicóloga) que acompanha as atividades da associação// Tem uma característica diferente de outros trabalhos institucionais onde normalmente o jovem cumpre uma série de regras e objetivos “fechados” pela instituição; os encontros são ainda dispersos, onde cada um faz sua atividade ainda não existe um trabalho em conjunto; Situações heterogêneas entre os participantes (idade, escolaridade, situação familiar, “problemas” de conduta, problemas de saúde, gênero, etc....);(DC 16/05, p.8).

Conforme a história do grupo e da sociedade onde eles estavam inseridos, as significações obtidas no processo de interação iam conformando a subjetividade de seus participantes. O fato do grupo ser heterogêneo, com interesses diferentes e até divergentes, criava outras possibilidades para constituição da identidade dos jovens.

Vimos, no estudo das identidades sociais, que os significados, valores ou representações possibilitam que as pessoas se reconheçam mutuamente, ligando-as ou diferenciando-as de determinados grupos, movimentos ou classes. Essa ligação ou diferenciação não são apenas racionais, mas têm também um cunho emocional. Nesse primeiro momento do trabalho com os jovens, identifiquei que as relações foram se determinando inicialmente por uma questão afetiva, expressada pela paquera e pelo desenvolvimento de laços de amizade e solidariedade.

CO: Observei que durante todo o tempo Jormar não fez o que foi proposto. Ficava conversando com Roberto. Dizia estar “aconselhando” o amigo para que ele não falasse bobagens...(DC 11/04, p.6)// ...na seqüência o instrutor conduziu para o fechamento da atividade do dia que é feito com rituais de abraços entre os participantes. Neste momento observei que alguns dos participantes se aproximavam para abraçar M, demonstrando cuidado e carinho com ela (DC 04/04, p.3).

As relações entre os membros e o significado que a coexistência grupal tinha para cada um dos participantes foi decisiva para identificarmos as possibilidades de um processo grupal. Num primeiro momento, essa continuidade não dependia da atividade em si, mas das relações que iam se estabelecendo, criando uma identidade de referência e significação aos participantes. Essa referência tinha relação com a consciência que os jovens foram adquirindo, conforme sua inserção nos encontros.

Observei a presença da consciência internamente, nos encontros, ou externamente, quando havia um evento em que os jovens participavam. Nesses momentos, eles se colocavam e se confrontavam na relação com outros sujeitos ou grupos. Os indicadores dessa consciência apareciam nas expressões dos jovens, quando relataram a sua participação em um evento realizado pelo Dia Estadual da Saúde Mental. Nesse evento, os jovens participaram de uma atividade (biodança), sendo observados pelo público presente.

CO: Leandro disse que apesar de já fazer Biodança desde o ano passado ficou nervoso e ansioso quando viu que subira num palco e que havia muitas pessoas estranhas. Depois com a atividade foi ficando mais tranquilo. //Vanilda disse que ficou nervosa com o público, pois não sabia que iriam se apresentar para um “monte de gente” no fim achou divertido// Jormar disse que chegou atrasado



e não quis subir no palco e ficou só olhando //Roberto falou que achava melhor ficar olhando/ (DC 06/06, p.12)

Pertencer a um grupo não significa ter consciência de pertencer a esse grupo. Pertencer a um grupo está determinado por um fato objetivo (pertencer a um país, a uma classe social), já a consciência de pertencer a um grupo está relacionada a um aspecto subjetivo. Nesse primeiro momento do processo grupal, ainda não havia uma estruturação grupal que permitisse aos jovens se identificarem enquanto grupo, ou seja, terem uma consciência de pertencimento a um grupo em seu aspecto mais subjetivo. Contudo, um fato objetivo é que eles eram identificados como portadores de transtornos mentais. Considerando a conotação que se tem sobre a questão mental em nosso país, que é permeada por estigmas sociais, encontrava-se aí a dificuldade, demonstrada por alguns jovens, em assumirem que faziam parte daquele grupo ou segmento social.

#### 4.3.2 As relações de Poder no processo grupal

O poder é uma outra categoria indicada por Martín-Baró (1993) para ser observada no processo grupal. Esta categoria, segundo o autor, deve ser analisada a luz de uma situação particular, em uma determinada sociedade, estando relacionado à obtenção de recursos necessários à satisfação dos interesses individuais e/ou coletivos dos membros de um grupo. No primeiro momento do processo grupal, pela própria natureza de constituição dos encontros e pelo fato do grupo ainda não ter uma identidade estabelecida, foi difícil reconhecer uma relação de dominação entre os jovens. Identifiquei uma incipiente dominação entre os participantes que se expressavam verbalmente mais, faziam brincadeiras e ajudavam os instrutores com os materiais. Entretanto, o que observei como uma aparente dominação, também poderia significar um maior entrosamento e vínculo entre os jovens. Constatei

também uma certa submissão às regras e normas institucionais, às orientações dos instrutores, voluntários e outros profissionais que atuavam na Associação.

A relação de poder também era revelada na reação dos jovens que, incorporando os valores sociais que enfatizavam a escolaridade como uma questão importante em suas vidas, se sentiam diminuídos por não terem uma escolaridade compatível com os demais jovens e procuravam omitir a sua situação escolar.

CO: Durante as apresentações no grupo um dos jovens pediu para não que eu não perguntasse a escolaridade dele, pois tinha vergonha de falar que estava na 1ª série/classe especial //Cleb e Jor têm dificuldades em falar sobre a situação escolar...[Cleb já me pediu para não perguntar no grupo a série dele mas Margarida não sabia...ele estava em Classe Especial, dizia fazer segunda/terceira série, mas não sabe ler e devido a isto tem muitas dificuldades em mexer no computador... passa para os amigos a idéia que sabe ler, pois tem vergonha de dizer que não sabe...]// Jor também [num bate-papo] me disse que não gostava de falar sobre sua escolaridade, tinha vergonha de dizer que parou na quinta série.... na frente das meninas... como é bastante “conversador” acaba desviando o assunto.... (DC23/05, p.10)

Conforme já explicitado, o poder também pode ser expresso de diferentes maneiras, como pelas condições sócio-econômicas de cada participante. Em geral, os jovens dependiam economicamente de seus familiares e necessitavam deles para custearem as passagens para os encontros. Havia casos em que a situação econômica da família era extremamente desfavorável e demandava o auxílio da instituição sob a forma de vale transporte. Essa situação foi bem retratada na fala de um jovem quando indagada sobre a ausência de alguns colegas:

Jô: Mas eu acho que eles que eles querem vir, mas.... tem que ter o VT para vir.. (DC29/08, p.34)//  
CO- Rodrigo, Cleber, Vanilda e Lora sempre ao sair dos encontros vão até o NAPS pegar vale-transporte para retornarem no próximo encontro.

Uma outra forma de poder tinha relação com a dependência física. No grupo, havia jovens que usavam cadeiras de rodas e tinham dificuldades de participar, uma vez que estavam submetidos à vontade de seus familiares para comparecerem aos encontros. Essa dependência também se fazia presente entre os jovens que, em virtude do seu

comprometimento mental, necessitavam da colaboração de outras pessoas para comparecerem.

CO: Leandro diz que Paulo não veio pois quebrou a cadeira de rodas e estava no conserto. Disse que iria ficar difícil de Paulo continuar frequentando o grupo, pois eles faziam todo um “esquema” para que ele fosse. O pai de Leandro é quem pegava os dois, pois estudavam na mesma escola. Entretanto, eles iriam mudar de escola e ficaria difícil para Paulo vir de sua casa, pois ele mora em um bairro bem distante da Associação [...] Leandro citou o exemplo do seu colega Marcos que também ia de cadeira de rodas e depende da mãe para levá-lo. Entretanto, embora a mãe de Marcos tivesse dito que iria levá-lo, ele não tinha ido mais aos encontros... Francine e Roberto vêm acompanhados dos responsáveis, que ficam aguardando o término da atividade. (DC27/06, p.19).

Havia o poder institucional na relação com a posse dos recursos materiais para a viabilização das atividades. A Associação detinha os recursos (sala, móveis, equipamentos e materiais para os cursos) e definia o que se fazia com o produto do trabalho dos participantes. Observei um conflito, durante a realização da atividade de confecção de bijuterias, quando uma jovem sempre queria levar o que tinha produzido, embora houvesse uma orientação em contrário.

CO: Logo no início da atividade Francine foi pedir a Vilma (que coordena o trabalho), se ela podia levar as peças que ela tinha feito. Vilma disse que as peças somente poderiam ser levadas no final do semestre. Percebi que Francine fazia diferentes peças e ia colocando na bolsa (...) Levei Francine para conversar numa sala para que ela me mostrasse as peças que tinha feito e que as deixasse comigo, entretanto ela resistiu e acabou levando as peças para casa.... (DC 16/05, p.7)

Também pude observar a expressão de poder nas relações entre os jovens e os diferentes voluntários que contribuíam com a Associação. Dentre eles, destacavam-se os instrutores que, decorrente de sua posição, detinham o poder do conhecimento. Outros voluntários detinham o poder da informação e da organização, garantindo a manutenção dos encontros. A presidente da Associação, que coordenava o trabalho com jovens, possuía um poder decorrente da sua posição dentro da entidade que, por vezes, afastava e dificultava o atendimento prestado, uma vez que estava sempre com outras tarefas que a impediam de acompanhar mais de perto os jovens. Considerando a interferência da pesquisadora, uma vez que não existe uma neutralidade na sua participação, reconheço que conservava em meu

poder o acesso a algumas informações acerca das situações dos jovens, que nem sempre podiam ser explicitadas. Também exercia um poder com meu conhecimento profissional para realizar atividades com os jovens e viabilizar minha pesquisa. Contudo, procurei estabelecer uma relação democrática com os jovens, consultando-os para a utilização dos recursos e equipamentos necessários.

Sendo assim, posso pensar que, em todas as situações observadas, havia um tipo de poder que se diferenciava conforme o desenrolar das situações no processo grupal.

#### 4.3.3 A Atividade como instrumento mediador na construção grupal

A terceira premissa para observação do processo grupal é a *atividade*, considerada como um fator decisivo para que se inicie qualquer formação grupal. Para Martín-Baró (1993) a *atividade* está relacionada com a produção de algo que tenha um significado social, internamente ou externamente ao grupo. O significado social está relacionado a uma história comum construída pelos participantes. A atividade produzida nos encontros dos jovens não se limitava à realização das tarefas propostas, mas possibilitava a construção de um sentimento de pertença, de vinculação entre os participantes que, mesmo sendo heterogêneos, tinham algo em comum. Nos meses iniciais, a atividade podia ser identificada com a própria produção grupal, ou seja, a produção grupal, naquele momento não era a execução de uma tarefa ou um objetivo, mas a consolidação de uma vinculação e uma estruturação do grupo. Lane (1984, p.89) considera que o próprio processo grupal pode se caracterizar como uma atividade produtiva “nas relações entre os indivíduos, pela participação entre eles, estes se transformam e transformam o grupo, produzindo o próprio grupo.

Considerei que a atividade vinha a ser um elemento aglutinador de diferentes interesses. No primeiro momento do processo grupal, conforme a orientação dos instrutores

nos encontros, a atividade tendia a ser um elemento importante para trabalhar o entrosamento e o vínculo, a despeito das diferenças e heterogeneidade demonstradas pelos participantes.

CO- Margarida( instrutora), pediu a aos jovens que já haviam participado da Biodança anteriormente para falar da experiência deles, procurando responder as perguntas dos colegas. Complementava depois com dados mais específicos, como a necessidade deles se observarem nas vivências, o que era uma consigna (explicação), o tentar não falar durante as vivências, e aqueles que estavam no grupo pela primeira vez ficassem a vontade para realizar os movimentos propostos, não se exigindo mas buscando participar (DC 04/04, p.3) //Célia ia incentivando o grupo dizendo que a maioria dos artistas já passaram pelas mesmas dificuldades que eles expressavam. Falava que era uma questão de paciência.(DC 11/04, p.5)

A preocupação do instrutor com a participação dos jovens, contribuindo para que todos pudessem realizar as atividades, tornou-se um fator importante para a interação grupal. Dependendo da atividade e da condução do instrutor, concretizaram-se situações para a integração dos jovens. Pode ser promovida uma interação, à medida em que cada jovem falava como se sentia e como via a atividade e os outros participantes ouviam, reafirmando ou discordando.

CO- Em roda sentados, Margarida perguntou se tinha alguém iniciando naquele dia. Franco disse que era a primeira vez que participava desta atividade. Margarida perguntou se ele conhecia Biodança. Ele disse que não. Margarida pediu então que os colegas falassem da sua experiência de como eles viam a Biodança e aproveitassem para falar também do último encontro que havia sido uma “apresentação” no Dia Estadual da Saúde Mental. Paulo relatou que este dia foi muito interessante pois era a primeira vez que ele estava indo ao grupo e nunca havia ouvido falar de Biodança de repente ele estava num palco com pessoas que não conhecia e não sabia o “que ia rolar...” de repente estava “dançando” com outras pessoas e achou muito legal (DC 06/06, p.11)// Na sequência o facilitador conduziu para o fechamento da atividade do dia que é feita com rituais de abraços entre os participantes (DC 04/04 p.03).

Durante o desenvolvimento das atividades, os jovens já se expressavam mais, quando comparando aos primeiros encontros, porém abordavam assuntos mais gerais, sem falar muito de si. Entre os assuntos apareciam temas, como: telenovelas, outros programas de televisão, músicas e piadas.

CO- Dos assuntos surgidos falam dos programas de televisão (BBB, futebol/Copa, Casseta e Planeta, desaparecimento do Tim Lopes, “estórias da favela”, a nova novela que começou, os Normais) filmes que vão (ou já passaram) passar na TV. // Alguns reclamam (xingam) quando fazem algo errado. Continuavam a atividade conversando sobre os programas da rádio, Jovem Pan, Transamérica, piadas, que passam no rádio e da internet. Percebo que Vanilda fez apenas uma peça, disse que não estava a fim e fica apenas conversando com os colegas próximos. (DC 20/06, p.17)

Naquele momento, os interesses dos jovens eram bem diversificados e alguns deles procuravam as atividades oferecidas pela Associação em busca de cursos para complementar a sua formação profissional com vistas ao ingresso no mercado de trabalho.

CO- Em relação às expectativas dos adolescentes, alguns estavam procurando o curso de informática com vistas o acesso ao mercado de trabalho, o que percebo que não seria correspondido ali, pois eles teriam aulas “básicas” para lidar com o micro (DC 23/05,p.9)

Leontiev (1978) afirma que não é possível estudar o sentido da atividade de um sujeito sem encontrar os motivos que direcionam suas ações e que duas ações idênticas podem ter significações totalmente diferentes para dois sujeitos que a executam juntos.

A Associação, ao vislumbrar um trabalho com jovens com vistas à diminuição da exclusão e a sua reinserção social, deveria estar preocupada em ofertar atividades que fornecessem condições para que eles tivessem acesso ao mercado de trabalho. Seria importante também, que se levasse em conta os interesses e necessidades dos jovens que, na atualidade, estão voltados à inovação tecnológica.

Foi na atividade que se expressaram também as divergências de opiniões e conflitos entre os participantes. Nos encontros, os jovens comentavam diversos assuntos, alguns muito polêmicos, que os mobilizavam a emitir opiniões e realizarem reflexões sobre o tema abordado, como quando falaram sobre preconceito e homossexualismo:

CO- Jormar repetiu que acha que as meninas não querem aproximar dos meninos...//ML (voluntária) disse que acha que as pessoas têm muito preconceito e mesmo entre os rapazes tem preconceito de dançar que acha que é coisa de “gay” //Margarida pergunta para o grupo o que eles acham da fala de Lúcia ...//Paulo acha que não tem nada a ver e que tem “pessoas que dançam e não derrapam na chapa” tem pessoas que não dança e “derrapam na chapa” uma coisa não tem a ver com a outra...//Margarida pergunta se tem problema uma pessoa “derrapar ou não na chapa”? // Jormar disse que acha que não tem nada a ver.. ele tem um amigo (amigo da mãe) que é homossexual e que é super legal . Um cara sensível e inteligente. Porém não gostaria que um homossexual que mexesse com ele...//Leandro também falou que o que vale é a pessoa independente do que ela é.....(DC 06/06, p.12).

Como naquele momento ainda não havia muita integração entre os jovens, algumas atividades, por serem realizadas de forma individual, dificultavam ainda mais o entrosamento, uma vez que cada participante realizava sua tarefa sem interagir com os outros colegas.

CO- Nesta atividade cada um realiza sua “tarefa”, eles ainda não buscam fazer nada juntos, não há muita interação entre os jovens, somente entre aqueles que se conhecem fora do espaço da associação. Alguns jovens não mostraram o desenho, simplesmente entregaram para a instrutora. (DC 11/04, p.5)// Como é uma atividade basicamente individual, pouco trocam entre si, em sua maioria restringem-se a fazer as peças de bijuterias conforme orientação do instrutor (DC 16/05, p.7)// Apesar de alguns jovens conversarem entre si não demonstram sentido/sentimento de uma atividade em comum, nesta atividade as “peças” são montadas individualmente, não havendo a iniciativa (por parte do instrutor) em motivá-los a fazer alguma coisa em conjunto com outros colegas ( DC20/06, p.18).

Por outro lado, outras atividades - a exemplo da biodança -, por trabalharem a expressão da emoção/afeto, tendiam a aproximar um pouco mais os jovens. Numa atividade de biodança, realizada no mês de junho, observei uma mudança significativa no comportamento dos jovens ao término do encontro, como constatado na fala dos participantes:

CO- Ao final da atividade Margarida perguntou como eles estavam se sentindo, era bastante visível a mudança no rosto deles, estavam mais calmos mais relaxados, tranquilos e expressaram-se com as seguintes palavras: solto, tranquilo, em paz, alegre, relaxado, bem ....// Apesar do grupo estar num número pequeno estavam muito receptivos ao trabalho, se colocaram mais verbalmente e durante a vivência mais corporalmente // Roberto que sempre está agitado no grupo se mostrou participativo e no início do grupo quase não falava pois disse que estava com sono no final disse que estava tranquilo mas sem sono. Além disso em outras vezes ele fica todo o tempo entrando e saindo da sala, neste dia participou tranquilamente toda a tarde.// A atividade realizada neste dia, teve um resultado muito bom para os participantes, conseguindo uma interação entre os jovens presentes (DC 06/06, pp. 12-13)

#### 4.3.4 A Afetividade como determinante no processo grupal

É importante destacar, nesses relatos, a presença da emoção/sentimento como aspectos importantes na integração dos jovens. Para Agnes Heller (1985), os sentimentos facilitam o envolvimento das pessoas nas relações sociais e nas situações do seu cotidiano. No processo grupal, os sentimentos e as emoções permeiam, direcionam e determinam as relações pessoais e as reações que se manifestam frente a determinadas situações com as quais os sujeitos estão envolvidos. Um grupo, quando consegue trabalhar a dimensão afetiva em suas relações, estrutura-se melhor e tem maiores possibilidades de se desenvolver no meio social. Quando os

afetos são vistos como parte integrante da identidade coletiva, é provável que o grupo consiga operar com mais pertinência nas suas relações cotidianas e trabalhar seus conflitos.

Ao observar que o processo de interação entre os participantes havia se iniciado, objectivei conhecer um pouco mais os jovens e aprofundar o entrosamento entre eles. Para tanto, realizei, no mês de junho, uma dinâmica que se constituía em trabalhar os valores que os jovens consideravam primordiais em sua vida. Ao falarem sobre seus valores, criou-se uma possibilidade para que os jovens expressassem um pouco de si mesmos e construíssem, por meio do diálogo, um debate entre os diferentes valores apresentados, possibilitando a ressignificação dos seus conceitos. Essa ressignificação dos valores e conceitos, construídos no processo grupal, contribuiu, ao meu ver, para a constituição da subjetividade dos jovens.

CO- Distribuí 3 papéis para cada participante e pedi que escrevesse em cada um quais seriam os valores que eles achavam que era os mais importantes para eles, cada pessoa iria escrever o seu. //... iniciamos a apresentação //Para Paulo os valores mais importantes foram (Humildade, caráter, alegria) //Para Leandro (Humildade, caráter e amizade), enquanto ele apresentava estes valores, Vanilda na outra ponta disse baixinho que não tinha amigos... Perguntei para ela por que ela achava que não tinha amigos... Ela disse que amizade era uma coisa importante, que amizade verdadeira poucas pessoas têm e às vezes é só de alguém da família tipo a mãe, a irmã. Ela disse que tinha “colegas” e que era diferente de “amigos”. Lora discordou de Vanilda e disse que tinha muitos amigos e achava que ela era amiga da Vanilda. Disse que amizade exige confiança, e que nos precisamos de amigos... outros jovens confirmaram a fala de Lora.// Hermes se apresentou aos colegas dizendo que era a primeira vez que estava ali e que havia sido convidado por Franco. Para ele o que é mais importante é ter saúde, tranquilidade e desejo, que falou como sendo vontade de realizar coisas //Para Franco os valores mais importantes são Coragem, paciência e sabedoria //Para Vanilda os valores mais importantes são ter saúde, amor e fidelidade.// Para Jormar o mais importante era amizade, felicidade e companheirismo... (DC, 13/06, p.14-15).

Observei, nessa atividade, alguns aspectos importantes de serem aqui abordados. Um desses aspectos refere-se ao diferentes valores apresentados pelos jovens, tendo sido enfatizados valores como humildade, caráter e amizade. A amizade constituiu-se num aspecto polêmico, com diferentes significados para os jovens e possibilitou, no entender da pesquisadora, maior reflexão entre os participantes. A presença de um novo participante na atividade, permitiu que este conhecesse um pouco mais os seus colegas e fosse se entrosando com eles.



Nos meses iniciais, configurou-se o primeiro momento do processo grupal. Naquele momento, ainda não havia uma interação entre os jovens, indicador de uma identidade grupal. Os encontros ainda estavam se constituindo enquanto uma estrutura grupal. Prevalencia, nessa estrutura inicial, uma série de normas e regras. Não havia, ainda, uma interação suficiente entre os participantes que possibilitassem o desenvolvimento de uma atividade com um fim em comum. Mesmo que os jovens possuíssem um aspecto em comum - relacionado ao atendimento em programas de saúde mental -, havia uma grande diversidade entre os seus interesses. A interação entre os participantes começou a ser delineada num segundo momento, como veremos a seguir.

Com a continuidade dos encontros e o desenvolvimento das atividades, os jovens foram estabelecendo maior proximidade uns com os outros, com os instrutores e com a pesquisadora. Os encontros realizados nesse segundo momento (julho a setembro), apontavam para o desenvolvimento de uma estruturação interna e um estreitamento dos vínculos grupais, demonstrado quando os jovens começaram a perguntar pelos colegas que estavam faltando e também quando relatavam que tinham encontrado algum participante fora do espaço da Associação.

Jô - E os outros meninos, não vieram mais por que? Tinha o - fala o nome dos colegas que não estão vindo - Loriele, Bruna, Rafaela, Lora, Alessandra... (DC 29/08, p.26).  
Leandro- domingo, eu encontrei a Lora no Parque Barigui, ficamos conversando e ela disse que viria hoje... (DC.29/08, p.26).

Numa determinada atividade, um dos jovens disse para a instrutora que não se lembrava de ter participado do último encontro e, por isso, não encontrava o que tinha feito. Seu colega lembrou que o jovem, não só tinha comparecido, como também o que ele tinha feito, manifestando-se do seguinte modo:

Rod- Eu não achei meu desenho... acho que não tava na aula passada...  
Jor- tava sim, eu lembro do seu desenho...  
Jô- Tava?!??  
Jor- Claro que você tava piá...não se lembra que você olhava no papel e fazia o ... era prá olhar no papel e fazer a figura... calma aí, calma aí [procurando o desenho do colega...]  
Rod- Num tava, num me lembro....

Jor- claro que tava... vou achar que vê... não se lembra deste desenho... [mostra o desenho que o amigo fez...]

Rod- Me esqueci...!

Jor- Pô! o cara nem se lembra do que faz...o pior é que o desenho melhor de tudo é o seu! (DC, 25/9,p.44)

Nesse diálogo, é possível perceber claramente um nível de vinculação que estava se formando entre os jovens, sendo demonstrado pelo fato de um participante ter lembrado da participação de um outro na atividade, ter manifestado de solidariedade ao ajudar a procurar o desenho e, ainda, por ter elogiado o trabalho do amigo.

Um outro diálogo, observado durante uma atividade realizada no mês de agosto, confirmou esse segundo momento do processo grupal e evidenciou o processo de interação que estava sendo construído: os jovens estavam mais abertos para fazer colocações, falarem de suas situações pessoais, registrarem suas opiniões, concordarem e discordarem. A reflexão conjunta sobre as situações que eram abordadas, permitia a construção da história coletiva do grupo. O processo grupal ia se constituindo, uma vez que os jovens se abriam para a reflexão de valores importantes para eles, bem como para a expressão da emoção/sentimento.

LR- Eu gosto de pessoas mais velhas, mas é outro departamento...

J- eu também gosto de pessoas mais velhas... eu me relaciono com pessoas que têm o dobro ou triplo da minha idade...

LR- Mais aí ele tá falando de amizade, eu tô falando de outra coisa, eu sempre me apaixonei por pessoas mais velhas... minha ex namorada tinha 38 anos...

J- Minha namorada vai fazer 18....

Jose- Eu acho assim... que a gente pode fazer amizade com qualquer pessoa, de qualquer idade, assim... agora a gente pra conversar, fazer amizade mesmo com garota de 15, 14 anos ou até menos elas querem conversar sobre 'break', 'hip-hop', coisas de turma daí fica difícil de conversar... hoje em dia a gente quer encontrar uma pessoa para conversar, ter amizade, a gente não encontra mais, né (DC, 29/08, p.28).

Conforme o grupo ia estruturando-se e formalizando-se internamente, ia se estabelecendo uma maior permissão entre os jovens, o que abre espaço para brincadeiras e piadas entre eles. Isso tornou-se marcante em dois momentos distintos de entrosamento entre os jovens, um em junho e outro em julho.

CO- Rodeval, entra na sala e ao ver Vanilda deitada começa a dizer que tem gente "dormindo" na aula. Vanilda se irrita e levanta como quem não quer saber de muita conversa. (DC 20/06, p.16) // Jormar não mostrou a gravura que tinha escolhido, numa brincadeira, Vanilda também havia

escondido a figura de Jormar pois ele estava com a gravura que ela tinha escolhido anteriormente e não encontrava a figura na sala para devolvê-la. Vanilda disse que só ia devolver após Jormar achar a gravura dela... (DC 11/07, P.22)

Nesses dois momentos, a jovem que era identificada por seus colegas como tendo um temperamento explosivo e reagia de forma impaciente e ríspida quando lhe dirigiam alguma fala, interagiu de maneira diferente, aceitando e fazendo parte da brincadeira. Em outras atividades, a mesma jovem se disponibilizou para ajudar os colegas nas tarefas e participou, junto com eles, elogiando o trabalho dos outros.

CO- Francine estava bastante integrada no grupo, embora com dificuldades na compreensão da tarefa, no que foi ajudada por Vanilda e Lora ( R 11/07,p.23)// Van- Ó que bonitinho! [ olha os desenhos dos outros e comparam com os que tinham feito....](DC 25/09, p.44)

Nesse segundo momento do processo grupal, houve uma redução no número de participantes. Contudo, os jovens que permaneceram, tornaram-se mais assíduos e participativos, possibilitando maior interação e vínculo entre eles, sinalizado nos comentários da pesquisadora:

CO- Número pequeno de presenças no grupo (apenas 6 jovens). Necessidade de retomar o contato com os demais incentivando-os a participarem das atividades (DC 11/07, P.23)  
Como o grupo estava pequeno (5 jovens), oportunizou que todos pudessem se expressar e contar um pouco mais de si // Outro aspecto observado é como eles estão mais soltos no grupo para falarem de si, expressam mais confiança nos colegas (DC.29/08, P.36)

Ao realizar uma atividade com os jovens no mês de agosto, pela quantidade de participantes – apenas cinco jovens – houve a possibilidade de todos se expressarem e ouvirem seus colegas. Ao transcrever o material gravado, identifiquei nos diálogos uma referência dos jovens expressando que se sentiam enquanto um grupo. Percebi, naquele momento, um sentimento de identidade grupal, demonstrado pelos participantes por momentos de companheirismo e de cumplicidade. Essa referência aos encontros enquanto um grupo foi enfatizada por um dos participantes como decorrente da convivência, o que havia permitido uma vinculação maior entre eles:

LR- Mas eu acho que... já que você falou do grupo... eu acho que você e eu já tá neste grupo há bastante tempo também, e é fácil ver que este grupo está se solidificando cada vez mais...

C- Você acha que o grupo está solidificando...?

LR- É, eu acho...neste grupo isto está se solidificando ainda, que é o companheirismo mesmo, total, a cumplicidade mesmo, mas acho que na outra turma deste mesmo grupo....

Jô- Não tinha companheirismo, tinha grupinhos, fulano sentava com sicrano.... e só falava com ele, assim...

LR- No outro grupo eu também acho que a gente tinha uma cumplicidade em determinados momentos, tinha algumas pessoas diferentes, você sabe... a gente também falava...eu acho que tinha cumplicidade, tinha... a gente também estava se comunicando mais... mas eu acho que neste grupo isto está se solidificando...começando a ter uma característica deste grupo.

C- Que bom! Você diria que está ficando com uma característica de grupo...? O que tem neste grupo que te dá esta impressão LR?

LR – está ficando com uma característica (com cara) deste grupo. Tempo de convivência...

C- Tempo de convivência! Explique um pouquinho pra nós o que você quer dizer com isto, as vezes tem pessoas que convivem muito tempo juntas e não são amigos, como é isto?

LR- O tempo de convivência, sabe por que? Por que com o tempo a gente vai conhecendo melhor as pessoas, vai criando um vinculo melhor com elas, vai se identificando mais dentro do grupo, vai se modificando mais... (DC.29/08, p.29)

Este diálogo foi um indicador significativo de um salto qualitativo da identidade grupal. Observei que o “nós” estava se concretizando. Os participantes demonstravam perceber a historicidade do processo grupal, ao enfatizarem, várias vezes, a transformação que estava ocorrendo no interior do grupo. Havia uma consciência, por parte deles, desse processo de metamorfose.

Uma das jovens fez referência aos primeiros encontros na Associação como sendo um "outro grupo". Essa referência refletia o desenvolvimento do processo grupal: à medida em que os jovens iam se conhecendo um pouco mais, permitiam uma abertura para conhecerem melhor o outro e estabelecerem uma amizade.

Jô- Falando do outro grupo... este grupo já tem um ano... não um ano não, tem um ano ou mais... é que tem muita gente que não esta mais aqui... naquele grupo era muito fechado... neste grupo conversa mais.(...) tinha um monte de meninas e eu não falava com ninguém, essas meninas não ficaram só a Van...A Van veio conversar com a gente, veio conversar com o Rodeval (seu irmão) eu vi que ela era uma pessoa simpática... às vezes ela ficava junto com outras meninas (numa turminha ali...). Eu achava que a Van era igual as meninas, mas depois vi que não, que ela tratava melhor a gente (do que as outras meninas?) Ela ( a Van) era bem mais amiga que as outras meninas, É lógico que quando ela vinha ela ficava só naquela 'turminha' ali fora.... (R.29/08, p.29)

Jô- Não! O grupo já existia, mas elas se fechavam (numa panelinha) e não tem como a gente ajudar, mas se a gente tá num grupo e estas coisas acontecem a gente acaba desmanchando... a gente aqui tem procurado um conversar com o outro (DC 29/08,P.30).

Nesses diálogos, observei o que Lane (1984) anuncia como a dialética da negação, que possibilita a identificação e o fortalecimento da identidade grupal. Os jovens identificaram um momento de um “não nós” para afirmarem um “nós”, explicitado nas falas de que embora

houvesse um entrosamento inicial, naquele momento eles não haviam se identificado enquanto grupo.

Outro jovem sinalizou para uma identificação entre os participantes enquanto necessária para a constituição grupal. Afirmou a necessidade de se conhecerem melhor, quebrando os rótulos e preconceitos que existiram num primeiro momento.

LR- Acho que é este negócio que eu falava... aquela coisa da identificação, de repente eu me identifico mais com uma pessoa do que com outra, e eu acho legal isto que você também está falando que é de repente dar uma oportunidade para conhecer uma pessoa... para ver como é que ela é, isto é muito legal, hoje eu tomo muito mais cuidado com isto...

C- As vezes a gente coloca um rótulo na pessoa e começa a tratar a pessoa de acordo com este rótulo que está na minha cabeça, nem mesmo a pessoa sabe que eu tenho este rótulo sobre ela... tem uma brincadeira que posso fazer com vocês que ilustra isto...

LR- Às vezes não foi nem eu o criador deste rótulo, foi outra pessoa que falou: - olha, olha, ele é assim... e aí a gente deixa se influenciar. Eu mesmo começo a observar aquele lado 'negativo' da pessoa, mas por que de repente alguém disse: essa pessoa é assim... e aí você acaba indo pelas cabeças dos outros... (DC 29/08, p.30).

Outro dado importante nesse diálogo referiu-se à consciência demonstrada pelos jovens ao reconhecerem que os conceitos são socialmente construídos e incorporados pelos sujeitos.

Considerando que o processo grupal não ocorre de forma linear e sim dialética, junto com momentos de integração também aconteceram situações de falta de interesse, de dispersão e de agitação, demonstrados nos comentários da pesquisadora:

CO- Embora Roberto estivesse mais calmo neste dia, geralmente passa a maior parte da atividade falando e brincando com as meninas, fez apenas a primeira parte da dinâmica, demonstrava interesse em folhear as revistas mas não escolheu nenhuma gravura para a segunda etapa (DC 11/07, p.24)// OBS- demoram a iniciar a conversa, estão bastante inibidos, falam baixinho entre si, mas não conseguem expressar-se para todos // O grupo inicialmente estava disperso, alguns bem calados, se posicionavam deitados nos colchonetes e sem muita expressividade. Ficavam mexendo uns com os outros, mas sem muita aproximação entre eles. Durante o desenvolvimento da atividade começaram a se animar um pouco mais e ao final da aula estavam mais desenvoltos, falantes... (DC19/09, p.37 e 42)

Pela característica do trabalho realizado e pelo fato de ser uma atividade aberta registrou-se, ainda no mês de setembro, entrada e saída de jovens, o que continuou a ocorrer durante todo o ano. A rotatividade dificultou, em algumas situações, o processo de interação dos jovens. Entretanto, tornou-se uma oportunidade para os participantes se confrontarem

com o novo, com a flexibilidade do grupo e de abrirem-se para novas amizades, fortalecendo também o processo grupal.

CO- Sebastião estava participando pela segunda vez no grupo, hoje veio com o pai // Edilene, Sirlene e Ana Rita fizeram pela primeira vez a atividade de Biodança. // Edilene e Sirlene já tinham comparecido na atividade da semana anterior, (DC.19/09,p.42)

Numa atividade realizada no mês de julho, a pesquisadora utilizou alguns instrumentos que possibilitassem observar como os jovens se viam e o seu grau de auto-percepção em relação à participação nos encontros. Realizou então, uma técnica onde eles tinham que escolher uma gravura e demonstrar, por meio dela, como eles viam os encontros e os seus colegas. Constatei que os jovens percebiam-se enquanto integrantes do grupo e que se consideravam amigos, o que considerei como um salto qualitativo no processo grupal

CO- Vanilda escolheu uma gravura do Mickey e relatou que gostava muito do Mickey e também gostava do grupo. Via as pessoas do “grupo” como na história de Mickey que têm vários amigos...// Lora escolheu uma foto dos integrantes do “Casseta e Planeta” disse que via o grupo assim, como amigos que se divertem. // Franco escolheu uma gravura de um grupo de alunos em uma sala de aula que era como via o grupo e disse que achava que estava ali para aprender... (DC 11/07, p.22).

A percepção dos jovens sobre os encontros realizados na Associação se aproximava da definição apresentada pelo profissional que coordenava as atividades com eles. Para este profissional, um dos objetivos destes encontros era:

CO- (...) proporcionar aos jovens um espaço de convivência, onde eles possam interagir com diferentes pessoas independente da situação de saúde deles, e que isto era muito importante para eles conviverem sem estigma de problema mental. Como são jovens de diferentes idades e situações, a convivência entre eles é que era importante, onde as atividades realizadas motiva e mobiliza estes jovens a estarem ali (DC 27/06,p.20)

Nesse segundo momento, tendo em vista uma maior interação dos participantes, constatei que os jovens falavam mais de si e expressavam mais seu estado emocional. Nos diálogos, explicitavam situações do seu cotidiano, relatando as mudanças ocorridas no seu dia-a-dia, considerado por eles como resultado do que vivenciavam nos encontros. Esses dados são indicadores do desenvolvimento do processo grupal.

LR- Eu tenho estas dificuldades, que são aparentes, e outras pessoas tem dificuldades que às vezes não é... (DC.29/08, p.30-31)// Jomar- Verdade...Ah! mas meu problema foi mais por carência... na verdade pó eu não conseguir me adaptar direito (...) hoje eu tô começando a melhorar, sabe... em relação ao que eu era antes... eu estou começando a melhorar (R. 29/08, p.33)

Jormar (...) eu acho que a biodança, deixa a gente mais calmo... antes eu tinha muitos problemas, eu sou muito estourado em casa, sabe ... brigava muito com minha mãe assim... e eu acho que hoje eu estou muito mais calmo, tô mais sossegado por causa da biodança. (DC28/07, p.30)// Jose- Eu acho que é uma coisa que relaxa, uma coisa diferente, né? Pois a na aula a gente fica o tempo todo sentado em sala de aula, em casa é aquela correria, então não é dança, é uma coisa que relaxa, eu gosto // A gente deixa os problemas lá fora, entra aqui esquece um pouco os problemas, relaxa, solta o corpo, é bem legal (DC28/07, p.25).

Numa outra atividade, um dos participantes falou das mudanças ocorridas na sua maneira de relacionar-se com os familiares e amigos, verificadas ao longo dos encontros, e relacionou-as com a sua transformação pessoal. Este aspecto é apontado por Ciampa (2000), ao considerar que a identidade se reafirma e se nega quando da relação com outras pessoas, nas mais diversificadas situações. Para o autor, a possibilidade de transformação da identidade passa pelo nível de consciência que o sujeito tem desse processo, que pode encaminhar-se para um estado de mudança ou de conservação.

LR- Eu vou falar por mim... Eu quando comecei este grupo com a Vilma, eu... com certeza era de um jeito... agora estou diferente (...) eu mudei muito, antigamente eu era assim... aquele coitadinho...era mesmo (...) eu escravizava as pessoas a minha volta (...) eu não pedia, eu mandava, eu pedia meu pai para fazer tal coisa pra mim... aí se ele não fosse fazer, eu jogava na cara dele, que era pra ele fazer por que eu não podia fazer... agora isto mudou, sabe? Eu citei meu pai mas era com meu irmão, com minha mãe, com qualquer um (...) hoje eu tenho a minha vida (DC 29/08, p.30)

A fala desse participante demonstrava ter consciência do poder que tinha sobre seus familiares, em decorrência de sua condição física (é paraplégico), e sabia que utilizava daquela condição para manipular seus amigos e familiares. Esta fala está em concordância com a perspectiva sinalizada por Martín-Baró (1993) ao tratar da questão do poder, ao afirmar que este se configura de várias formas nas diferentes relações sociais. O poder vai se conformando à ordem social e à realidade em que se encontram os sujeitos. Como os grupos são produtos de uma interação dos sujeitos, há no interior dos mesmos um confronto de diferentes interesses que vão se concretizando conforme a força/poder que cada membro ou

grupo detém. Sendo assim, entendo que pode-se falar em uma tentativa de dominação por parte desse participante, ao querer que seus interesses prevalecessem.

Em outra ocasião, esse mesmo jovem apontou para a necessidade de sentir-se valorizado e assim aprender a valorizar as outras pessoas. Verbalizou que se sentia mais independente para realizar outras ações, em decorrência do processo que vivenciou nos encontros. Transcrevemos este trecho para demonstrar como essas transformações foram relatadas pelo jovem, no seu cotidiano. É importante ressaltar que esse foi um dos jovens mais participativos nos encontros. Como era bastante comunicativo e tinha um relacionamento amistoso com os outros jovens, sempre que falava era ouvido pelos demais, permitindo que os outros participantes refletissem também sobre suas situações.

LR- Sim, do mesmo modo que hoje eu posso dizer... hoje eu posso dizer que eu sou valorizado e que eu valorizo, sabe? E isto é muito legal.... Se fosse a algum tempo atrás com certeza seria muito diferente...isto é muito legal... eu posso hoje chegar aqui e dizer pra vocês que domingo eu fui no parque Barigui e sozinho, de cadeira de rodas e sozinho e de ônibus... gostei de chegar aqui no grupo e dizer fui lá no Palácio Iguazu assistir a uma exposição, sozinho, de ônibus, né? (...) Eu me pelava de medo, eu não fazia e não me imaginava fazendo. (...) Hoje eu vou... hoje, pelo contrario! Eu faço primeiro para depois pensar como é que eu faço... (...) Vou começar hoje o segundo grau, à noite eu vou estudar... então quer dizer, isto é muito legal, por que é assim.... (...) Graças a este processo, eu tenho uma clareza. Isto é muito legal por que ...o que estou contando...de eu estar começando o segundo grau.... (...) Isto é legal, por que... faz parte da minha recuperação, digamos assim, eu ta começando hoje o segundo grau, poder ta indo à ruas sem depender muito do meu pai...e antes pra qualquer coisa... (...) Eu queria continuar... sabe quando eu falei que hoje eu saio, né... nesta fase o grupo foi muito importante para mim, por que aí... eu vi a importância de começar a fazer isto e aí? E meus pais? Não é fácil... (...) Eu te garanto! Não foi fácil... (...) Você usou a palavra certa, é conquista, é gostoso por isto...que a gente conquista...(DC, 29/08,p.30-31).

Naquele momento do processo grupal, outras formas de poder foram reveladas. Em uma atividade, a instrutora usou sua autoridade para chamar a atenção dos jovens pelo fato deles estarem muito dispersos, agitados, não chegarem na hora determinada e ficarem conversando do lado de fora da sala. Delimitou então algumas regras para que os jovens participassem da atividade, reafirmando deste modo o seu poder enquanto instrutora/representante da instituição.

CO- Célia chama a atenção dos jovens para o fato de ficarem se “enrolando” para entrar na sala, e só de vez em quando um ou outro vai ajudar a separar o material que vai ser utilizado [ em geral ficam do lado de fora da sala conversando: Jor, Van, Cleb, Rob ou tb no computador...] //Celia- Bom eu queria falar com vocês, eu vou falar prá vocês [os mais novos] por que os outros já estão acostumados... quando eu chego eu quero que vocês já venham me ajudar a arrumar... não adianta



ficar esperando lá [na outra sala, no pátio...] que vocês não vão aprender como é que se organiza os materiais... // Celia- Então eu queria deixar isto como regra entre a gente, por que como nós só temos duas horas não podemos perder tempo, e isto a gente agiliza...o que precisa sempre quando para a gente produzir...vocês têm que arrumar as tintas para a impressão... quando não há impressão dá tempo de vocês desenharem, prepararem o material... não precisamos perder tempo com o material para imprimir, mas quando for imprimir, eu preciso que vocês venham e já saibam como que é feito por que daí vocês mesmos podem organizar, não precisa que eu fique pegando os materiais... (DC,25/09, p.44).

Com relação à atividade nesse segundo momento, ela deixou de ser apenas a produção do processo grupal, uma vez que os jovens um pouco mais entrosados com os colegas e instrutores, verbalizavam mais como se sentiam realizando uma ou outra atividade. Os participantes expressavam verbalmente como eles viam as atividades e as suas preferências.

Jormar: Ah! Eu achei legal... quando eu tinha computador em casa em ficava fuçando, fuçando e não sabia nada.... daí com estes encontros aqui eu consegui aprender um pouco mais...// Rodeval: Eu achei legal ficar mexendo no computador né...e aqui pude mexer um pouquinho mais... (R 29/08, p.24)

Nesse segundo momento, os jovens iam adquirindo maior referência em relação ao grupo e percepção de si mesmos. O grupo pôde suplantar a própria atividade que contribuiu para o seu surgimento, buscando a manutenção das suas relações fortalecidas pelos aspectos afetivos criados entre eles. O trecho seguinte revela como isso foi ocorrendo. Os jovens, uma vez entrosados, falavam mais facilmente e abertamente como estavam se sentindo e do que gostavam. Nos diálogos apareceram expressões de emoções/sentimentos de medo, rejeição, expectativas com relação ao contexto de trabalho e familiar:

M- Que mais vocês querem falar do que mais gostaram?

[.....]

L- Eu estava ansiosa com uma série de coisas que aconteceram, mas já foram todas solucionadas..

M –alguém mais queria falar do que sentiu... ou até se não perceberam...?

F- Acho que senti.. até... mais um pouco de rejeição das pessoas....

M- Sentiste.. tu...

J- de alguém de fora ou daqui....?

F- De fora....

M- tu quereres falar um pouquinho deste sentimento de rejeição. Ou tu...

F- Ah... eu sinto assim um pouco de medo das pessoas.... mas

M- O que te dá medo nas pessoas....?

F- Ah não sei, as vezes no que eu penso... assim ... não me compreendem...

V- As pessoas não entendem...?

F- É isto. Não conseguem... como é que é..

V- Te aceitar... [...]

J- Eu me senti, uma coisa que tá acontecendo comigo, é que eu tô conseguindo fazer muito mais amigos... no trabalho... (M- ta trabalhando?) – uhum! tô conseguindo fazer... tô trabalhando faz

duas semanas... eu sou amigo de quase todo mundo... do mercado... sabe já fiz amizade com quase todo mundo... eu me sinto diferente né... (M- se sente melhor?) – É, me sinto mais feliz. É legal, você ter um monte de amigos assim.... isto que achei que mudou bastante....

Jô- Eu posso falar? Eu senti muita raiva! Passei a semana inteira... (DC.19/09, p.38-39)

V- Eu senti muita raiva...

M- Senti raiva? Quer falar do que....

V- No momento não....

M- Não. Tá com dificuldade de falar...?

V- Nossa! Antes eu sentia raiva com os dois ( refere-se ao pai e a mãe), agora é mais com minha mãe...

M- Vocês não estão conseguindo conversar...?

V- Minha mãe acha que eu tenho que ser perfeita, que tenho que ser como os outros...tenho que tirar a maior nota no colégio.. tem que ser que nem os outros lá em casa ... mas eu não sou que nem os outros, eu sou que nem eu mesma...

M- Falaste isto com ela. Sente cobrada, é isto? Te deu muita raiva

V- acena afirmativamente com a cabeça. Nossa é briga todo dia...

M- E o que você faz com essa raiva? Brigou?

V – xingo ela... antes eu batia, mas agora não, agora eu só xingo....

M- Você já chegou a bater na tua mãe?

V- Já, na minha mãe e no meu pai também... (DC.19/09, p.40)

Nos diálogos apareceram claramente que, com o desenvolvimento do processo grupal e também pela atividade realizada, os jovens foram se colocando cada vez mais, falando de suas questões pessoais, suas emoções/sentimentos, das dificuldades em relação aos seus familiares. As falas de cada um eram ouvidas pelos demais e, em alguns momentos, registravam-se manifestações de apoio e solidariedade ao que o colega expressava.

Na continuidade dessa atividade, a instrutora perguntou se eles queriam falar mais alguma coisa e houve uma fala surpreendente de um participante:

Jormar- ... muitas coisas... a gente consegue sentir depois da atividade de Biodança... dá uma vontade muito grande de viver, uma vontade muito maior... a gente fica mais animado para viver...// na semana que vim fazer biodança, tava... nossa! Tava gostando de tá vivendo.. e aí semana passada que não vim no grupo... tava ... tava falando em morrer...// É...quando a gente faz biodança, a gente sente muito mais vontade de viver.... sente mais ânimo pra viver.(DC. 19/09, p.39).

Essa fala expressou o estado emocional do jovem após participar de uma das atividades e da sua necessidade de manter e levar esse estado emocional para outras esferas da sua vida. Revelou também a importância da realização de atividades onde os jovens pudessem compartilhar suas emoções e expressar seus sentimentos. Das atividades desenvolvidas, a Biodança era uma das que mais contribuiu para expressão e partilha de emoções/sentimentos.

Durante a sua realização, os jovens se tornaram ainda mais participativos e, mesmo os mais agitados, tornaram mais calmos, afetivos e mais abertos aos encontros.

CO- Roberto vem demonstrando estar mais participativo nas atividades, em geral demonstrava que não iria fazer o que era solicitado, ficava sentado “resmungando” neste dia participou de tudo o que era proposto, e os demais jovens parecem “aceitar” as dificuldades que Roberto apresenta (dificuldades motoras, de compreensão do que é dito etc.). //Francine também está mais comunicativa com o grupo, já se expressa mais verbalmente embora tenha outros problemas de coordenação motora. LR e P são muito participativos, usam cadeira de rodas, mas conseguem fazer o que é solicitado na atividade, ambos são muito comunicativos e tem bom entrosamento com os demais jovens // V que antes geralmente expressava-se de maneira ríspida e agressiva com seus colegas, vem demonstrando maior tolerância com os companheiros durante a atividade (DC, 04/07,p.21).

Nesse segundo momento do processo grupal, que os jovens já apresentavam maior vínculo e entrosamento, sinalizando para uma maior estruturação interna do grupo. O estabelecimento de relações de vínculo e confiança trazia possibilidades para os jovens expressarem suas emoções/sentimentos e também para falarem de situações do seu cotidiano em relação à escola, à família e ao trabalho. O salto qualitativo desse segundo momento foi caracterizado pela referência ao “nós”, caracterizando o início da consciência de uma identidade grupal. Mesmo com entrada de novos participantes, o que mexeu com a estrutura do grupo (certa dispersão e inibição), os antigos integrantes eram bastante assíduos, o que possibilitou uma interação e estreitamento dos vínculos grupais. Na fala de um dos participantes, os meses anteriores possibilitaram "um tempo de convivência que ajudou a construir um sentimento de identidade grupal".

As atividades realizadas, ainda que distantes de alguns interesses e necessidades dos jovens, ajudaram na estruturação do processo grupal. Entre elas, destacou-se a biodança, por trabalhar a construção de vínculos afetivos, a expressão das emoções/sentimentos e, principalmente, por estabelecer dentro dos encontros, momentos onde os jovens podiam expressar verbalmente o que sentiam e compartilharem com outros iguais.

O terceiro momento do processo grupal foi marcado pelo aprofundamento da participação e por maior reflexão dos jovens. Intensificou-se ainda mais a interação,

caracterizada pelo fortalecimento de vínculos de confiança e afeto entre os participantes, o que possibilitou aos jovens que falassem de si, de seu sofrimento psíquico e expressassem suas emoções/sentimentos. As reflexões foram permeadas por temas que até então não haviam sido abordados e relacionavam-se às situações do cotidiano dos participantes. Foram explicitadas, naquele momento, as questões relacionadas à situação de saúde mental dos jovens e as dificuldades advindas dessa situação, que abrangiam outros contextos em que eles estavam inseridos, como o ambiente familiar e escolar.

Ao rever os dados apontados nesse terceiro momento, constatei que os jovens tinham muitas dificuldades de falar sobre seu sofrimento psíquico. Isso só foi possível após vários meses de convivência, que possibilitaram o estreitamento de vínculos e o fortalecimento da afetividade entre os participantes. Ao conseguirem abordar suas dificuldades em relação ao sofrimento psíquico, compartilhavam suas percepções e emoções, o que permitiu a ressignificação de sua problemática. Essa partilha favoreceu não só a constituição da subjetividade dos jovens, como também a construção de uma nova identidade do grupo. Para caracterizar e ilustrar esse terceiro momento do processo grupal, fiz um recorte dos dados mais significativos.

Ao início de uma atividade por mim realizada durante o mês de outubro, uma jovem, que anteriormente pouco se expressava no grupo, começou a falar da sua preocupação sobre alguns exames e o tratamento que iria fazer, o que desencadeou nos outros participantes a necessidade de falar sobre o mesmo assunto.

Fran:- Daqui a duas semanas eu não vou poder vir tá...vou ser internada para fazer uns exames (...)  
Ah! Sei lá vão mexer na minha cabeça.. vão botar uns aparelhos... para ver o que é que eu tenho...é que eu tô tendo crises... (DC, 31/10,p.62).

A jovem demonstrava dificuldades em explicar o que tinha e denominava seu sofrimento psíquico como “crises”. Porém, não conseguia explicitar o que eram e como ela ficava durante tais “crises”. Os demais participantes ouviram atentamente, demonstraram

solidariedade à colega e também começaram a falar de como a situação apontada pela colega era também presente em suas vidas.

Fco- Eu também tem épocas que eu não durmo aí entro em crises também (...) É eu também, às vezes eu não consigo dormir e aí no outro dia de manhã eu começo com crise, já (...) Ah! eu começo a ficar irritado, eu já não dormi... parece que o mundo acabou pois eu não consegui dormir, né? vem a irritação daí eu tenho que conversar com pai, conversar com a mãe... daí não posso... não cumpro os compromissos combinados... acabo ficando em casa (...) eu não sei... é mais... como vou dizer... um sentido de auto-preservação, assim... como se eu quisesse me salvar... é como se eu tivesse morrendo...e falasse assim... pô me salve! Eu preciso de ajuda... daí eu vou lá e eles me dão uma injeção... daí eu melhorei... mas eu não sei... não sei nem como é que é (...), uma vez eu tava com meu pai (...) eu tava em crise assim aí ele me levou lá psicóloga lá no CPM, e me deram uma injeção, né!por que eu tava em crise assim... e daí eu não sei se melhorei... eu fiquei meio bobo assim... meio de ...sei lá dá uma esfriada nos ânimos ...

C- O que passa na tua cabeça quando você tem estas crises...

Fco- Ah! Que eu tenho alguma doença, que eu tenho... tipo AIDS... uma doença muito grave... assim...

C- E você Van, já passou por isto...? (...) destas crises que a gente está falando... Fran e Fco?

Van- Só as vezes quando meu pai faz alguma coisa que eu não gosto... (...) às vezes me batem... querem me bater... daí eu começo a gritar com eles... (...) antes era pior...meu pai me batia, eu batia nele... agora não (...) agora eu... grito... falo... xingo...mas... não bato mais nele, não (...) eles não falam muito...não mexem muito comigo (...) Ah! tipo assim... às vezes eles tomam certas atitudes e falam... assim... o telefone lá de casa que eles falam eles vem e falam... eu também escuto e acaba chegando num acordo...

C- E você Rob

Rob- Eu já tive crises também... por que... tipo... quando meu pai vem... não me deixa fazer nada... fazer nada do que quero fazer, né... eu já tive crises... umas duas vezes...por que...aí eu acabo saindo de casa, daí eu chego meia-noite em casa... (...) Ah, meu pai pega... ele queria me dar uma surra...pegava a vara (...)agora eu não tenho mais crise (DC, 31/10,pp.62-64).

Os diálogos demonstram a necessidade dos jovens de falarem do seu sofrimento psíquico, das dificuldades que sentiam com a situação e sobre a relação com seus familiares. É interessante observar que esses diálogos surgiram no início de uma atividade proposta pela pesquisadora e não tinha relação, num primeiro momento, com o assunto tratado. Contudo, tal era a necessidade deles abordarem o assunto, que o fato de uma das jovens começar a falar mobilizou os demais e desencadeou tais reflexões. Isso só foi possível pela estruturação interna do grupo naquele momento, demonstrada pela construção de vínculos de confiança e afeto entre os jovens. Cada jovem apresentava um significado diferente para o que denominava de "crise", todavia esse significado relacionava-se com o sentido que cada sujeito tinha de seu sofrimento psíquico. Porém, o que me chamou a atenção, foi o fato deles denominarem "crise" às dificuldades relacionadas às situações familiares, no confronto para o

estabelecimento de regras e limites, não estabelecendo relação com um transtorno mental propriamente dito.

Esse entrosamento também era sinalizado de outras maneiras, como nessa demonstração de alegria ao receber um dos participantes que estava faltando aos encontros:

Neste momento entram na sala Vilma e Leandro...o jovem é saudado pelos colegas que demonstravam estar com saudades dele, pois havia 3 semanas que ele não comparecia aos encontros (DC,03/10,p.48).

Durante a realização das atividades faziam piadas e brincadeiras que denotavam o fortalecimento da interação entre os participantes:

Jormar – Fica na frente da TV e pergunta para os colegas – Estou na frente de alguém...

Van- Está na minha frente...!

Jor- Ah! então não tô na frente de ninguém...

Jor- Se deita na frente dos colegas e fala: e agora tô na frente de alguém...?

Todos- Não!

Jor [rindo...] é claro que estou na frente... estou na frente de todo mundo... só não estou atrapalhando... (DC,12/12, p.84)

As brincadeiras e demonstrações de afeto eram indicadores de uma maior estruturação grupal e evidenciavam como cada participante era percebido em relação aos outros membros do grupo. No início de uma atividade realizada no mês de novembro, uma das jovens - a mesma que havia falado da sua situação de saúde -, trouxe um texto do qual havia gostado para compartilhar com os seus colegas:

CO- No início da aula Francine trouxe um texto que ela tinha achado bonito e me entregou pedindo para ler para os outros participantes // perguntei ao demais jovens se Francine poderia ler, ela então leu o texto para a turma( DC. 21/11, p.77)

O texto que a jovem leu para os colegas abordava a importância da amizade entre as pessoas e a necessidade de cada um encontrar o seu par. Os jovens ouviram com atenção e o tema foi discutido e refletido pelos participantes. Em algumas atividades, era possível começar a tratar e a refletir sobre alguns temas, possibilitando aumentar a interação entre os jovens uma vez que falavam mais de si, de seus valores:

M- Então ... tu falaste sobre a diferença o amor e afetividade...o que é pra vocês amor....

Rob- Amor é... um sentimento assim... que brota dentro da gente...me apaixonar... estar apaixonado... sentir paixão por alguma pessoa... isto é amor...amor também tem um outro significado que é também... gostar de alguma coisa...de amor por alguma coisa... isto que é amor // Van- Amor e um...não só depende de você... depende dos dois, do casal... da pessoa... saber receber amor dela, que a pessoa está oferecendo ... saber corresponder...// Fco- O amor é agradar... é saber agradar esta pessoa...// Jor- Uma coisa que ninguém segura...// Fco- Igual a vida... parece fica um pouco repetitivo amor pela vida, mas a gente tem que amar a vida, né? (DC, 24/10, p.58).

Podemos observar nestes diálogos, um maior entrosamento entre os jovens, o que contribuía para que eles falassem de assuntos que em geral tinham dificuldades em abordar, como temas envolvendo, afetividade, sexualidade, namoro entre outros. Um dado importante é que as definições apresentadas pelos jovens retratavam aspectos de suas vidas, seus interesses, sua forma de perceber o mundo e a sociedade:

Rob- (...) eu já tive uma paixão profunda por uma pessoa .... eu já senti um amor profundo por uma menina lá do colégio... eu senti esse amor profundo...  
 Jor- Eu tenho um amigo, (...) ele tem 50 anos e eu sempre vou na casa dele... sempre ia quando não trabalhava... quando eu chego perto dele assim...e eu fazia algumas coisas pra ele assim... eu tinha um amor por ele, assim como se fosse meu pai... Ah! é inexplicável... é uma coisa muito boa... a gente tem vontade de proteger a pessoa o máximo...  
 Rod- Por um carro, por uma moto, pela nossa amiga, um skate , uma bicicleta... (DC,24/10, pp57-58)

A interação produzida nas atividades possibilitou a abordagem de diversos assuntos e diferentes idéias/opiniões, onde cada participante reelaborava suas concepções a respeito dos valores de homem e de mundo, importantes na constituição da sua subjetividade.

Ao realizar uma atividade com os jovens no mês de outubro, constatei que estava se consolidando uma formalização organizativa grupal. Usando uma técnica que trabalhava com valores, foi possível identificar como os jovens estavam vendo o grupo nesse terceiro momento. Os participantes escolhiam determinadas palavras e se expressavam da seguinte forma:

Fco- Eu escolhi coleguismo, que é assim... a gente ter união entre as pessoas... o coleguismo pode ser na família... entre amigos... pode ser quando se junta pra fazer alguma coisa...é... eu escolhi também motivação né...por que a gente precisa de uma força que mova a gente pra gente conseguir nossos objetivos, né...e dedicação... que pra mim é estar sempre envolvido... se dedicando... dai a dedicação... que mais... e... renovação... que é muito importante, né (...) eu sinto que o nosso grupo aqui... eu escolhi coleguismo por causa do nosso grupo aqui... motivação... é outra coisa que a gente tem aqui...quando a gente vai dançar, a gente fica motivado em dançar... a gente é motivado... a gente ao fazer trabalhos artísticos também se motiva... dedicação a gente tem que ter nas atividades que a gente desenvolve aqui...dedicação... dedicação eu não sei direito... renovação é sempre que eu venho aqui... também na relação com outras pessoas, né.. pessoas novas, é sempre

renovação... e prosperidade por que se eu não tenho prosperidade é melhor morrer, né? // Rob- é... eu escolhi diálogo, pois nós devemos... cada vez que a gente tiver atividade aqui no grupo é importante ter diálogo... cada um conversar um com outro... pro grupo crescer cada vez mais...e... escolhi incentivo... pois cada um deve buscar incentivar ao outro na atividade que estiver fazendo aqui no grupo...é daí vamos estar nos ajudando.. na hora em que estiver fazendo qualquer coisa aqui no grupo... e escolhi amizade, por que acho que amizade é a coisa mais importante aqui no grupo... por que amizade // é muito importante aqui no grupo para que a gente está se fortalecendo cada vez mais... tendo amizade aqui no grupo... e escolhi ajuda por que ... ajuda é muito importante... por que sem ela não devemos é... não vamos conseguir fazer nenhuma atividade a gente deve estar sempre ajudando um ao outro... é... e escolhi respeito por que a gente deve ter respeito um com o outro e ter respeito com todo mundo... é aqui no grupo... para termos mais facilidade de... fazer as coisas.// Van- escolhi paciência... acho que aqui no grupo todo mundo tem que ter paciência... por causa que uma pessoa pode não fazer alguma coisa direito em alguma atividade e a gente tem que incentivar e ajudar esta pessoa... como esta pessoa pode não estar conseguindo eu também não posso não conseguir... então eu devo ajudar esta pessoa... tenho que ter mais paciência... daí... eu escolhi união...por que para que cada um possa se ajudar tem que ser unido... “ a união faz a força”... quando ocorre união sempre há a paz... na naquela guerra que teve entre os palestinos e judeus por falta de união houve a guerra (...) e no grupo também... precisamos de união para ajudar.. prá todo mundo se ajudar... ter união faz muita coisa (...) fico com confiança... por causa que no grupo todo mundo tem que confiar... por que sem não haver a confiança...por que se dá uma brecha para que todos possam falar...//Fco- (...) quando uma pessoa tá com depressão... e alguém vai lá e procura ajudar ela... mas não é imediatamente que ela vai sair da depressão e por isto é preciso paciência... e depois da paciência vem o coleguismo ... a amizade... para elas seguirem juntas... para um... futuro melhor...né...//Van- Acho que é importante (...) os verdadeiros amigos, né (DC,31/10, pp.67-71).

No terceiro momento do processo grupal havia um maior envolvimento e interação entre os jovens, o que foi constatado nas verbalizações que denotavam reflexões mais profundas, pela participação e colaboração de cada um nessas reflexões e pela ênfase na amizade como um aspecto necessário e presente naquele momento do grupo.

Existia a necessidade da partilha das emoções e a busca de novos vínculos sociais de amizade, de compreensão e de solidariedade. Essa percepção foi reforçada pela fala de um dos jovens, quando perguntado por que gostava de participar dos encontros na associação. O jovem respondeu da seguinte maneira:

Fco- Ah! aqui a gente pode falar né...(DC,31/10,p.63)

Uma jovem relatou que convidava outros amigos para participar das atividades na Associação, o que denotava sua vontade de mobilizar outras pessoas, a fim de fortalecer os encontros e o trabalho realizado.

Van- Ah! por que...eu falo com todo mundo que conheço // e eles falam - ai que legal! eu vou vir...alguns até vem mais depois de um tempo aquela pessoa começa a faltar... e o que a gente vai fazer... acaba ficando pouco... (DC, 31/10, p.66)



Em vários trechos já transcritos podemos observar que os diálogos traziam assuntos diretamente ligados aos interesses dos jovens e expressavam situações ou dificuldades pelos quais os mesmos estavam passando. No diálogo transcrito na página 67, denotamos que, pela proximidade com período para exames do vestibular, o assunto se fixou em torno das suas expectativas em relação ao futuro profissional e à escolha de uma carreira, entre outros interesses. O fato de haver uma maior integração entre os jovens, permitia que uns opinassem sobre a escolha do outro e falassem sobre suas próprias expectativas.

Foi bastante significativo para os jovens falarem sobre seus interesses e expectativas. O fato de encontrarem abertura no grupo, mobilizava-os ainda mais para refletirem sobre essas questões, resignificando-as conforme o momento histórico de cada um.

Em outras atividades os jovens relatavam como percebiam a importância da presença dos que freqüentavam, contribuindo para a qualidade e fortalecimento do processo grupal.

Fco- Ah!, o que eu percebi é que a gente sente falta do grupo, este grupo é o que vem... outros vem esporadicamente, né (...) eu acho que é bom, né! Quer dizer é preferível qualidade do que quantidade...então acho que estamos ganhando em qualidade, né...é diferente do grupo do NA, lá é quantidade, né... tem muita gente... eu acho que aqui a gente ganha mais em qualidade.// Van- Eu penso assim... com mais gente seria melhor... só que... a maioria das pessoas que vêm... chega aqui e fica de bobeira (...) eu acho assim... que nem hoje... a gente está em cinco, mas tá todo mundo falando, prestando atenção nas coisas... não tão levando na brincadeira... mas às vezes tem mais gente no grupo e eles levam de brincadeira, não é justo ... isto não ajuda.// Rob- Bom... eu acho uma pobreza, isto por que se tem que faltar... estes que ficam faltando devem... vir para o grupo... ou avisar.... e aí a gente... eu penso que é muito importante pra nós.// Van- por que elas faltam muito.? ... elas deviam vir, podem até faltar mas não faltar sempre... (DC, 31/10, p.66)

Naquele momento, havia uma maior percepção dos jovens em relação à sua participação no grupo. Contudo, apareciam também contradições e conflitos no processo grupal, que foram visivelmente marcantes quando eles foram chamados a participar, junto com outros usuários da Associação, em eventos externos relacionados à questão da saúde mental. Havia uma dificuldade e divergência entre as opiniões dos participantes que, do ponto de vista da pesquisadora, estavam relacionadas ao grau de consciência que os jovens tinham da sua participação e da identidade do grupo.

Busquei em Martín-Baró (1993), elementos que me ajudassem a elucidar esses dados. O autor assinala que a identidade tem relação com o grau de consciência que os sujeitos têm de sua inserção e participação em determinados grupos e que pode ser determinada objetiva ou subjetivamente. A consciência é composta de diversos valores sociais que determinavam a representação que cada jovem tinha de si e da sua participação nos encontros. As diferentes formas de participação dos jovens estavam relacionadas com a percepção (consciência) que eles tinham do trabalho da Associação e de como este era compreendido no meio social. Ao longo dos encontros, muitos jovens, mesmo encaminhados por serviços de saúde, deixaram de participar dos encontros ao perceberem que o grupo era composto por jovens que haviam passado pelo tratamento em saúde mental.

Constatei que, mesmo entre aqueles que tinham consciência do grupo que e gostavam de participar das atividades na Associação, havia uma certa distância frente à identidade grupal. Esse distanciamento ocorria pelo fato dos jovens perceberem a identidade do grupo como algo que era estigmatizado socialmente. Um trecho do diálogo, já demonstrado na página 64, explicitou claramente esta dificuldade, quando falam do motivo para não participarem, por vergonha de se expor, de mostrarem que eram atendidos em programas de saúde mental e de serem identificados como ‘doentes mentais’. Alguns jovens falavam mais abertamente sobre a questão, enquanto outros arrumavam justificativas para suas ausências nas atividades, como foi ilustrado nos diálogos citados na página 67.

Contudo, existem situações onde os sujeitos se integram normalmente a um grupo pelas próprias características de sua identidade. Neste caso o sujeito tem consciência do que é o grupo, porém se identifica com ele. No próprio grupo da Associação, existiam jovens que, em detrimento da vergonha que relatavam sentir, participavam das atividades externas por acreditarem que era importante vencer os estigmas e preconceitos sociais.

Num evento de comemoração ao Dia Mundial de Saúde Mental, um dos jovens relatou que, apesar da vergonha de aparecer em público, sentiu-se importante por fazer parte do grupo e de junto com os outros participantes terem realizado uma atividade para as pessoas presentes. Percebi, em sua fala, a importância da atividade que ajudou as pessoas a se integrarem:

C- E você Franco... como você se sentiu...? não sentiu vergonha...?

Fco- Eu morro de vergonha, mas mesmo assim achei que era preciso, né... e quando eu tava dançando, tava tudo bem, né, eu não senti vergonha... mas normalmente eu sinto vergonha...// é, mas a gente tem que superar, né (...) e ajudou o pessoal a se integrar, né, tinha um pessoal fazendo palestras e tudo... tinha muita gente ali passando também e foi muito legal para o pessoal entrar no clima, integrar um pouco mais assim... (DC, 24/10, p.57).

Nesse terceiro momento do processo grupal, as relações de poder ficaram mais explícitas. Pude observar que havia um distanciamento entre os jovens e a profissional que deveria atendê-los. Durante o ano, vários jovens freqüentaram as atividades da AAG sem que a profissional que coordenava as atividades tivesse algum contato com eles. Considerei que, em virtude de outras atribuições dessa profissional, não houvera um atendimento adequado aos jovens. Isso era demonstrado pela ausência de vinculação dessa profissional com os participantes. Poucos jovens foram atendidos pela profissional e sua presença nas atividades se limitava ao repasse de orientações ou convites para algum evento. Com isto, não havia muita participação dos jovens nos eventos. No mês de dezembro, durante uma atividade de encerramento e confraternização entre os jovens, a coordenadora apareceu na sala no momento em que os jovens realizavam “o amigo secreto” e acabou interrompendo o momento de descontração para convidá-los a participar de outra atividade que seria realizada na semana seguinte.

CO- o profissional entra na sala e pergunta por alguns dos participantes que não estão presentes(...), pede para eles sentarem... [eles deixam de lado a descontração e assumem uma postura do tipo “alunos quando entra a diretora pra falar com a turma”, não tem aproximação/vínculo com este profissional. Ela convida os jovens para participar da última atividade do ano na Associação, que será realizado um churrasco para a festa de encerramento (DC, 12/12, p.86).

Refletindo sobre a questão do poder nesse terceiro momento do processo grupal, observei que três jovens se sobressaíram mais nos encontros. Um deles destacou-se por apresentar uma grande transformação desde sua inserção nos encontros em abril daquele ano. De início, este jovem se mostrava tímido, falava pouco e tinha muitas dificuldades para aproximar-se dos outros. Nesse terceiro momento do grupo, o jovem passou a interagir cada vez mais com os demais participantes, começou a falar de seus problemas e, com suas reflexões, estimulava que seus colegas também falassem. Outra participante destacou-se pela forma como passou a tratar os demais participantes. No início era ríspida e agressiva, passando a ficar cada vez mais participativa e solidária com seus colegas. Um terceiro participante, com seu jeito alegre e brincalhão, proporcionava situações agradáveis e amistosas entre todos e tornou-se o elemento conciliador de muitas situações do grupo.

Cada um dos participantes tinha uma forma de interagir nos encontros, que denotava um tipo de poder, relacionado às experiências pessoais decorrentes da história de cada um. Mesmo entre os jovens que pouco falavam ou limitavam-se a fazer o que era proposto, havia uma relação de submissão frente aos demais.

Ainda com relação ao poder, havia ainda outros recursos de natureza simbólica que foram identificados naquele momento do grupo. Refiro-me ao fortalecimento de vínculos afetivos entre os jovens, que é uma forma de poder e se configura como um aspecto importante para fortalecimento do processo grupal.

De forma similar aos momentos precedentes, a atividade se constituiu no aspecto principal para o desenvolvimento do processo grupal. No primeiro momento, por meio da atividade que iam sendo construídas as relações de vínculo entre os participantes. Interpretei esta convivência e interação grupal como uma atividade, uma vez que se concretizava/objetivava os interesses e necessidades dos jovens. Mesmo nas atividades

individuais, conforme aumentava a interação entre os jovens, também aumentava a participação deles durante a realização da tarefa.

Nesse terceiro momento, os próprios instrutores já tinham maior vínculo com os jovens, o que facilitava a verbalização e a reflexão sobre diversos assuntos.

Nos diálogos já apresentados ao longo do capítulo, pode se perceber a estruturação do processo grupal. Um trecho já apresentado na página 68, ilustrou claramente esse terceiro momento do processo grupal. A atividade realizada nesse dia foi de confecção de bijuterias. Nos momentos anteriores, nessa mesma atividade, pelo fato de não se conhecerem, os jovens ficavam tímidos, quase não falavam, faziam suas tarefas (peças) individualmente e limitavam-se a responder alguma pergunta feita pelo instrutor ou por algum colega. No mês de outubro, observei que a interação construída entre os jovens e também com o instrutor e com a pesquisadora, possibilitou o debate em torno de diferentes assuntos que foram trazidos por eles. Durante a realização da atividade os jovens conversavam sobre diversos temas, geralmente assuntos que mobilizavam a opinião pública na época, com destaque para a questão das eleições. Também falavam de religião e esportes. Trechos das falas do jovens retratadas nas páginas 68 e 69 demonstram como eram abordados esses assuntos pelos participantes.

De igual modo podemos retomar a um trecho do diálogo entre os participantes nas páginas 68 e 69, onde as eleições dominava as falas dos jovens naquele dia. Expressavam o que eles compreendiam a partir do que era veiculado pelos meios de comunicação. Porém, cada um emitia sua opinião e defendia seu candidato. Tratavam de outros assuntos e sempre voltavam a este tema, estimulados à discussão por um dos participantes. Em um dado momento convergiu para a religião, faziam um paralelo entre as questões políticas e religiosas. Um dos participantes, provocando um colega, verbalizou que “determinadas

“pessoas votam em quem o bispo manda votar”. Começaram então a falar sobre as distintas facções religiosas e cada um procurava apresentar a sua religião como a “melhor opção”.

Os diálogos também eram permeados por outros assuntos/situações que os jovens necessitavam colocar como, no exemplo seguinte, onde um dos participantes falou do seu trabalho, do que gostava e das dificuldades que encontrava:

Jor- Sabe o que tem de pior lá no meu trabalho? (...) É que eu tô fazendo curso, né... tem quatro piá que não tão indo... aí agora a gente vai ter que se desdobrar(...) a gente fica ajudando... por exemplo... a gente varre o pátio, empurra carrinho, vai... devolve as compras que o cliente deixa fora do lugar, coloca nas prateleiras (...) Hoje é dia de vocês cantar parabéns prá mim... hoje é dia de telemarketing... é... quer dizer representante de telemarketing! (DC, 17/10, p.53)

Em 12 de dezembro, último encontro do ano, realizei um “amigo secreto” como forma de confraternização dos jovens. Este “amigo secreto” foi sugerido pelos próprios participantes e oportunizou que conhecesse um pouco mais de cada jovem pelas falas de seus colegas. Esta atividade também possibilitou-me observar como estava o entrosamento e vínculo entre eles. Durante o “amigo secreto”, abordavam e brincavam com as características mais marcantes de cada participante e usavam expressões como a mais briguenta, a explosiva, o chato, o falador, e assim por diante. Estas características, não só expressavam o modo como os jovens percebiam seus amigos., como também tinham relação com o momento em que se encontrava o grupo, com abertura para este tipo de ação.

C- Bom agora... já dá pra começar... o meu amigo secreto está sempre rindo no grupo... parece ser uma pessoa bem humorada...  
sei...  
Lô – meu amigo secreto é meio chato... é palhaço...  
Lô- também brincalhão...  
Jô- Quem é o brincalhão... é o Jor..?  
Jor- Meu amigo secreto... vou dar uma dica muito boa... é mulher e esta foi a melhor dica que dei...é aquela que não tem pavio, sabe...ela é muito nervosa... a minha amiga secreta quem que é...?  
Lô- Pavio curto, gostei...!  
Van- tarará... meu amigo secreto é muito chato... me perturba o tempo todo...Não é o Jormar, por que ele já foi... (DC, 12/12, p.85)

Nesse mesmo encontro, realizei uma avaliação das atividades do ano e os jovens falaram como se sentiram. Sugeriram também outras coisas que gostariam que fossem

realizadas no ano seguinte, como: passeios, sair juntos para ver um filme. Compreendi então, que havia interesse por parte desses jovens em dar continuidade aos encontros. Alguns deles demonstraram entusiasmo em participar, porém relataram que seria difícil em virtude do horário escolar e de trabalho, entre outros motivos.

Um indicador significativo do terceiro momento do processo grupal foi o estreitamento de vínculos entre os jovens. Esse estreitamento foi demonstrado pela qualidade dos diálogos entre eles e deles com os instrutores. Comparado ao momento inicial dos encontros quando, independente da atividade, os jovens ficavam quase sempre calados, demonstravam timidez e não interagiam com os demais participantes, nos últimos meses as atividades foram permeadas por diálogos, polêmicas e debates entre os jovens. Com o desenrolar dos encontros e estruturação do vínculo grupal, os jovens começaram a falar de situações concretas do seu cotidiano, abrindo espaço para reflexões conjuntas.

Denotei, nesse momento do grupo, uma formalização interna, onde a estrutura grupal, poderia ser compreendida como um espaço para reflexão dos diferentes assuntos trazidos pelos jovens, fossem questões mais gerais sobre política/eleições, religião e futebol, até as mais específicas, como uma dificuldade no meio familiar, o primeiro emprego, o vestibular, os medos e anseios, e assim por diante.

Nesse terceiro momento, observei que os jovens estavam entrosados e comunicativos. Havia se desenvolvido um vínculo afetivo-emocional entre os participantes e destes para com a pesquisadora. Com o recesso do fim do ano e o período de férias, houve um intervalo das atividades entre dezembro de 2002 e março de 2003. Os encontros foram retomados em março de 2003. Dos nove jovens que foram acompanhados em 2002, apenas quatro jovens retornaram. Com a entrada de novos participantes, tornou-se claro para a pesquisadora que havia se encerrado uma etapa do processo grupal. Havia então a necessidade de se recomeçar novamente o processo.

#### 4.4 Algumas considerações sobre a análise

Demarquei três momentos significativos para demonstrar o desenvolvimento do processo grupal, segundo as premissas fundamentais da Psicologia Social apontadas por Martín-Baró (1993) e Silvia Lane (1984). No primeiro momento, ainda não existia uma estruturação interna que se configurasse numa identidade grupal. Os jovens apenas se reuniam para realizar tarefas programadas pela Associação. Naquele momento, tinham interesses diversificados, que não estavam necessariamente relacionados às atividades oferecidas. Contudo, compreendi que a atividade se construía pela interação e constituição de vínculos entre os jovens.

No segundo momento, em várias situações, explicitou-se o sentimento de pertença ao grupo, demonstrando que havia ocorrido uma interação entre os jovens. Constatei um maior entrosamento a explicitação de um “nós” para se referirem aos encontros. A atividade não se restringia mais a execução de tarefas e foi suplantada pelo aparecimento de vínculos afetivos.

No terceiro momento, observei a consolidação da identidade do grupo. Os jovens se reconheciam enquanto participantes da AAG. Contudo, esta identidade oscilava entre a aceitação e a recusa. Gostavam de estar ali, porém recusavam a imagem de *jovens em tratamento em saúde mental*. Compreendi que esta *recusa* estava relacionada às dificuldades que tinham no convívio social, ao abordarem seus sofrimentos psíquicos, em outros contextos sociais, principalmente na família e na escola. Os jovens pesquisados procuravam superar suas diferenças individuais e buscavam uma interação com base em vínculos afetivos. As relações construídas nesses encontros possibilitaram que os mesmos abordassem e resignificassem diferentes situações do seu cotidiano, necessários à constituição da subjetividade de cada um.



Todos os momentos do grupo foram permeados por relações de conflito e poder que eram explicitadas de diferentes formas. Coexistia o poder de natureza material, relacionado à dependência dos recursos que Associação disponibilizava, como o espaço físico e os materiais utilizados nas atividades e custeio de passagens para que alguns jovens frequentassem os encontros. Estava presente na situação dos jovens que não dispunham de recursos materiais frente àqueles que tinham tais recursos como, carro, computador, som, celular. Essa diferença entre os recursos era explicitada pelas dificuldades dos participantes em abordar sua condição social. Havia também relações de poder de natureza simbólica. Estas relações se estabeleciam por vínculos afetivos permeados na interação entre os jovens, os profissionais e demais voluntários. Considerei como uma forma de poder as lideranças que se formavam na interação grupal, observada entre os jovens que tinham mais facilidade de expressão, que se disponibilizavam para organizar e ajudar nas tarefas, e assim por diante.

Nos três momentos, a atividade contribuiu para a estruturação do processo grupal. Conforme havia sinalizado anteriormente em Martín-Baró (1993), a atividade estava relacionada à produção de algo que tinha um significado social para as pessoas que dela participavam.

A interação construída nos encontros produziu mudanças significativas no comportamento dos jovens. A pouca participação e a falta de entrosamento inicial e até de interesse de alguns jovens, cederam lugar a situações de cooperação e maior envolvimento na atividade, além do fortalecimento de vínculos afetivos entre os participantes. O acompanhamento e registro dos vários encontros e análise dos dados possibilitaram-me, por meio das categorias de Identidade, Poder e Atividade, explicitar o desenvolvimento do processo grupal.

## CAPÍTULO V - CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Se não existirem rupturas não existirão os novos  
(sem ironias) serviços; existirão apenas falsas  
metamorfoses, roupagens novas para velhos princípios”

AMARANTE ET AL, 2001

Considerando o aporte teórico estudado e, de acordo com as categorias da Psicologia Social, venho afirmando, ao longo do trabalho, que o grupo não pode ser compreendido como algo pronto, acabado, coeso e ideal, visto que é um *processo* permeado por tensões, conflitos, como algo dinâmico em constante *transformação*. Sendo assim, ressaltai a necessidade de uma compreensão dialética desse fenômeno, contribuindo para percepção das contradições presentes no mesmo. Portanto, procurei demonstrar o desenvolvimento do processo grupal, caracterizando os saltos qualitativos que ocorreram ao longo do período observado.

Embora o capítulo anterior tenha apresentado algumas conclusões a partir da análise dos dados levantados na investigação, acredito ser oportuno trazer outros questionamentos que surgiram durante a pesquisa, que me instigaram a novas reflexões sobre a prática social com jovens. Um aspecto explicitado no desenvolvimento do processo grupal foi a dificuldade demonstrada pelos jovens em falar sobre seu *sofrimento psíquico* ou de serem reconhecidos como usuários de serviços de saúde mental. Ressentiam-se dos rótulos e estigmas que lhes eram impingidos, por serem usuários desses programas. Alguns, inclusive, desistiam de frequentar a AAG ou não participavam dos eventos externos para não serem identificados como portadores de transtornos mentais. Abordavam a vergonha de se expor, do medo das outras pessoas, “*do que os outros iriam pensar*”, ou falavam simplesmente: “*não é o que eu penso é o que a sociedade pensa*”, ou ainda o “*pessoal da minha escola é muito sarrista*”. Explicitavam que não queriam participar pois *não tinham nenhum problema mental* ou

falavam abertamente que não eram *problemáticos* ou *loucos*. Constatei que o estigma em relação à sua situação de saúde mental era mais problemático na vida desses jovens do que as dificuldades que tinham para lidar com as situações do cotidiano. É importante ressaltar que essas situações foram apresentadas espontaneamente durante o processo grupal, o que entendo estar relacionado com a dinâmica dos encontros, com o estabelecimento de vínculos de confiança entre os profissionais e os jovens que permitia, durante as atividades, uma troca de experiências. Embora estes encontros não fossem caracterizados como um trabalho clínico-terapêutico, se constituíam enquanto espaços para os sujeitos falarem de seu sofrimento psíquico e das dificuldades que tinham com esta questão. Em alguns momentos, verificou-se partilha de emoções e relatos de situações de intenso sofrimento vividos pelos jovens.

Um dado observado nas falas dos jovens, que considerei bastante preocupante, referiu-se aos motivos que os levaram a serem atendidos na saúde mental. Dentre os motivos, constatei uma ênfase nas dificuldades de convívio na escola ou na família. Os jovens apresentavam situações que estavam mais relacionadas à ausência de diálogos, à falta de tolerância entre os sujeitos e a não compreensão das diferenças. Esses dados denunciavam as dificuldades das instituições, neste caso familiar-escolar, de trabalharem os conflitos e as dificuldades que surgem no cotidiano. Constatei, pela fala dos jovens, que uma prática bastante disseminada nestas instituições é a de recorrer aos saberes psiquiátricos e psicológicos para responder a uma demanda oriunda da complexidade e das contradições decorrentes do sistema social na qual se inserem. Situação ainda mais grave ocorre no âmbito escolar que freqüentemente transfere a responsabilidade para os sujeitos de problemas históricos e culturalmente construídos na sociedade. É bastante comum legitimar o fracasso do sistema escolar pelo aluno, culpabilizando-o por não se adequar ao sistema. Esses dados me levaram a questionar sobre a dificuldade das instituições sociais em conviver com as diferenças, com a diversidade de comportamentos e de identidade, produzindo, cada vez mais,

sofrimentos psíquicos. Penso também nos prejuízos que se colocam para a identidade dos jovens que, por não se conformarem às estruturas socialmente construídas, são rotulados e estigmatizados enquanto doentes mentais.

Essa situação se torna ainda mais preocupante, quando se percebe que os jovens que participavam da Associação tinham os mesmos interesses, motivações e expectativas que outros jovens presentes na sociedade, comparados aos dados da pesquisa " Os Jovens de Curitiba: esperanças e desencantos" (Sallas, 1999).

Tornou-se evidente então a necessidade de se considerar outros segmentos sociais onde esses jovens estão inseridos, procurando refletir sobre a sua importância na vida desses sujeitos, bem como envolver as instituições em propostas voltadas para a questão da saúde mental.

É também necessário construir propostas que partam dos interesses e necessidades dos jovens. Em uma avaliação realizada, sugeriram a realização de atividades diferentes como *sessões de filmes, palestras e debates envolvendo outros jovens, passeios em conjunto, idas ao cinema*. Das atividades já realizadas, *a informática* foi uma das que suscitou maior interesse por parte dos jovens. Esta questão merece um olhar mais cuidadoso se considerarmos que a motivação e a vinculação dos sujeitos se dá principalmente pela satisfação de seus interesses e motivos. Considero também que a inserção em outros contextos sociais e a convivência com outros jovens pode contribuir para trabalhar os preconceitos e estigmas, reduzindo-se assim à exclusão social. Para isto é importante que não sejam práticas fechadas, voltadas apenas para os jovens que passam por serviços de saúde mental, mas que envolvam outros jovens da comunidade, buscando-se assim maior interação, troca e conhecimento.

Outra questão que considerei importante trazer para nossa reflexão refere-se ao trabalho voluntário. Todas as atividades realizadas na instituição foram desenvolvidas por

profissionais voluntários que dedicavam parte de seu tempo e saber nestas atividades. Contudo, constatei que as atividades não partiam dos interesses demonstrados pelos jovens e que eram restritas às habilidades dos profissionais e sujeitas à sua disponibilidade.

Também me questionava sobre a realização desse trabalho, considerando que vivemos em uma sociedade marcada por uma crescente margem de desemprego. Não estariam essas atividades voluntárias substituindo um trabalho remunerado, aumentando ainda mais o desemprego de outros profissionais?

Será que o profissional desenvolve um trabalho voluntário com o mesmo compromisso com a realidade social que teria no trabalho remunerado? Creio que respostas a essas indagações requerem maior aprofundamento e demandam outras pesquisas.

Realizar esta pesquisa, abordando uma prática grupal com jovens no âmbito da saúde mental, foi um grande desafio, enquanto pesquisadora e profissional. Embora já tivesse, pela experiência profissional, trabalhado com outras práticas grupais, tinha pouco conhecimento sobre a questão da saúde mental. Este desconhecimento me levava a ter uma concepção de saúde mental muito próxima a do senso comum, onde transtorno mental é muitas vezes compreendido enquanto um estado de alienação ou incapacidade intelectual.

De certo modo, por conhecer alguns dos participantes, já vinha rompendo com esta concepção. Em virtude da pesquisa, procurei estudar alguns aspectos da reforma psiquiátrica, obtendo mais informações sobre a saúde mental, a inserção social do portador de sofrimento psíquico, que me ajudaram a romper com paradigmas que estavam presentes no meu conceito inicial. Desvelando este universo, revia meus próprios preconceitos em relação aos sujeitos pesquisados à medida em que ampliava meu olhar sobre a realidade observada. Aos poucos ia percebendo o potencial e a capacidade criativa dos jovens que, apesar de todo estigma e exclusão social, foram se revelando durante os encontros como extremamente participativos durante as atividades. Percebi o quanto esses jovens possuem uma visão crítica da realidade,

que os mesmos freqüentam outras atividades sociais, que têm interesses, sonhos e projetos de futuro e, acima de tudo, demonstram uma enorme gama de perseverança para se manterem ativos nesta sociedade marcada pelo preconceito e exclusão social.

Esta convivência foi muito gratificante por me permitir partilhar do universo afetivo dos participantes e observar a sensibilidade e a afetividade presentes em vários momentos dos encontros. Fez-me acreditar o quanto é importante a construção e o fortalecimento de espaços como esses, para que os jovens possam dialogar, reconhecer-se enquanto sujeitos e interagir com outros iguais.

Poderia citar inúmeras transformações ocorridas nestes encontros, das modificações das relações afetivas, das vivências de apoio e solidariedade observadas dentro e fora do espaço institucional. Indicadores destas transformações eram apontadas quando os jovens abordavam modificações nas suas relações familiares, escolares e de trabalho e a inserção em outros espaços sociais. Havia relatos de melhoria na convivência familiar e de retorno à escola; depoimentos de jovens que começaram a trabalhar após participar dos encontros, outros relatavam suas expectativas em relação ao futuro, abordavam a escolha profissional, o preparo para o vestibular e a busca de projetos de vida.

Percebi que, conforme aumentava a compreensão dos participantes da sua presença nos encontros, aumentava também o nível de vinculação deles ao grupo.

Ao trabalhar com os processos grupais, não pude deixar de refletir sobre as relações afetivas que permearam este processo. Observei o quanto foi importante a afetividade nesta interação entre os jovens. Acredito que a afetividade possibilitou o crescimento e o fortalecimento desta relação grupal, ajudando também na constituição da identidade de cada um.

Penso que as práticas grupais que reconhecem e permitem a partilha das emoções e a vinculação entre os participantes por meio da expressão do afeto e da solidariedade,

possibilitam a construção verdadeira de caminhos de cidadania para extinção da estigmatização e exclusão social.

As práticas grupais, enquanto um espaços de convivência e de troca, possibilitam trabalhar os conceitos e preconceitos que se têm em relação ao transtorno mental, rompendo com resistências e aproximando a sociedade das pessoas que têm sofrimento psíquico. Acredito que boa parte destes preconceitos são calcados no desconhecimento sobre a questão da saúde mental, que podem ser transformados conforme aumenta o conhecimento das pessoas em relação ao assunto.

A análise dos dados apontou para uma riqueza de informações que podem contribuir para a reflexão e elaboração de estratégias e/ou experiências no enfrentamento ao modelo psiquiátrico tradicional. Contudo, defrontei-me com inúmeras questões que demandam maior aprofundamento, se não quisermos incorrer em equívocos de reproduzir nas novas práticas, velhas e autoritárias formas de trabalho social.

Estas reflexões sobre tema tão complexo, que tive a pretensão de apresentar neste trabalho, objetivou apenas analisar uma prática social desenvolvida no âmbito da saúde mental, trazendo algumas possibilidades para repensar esta prática e possibilitando a construção de novas formas de agir, de novos saberes voltados ao paradigma psicossocial apontado pela Reforma Psiquiátrica Brasileira.

## REFERÊNCIAS

AMARANTE, Paulo. *Loucos pela vida: a trajetória da reforma psiquiátrica no Brasil*. Rio de Janeiro : Fiocruz, 1995.

\_\_\_\_\_. (Org.) *Psiquiatria Social e Reforma Psiquiátrica*. Rio de Janeiro : Fiocruz, 1994.

\_\_\_\_\_. *O homem e a serpente: outras histórias para a loucura e a psiquiatria*. Rio de Janeiro : Fiocruz, 1996.

\_\_\_\_\_. A (clínica) e a Reforma Psiquiátrica. In: AMARANTE Paulo (Org.) *Archivos de Saúde Mental e Atenção Psicossocial*, Rio de Janeiro: NAU editora, 2003.

AMARANTE Paulo et al. Metamorfose ou invenção: notas sobre a história dos novos serviços em saúde mental no Brasil. In: VILELA. A.M.J.; CEREZZO, A.C.; RODRIGUES, H.B.C.(Orgs.). *Clyo-Psyché hoje: fazeres e dizeres psi na História do Brasil*. Rio de Janeiro : FAPERJ, 2001.

ASSOCIAÇÃO ARNALDO GILBERTI. Dados Institucionais: Estatuto, objetivos, projetos, população atendida, Curitiba, 2000.

BARLETA, Cleuse M. B. *Relatório sobre a Rede de Atenção a Saúde Mental no Paraná*. Secretaria de Estado da Saúde. Coordenação de Saúde Mental, 2003. (Não Publicado).

BARROS, R.D.B. et al. A desinstitucionalização da loucura, os estabelecimentos de cuidado e as práticas grupais. In: VILELA. A.M.J.; CEREZZO, A.C.; RODRIGUES, H.B.C.(Orgs.). *Clyo-Psyché hoje: fazeres e dizeres psi na História do Brasil*. Rio de Janeiro : FAPERJ, 2001.

BECKER, Howard S. *Métodos de pesquisa em ciências sociais*. 4.<sup>a</sup> ed. São Paulo, Hucitec, 1999..

BRANDÃO, I. R. As bases epistemológicas da psicologia comunitária. In: BRANDÃO, I. R; BOMFIN, Z. A .C.(orgs). *Os jardins da psicologia comunitária*. Ceará – UFC-ABRAPSO, 1999, p.31-47.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Cadernos Juventude, Saúde e Desenvolvimento*. Vol. I. Brasília : 1999.

BRASIL. III Conferência Nacional de Saúde Mental, diretrizes para atendimento a criança e ao adolescente, Rio de Janeiro, 2001.

CAMARGO, D. *Emoção, primeira forma de comunicação*. Revista Interação, vol. 03, janeiro, Curitiba: ABDR, 1999, p.9-19.

\_\_\_\_\_. *As emoções no processo de aprendizagem*. Tese de Doutorado. São Paulo: PUC, 1997.



CASTRO, M. et al. *Cultivando vida, desarmando violências :experiências em educação, cultura, lazer, esporte e cidadania com jovens em situações de pobreza*. Brasília : UNESCO, 2002.

CIAMPA, A.C. *A estória do Severino e a história da Severina – um ensaio de Psicologia Social*. 7ª reimpressão. São Paulo : Brasiliense, 2001.

\_\_\_\_\_. Identidade. In: LANE, S.T.M.; CODO M. (Orgs). *Psicologia Social – O homem em movimento*. 12ª ed., São Paulo: Brasiliense, 1984.

ESPADA, Alejandro Á.; DE LA HOZ, Antonio G. (1994). De las concepciones del grupo terapéutico a sus aplicaciones psicossociales. In: DELGADO, J. M.; GUTIÉRREZ, E. (Orgs.). *Métodos y Técnicas cualitativas de investigación en ciencias sociales*. Madrid: Ed. Síntesis S.A, 1994.

FERREIRA, A.B.H. *Dicionário da Língua Portuguesa*. São Paulo : Nova Fronteira, 1995.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. 10ª ed. Rio de Janeiro : Paz e Terra. 1981.

FRIEDMAN, S . Uma aproximação metodológica ao estudo das emoções In: LANE, S.T.M; SAWAIA, B. B. (Orgs). *Novas Veredas da Psicologia Social* São Paulo : Brasiliense, 1995.

GOFFMAN, E. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Trad. Márcia B. M. L. Nunes. 4ª ed. Rio de Janeiro : Zahar, 1988.

HELLER, Agnes. *O cotidiano e a História*. 6ª ed. São Paulo : Paz e Terra, 2000.

JACQUES, M. G. Identidade. In: STREY, M.N. et al. *Psicologia Social Contemporânea*. Petrópolis : 1998., p.159-167.

LANE, S.T.M.; SAWAIA, B.B.(orgs.). *Novas veredas da psicologia social*. São Paulo : EDUC, 1995.

LANE, S.T.M. O processo grupal. In: LANE, S.T.M.; CODO M. (Orgs). *Psicologia Social – O homem em movimento*. 12ª ed., São Paulo: Brasiliense, 1984, p.79=98.

LANE, S.T.M; FREITAS, M.F.Q. *Processo grupal na perspectiva de Martin-Baró: reflexões acerca de seis contextos concretos*. Revista Interamericana de Psicologia, vol.31, nº 2, 1997, p.293-308.

LEONTIEV, A. *O desenvolvimento do psiquismo*. Trad. Manuel Dias Duarte. Lisboa : Editora Livros Horizonte,1978.

MARTIN-BARÓ, I. *Sistema, Grupo y Poder – Psicologia Social desde Centroamerica II*. 2ªed San Salvador : UCA, 1993.

MINAYO, Maria C. S. *O desafio do conhecimento*. São Paulo: Hucitec, 2000.

NOVO, Helerina A. Quem tem medo das emoções? In: SOUZA, Lídio (Org.). *Psicologia: reflexões (im)pertinentes*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1998, p.63-81.

NEVES, W.M.J. *As formas de significação como mediação da consciência: um estudo sobre o movimento da consciência de um grupo de professores*. Tese de Doutorado. São Paulo: PUC, 1997.

OSTROWER, F. *Linguagem e Conteúdos em casos e criação artística*. 3<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

PERARO FILHO, C. *O processo grupal como condição de ensino e conscientização*. Tese de Doutorado. São Paulo : PUC, 1988.

PINO, A. *Semiótica e Cognição na Perspectiva Histórico-Cultural*. Revista Temas de Psicologia, n.º 01. Ribeirão Preto : Sociedade Brasileira de Psicologia, 1993, p. 31-40.

RIMÉ, B. *Lê Partage social des émotions*. In: RIME, B.; SCHERER, K. *Textes de base em psychologie: les émotions*. Neuchatel-Paris : Delachaus & Niestlé, 1993.

RAMOS, R. S. et al. *Bases para uma re-significação do trabalho de enfermagem junto ao adolescente*, In: *Adolescer: compreender, atuar, acolher*. Projeto Acolher. Associação Brasileira de Enfermagem. Brasília, 2001.

ROTELLI, F.; DE LEONARDIS, O.; MAURI, D. *Desinstitucionalização, uma outra via*. In: NICÁCIO, M.F. (Org.) *Desinstitucionalização*. São Paulo : Hucitec, 2001.

SALLAS, A. L. F. et al. *Os jovens de Curitiba: esperanças e desencantos, juventude, violência e cidadania*. Brasília : UNESCO, 1999.

SERRÃO, M.; BALEEIRO, M. C. *Aprendendo a Ser e a Conviver*. 2<sup>a</sup>.ed, São Paulo : FTD, 1999.

VYGOTSKY, L. S. *Pensamento e Linguagem*. Trad. Jéferson Luiz Camargo. São Paulo : Martins Fontes, 1993.

\_\_\_\_\_. *A Formação Social da Mente*. Trad. Mônica Stahel M. da Silva. São Paulo : Martins Fontes, 1994.

WANDERLEY, L. R. *Educação popular e o Processo de Democratização*. In: BRANDÃO, C. R. A. *Questão Política da Educação Popular*. São Paulo : Brasiliense, 1980.

ZANELLA, A.V.; BALBINOT, G.; PEREIRA, R. S. *Re-criar a (na) Renda de Bilro: Analisando a nova trama tecida*. Psicologia Reflexão e Crítica, Vol.13, nº 3, 2000, p.12-18.

## BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BOMFIM, Zulmira A.C. A Mediação Emocional no Desvelar da Identidade Comunitária. In: BRANDÃO, I. R; BOMFIN, Z. A. C. (Orgs.). Os Jardins da psicologia comunitária. Fortaleza : UFC-ABRAPSO, 1999, p. 99-109.

CARLOS, S. A. O Processo Grupal. In: STREY, M. N. et al. *Psicologia Social Contemporânea*. Petrópolis : Vozes, 1998, p.199-206

FREITAS, M.F.Q. Novas práticas e velhos olhares em psicologia comunitária: uma conciliação possível? In: SOUZA, Lídio (Org.) *Psicologia: reflexões(im)pertinentes*. São Paulo : Casa do Psicólogo, 1998, p.83-108.

\_\_\_\_\_. O movimento da lente focal na história recente da psicologia Latino-americana. In: CAMPOS M.H.F.; GUARESHI P. (Orgs.).*Paradigmas em Psicologia Social: a perspectiva Latino-americana*. Petrópolis : Vozes, 2000, p.167-185.

LANE S.T.M.; ARAUJO, Y.(Orgs.). *Arqueologia das emoções*. Petrópolis : Vozes, 2000.

MARTIN-BARÓ, I.*Acción y Ideología: psicología social desde centroamérica*. 11ªed. San Salvador : UCA, 2001.

ROCHA, C.M.(2001) *.O acompanhamento do Adolescente no meio social*. In: *Adolescer: compreender, atuar, acolher*. Projeto Acolher. Associação Brasileira de Enfermagem. Brasília, 2001.

SILVA, N. Subjetividade. In: STREY, M. N. et al. *Psicologia Social Contemporânea*. Petrópolis : Vozes, 1988, p.168-180.

SILVA, M.V. *Processo grupal, afetividade, identidade e poder em trabalhos comunitários: paradoxos e articulações*. Tese de Doutorado. São Paulo : PUC, 2000.

SAWAIA, B. B. *A emoção como locus de produção do conhecimento – uma reflexão inspirada em Vygotsky e no seu diálogo com Espinosa*. São Paulo : PUC, 2000.

\_\_\_\_\_. (Org.). *As artimanhas da exclusão: Análise psicossocial e ética da desigualdade social*. 2ª ed. Petrópolis : Vozes, 2001.

TORO, R. A. *Biodanza*. Trad. Marcelo Tapia. São Paulo : Olavobrás-EPB, 2002.

VALSINER, J. *A construção subjetiva da intersubjetividade*. Revista Interfaces – O que é o homem?, Vol. 01 (jul-dez), 1997, p.1-19.

VIOLANTE, M. L. *Socialização e Identidade*. São Paulo : UNESP, 1986, p 1-19.

ZANELLA, A.V.; LESSA, C.T.; DA ROS, S. Z. *Contextos Grupais e Sujeitos em Relação Sobre Grupos Sociais*. Psicologia Reflexão e Crítica, 2002, p.211-218.

**ANEXOS**

## ANEXO I - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Gostaríamos de contar com sua participação em uma pesquisa que fará parte de minha dissertação no Mestrado de Psicologia da Infância e Adolescência, que realizo pela Universidade Federal Do Paraná.

Esta pesquisa têm por objetivo compreender os processos mediadores da identidade grupal, sendo objeto de estudo as atividades realizadas às quintas-feiras, com os jovens na Associação Arnaldo Gilberti. A pesquisa compreende de observação por parte da pesquisadora das atividades realizadas, de como se dá a participação/envolvimento dos jovens nas atividades e a interação entre eles, pelas expressões verbais e corporais manifestas durante as atividades.

Consideramos que não existem riscos previsíveis durante para realização destas atividades, uma vez que apenas estaremos observando como se desenvolve a interação entre os participantes em seu ambiente habitual. Para tanto, a pesquisadora necessitará de gravar e filmar encontros do grupo, bem como realizar entrevistas com alguns participantes. Os participantes da pesquisa podem solicitar da pesquisadora, esclarecimentos se surgirem dúvidas a respeito da pesquisa e dos métodos adotados.

Sua participação é voluntária, e poderá ser retirada a qualquer momento, não tendo relação com a sua permanência nos encontros realizados.

Esta pesquisa não está vinculada a benefícios financeiros, porém, entendemos que você estará colaborando para a construção de um trabalho focado na realidade em que vive, podendo contribuir desta maneira para este estudo com possibilidades de viabilização de outros espaços semelhantes.

Sua identidade será mantida em sigilo.

Declaro que li e entendi as informações que me foram transmitidas acima e concordo em participar do estudo em referência.

Curitiba,..... de ..... 2002.

Participante:..... Assinatura:.....

Responsável:..... Assinatura:.....

Desde já agradecemos a sua colaboração!

Pesquisadora: Claudia Márcia V. Gusmão- Assistente Social – CRESS 2393/11ª.R

Fone: 343.2253/9183.9463

**ANEXO II - Legislação em Saúde Mental.****LEGISLAÇÃO EM SAÚDE MENTAL**

1) Lei n.º 10.216, de 6 de abril de 2001

*Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental.*

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA**

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º Os direitos e a proteção das pessoas acometidas de transtorno mental, de que trata esta Lei, são assegurados sem qualquer forma de discriminação quanto à raça, cor, sexo, orientação sexual, religião, opção política, nacionalidade, idade, família, recursos econômicos e ao grau de gravidade ou tempo de evolução de seu transtorno, ou qualquer outra.

Art. 2.º Nos atendimentos em saúde mental, de qualquer natureza, a pessoa e seus familiares ou responsáveis serão formalmente cientificados dos direitos enumerados no parágrafo único deste artigo.

Parágrafo único. São direitos da pessoa portadora de transtorno mental:

- I - ter acesso ao melhor tratamento do sistema de saúde, consentâneo às suas necessidades;
- II - ser tratada com humanidade e respeito e no interesse exclusivo de beneficiar sua saúde, visando alcançar sua recuperação pela inserção na família, no trabalho e na comunidade;
- III - ser protegida contra qualquer forma de abuso e exploração;
- IV - ter garantia de sigilo nas informações prestadas;
- V - ter direito à presença médica, em qualquer tempo, para esclarecer a necessidade ou não de sua hospitalização involuntária;
- VI - ter livre acesso aos meios de comunicação disponíveis;
- VII - receber o maior número de informações a respeito de sua doença e de seu tratamento;
- VIII - ser tratada em ambiente terapêutico pelos meios menos invasivos possíveis;
- IX - ser tratada, preferencialmente, em serviços comunitários de saúde mental.

Art. 3.º É responsabilidade do Estado o desenvolvimento da política de saúde mental, a assistência e a promoção de ações de saúde aos portadores de transtornos mentais, com a devida participação da sociedade e da família, a qual será prestada em estabelecimento de saúde mental, assim entendidas as instituições ou unidades que ofereçam assistência em saúde aos portadores de transtornos mentais.

Art. 4.º A internação, em qualquer de suas modalidades, só será indicada quando os recursos extra-hospitalares se mostrarem insuficientes.

§ 1.º O tratamento visará, como finalidade permanente, a reinserção social do paciente em seu meio.

§ 2.º O tratamento em regime de internação será estruturado de forma a oferecer assistência integral à pessoa portadora de transtornos mentais, incluindo serviços médicos, de assistência social, psicológicos, ocupacionais, de lazer, e outros.

§ 3.º É vedada a internação de pacientes portadores de transtornos mentais em instituições com características asilares, ou seja, aquelas desprovidas dos recursos mencionados no § 2.º e que não assegurem aos pacientes os direitos enumerados no parágrafo único do art. 2.º.

Art. 5.º O paciente há longo tempo hospitalizado ou para o qual se caracterize situação de grave dependência institucional, decorrente de seu quadro clínico ou de ausência de suporte social, será objeto de política específica de alta planejada e reabilitação psicossocial assistida, sob responsabilidade da autoridade sanitária competente e supervisão de instância a ser definida pelo Poder Executivo, assegurada a continuidade do tratamento, quando necessário.

Art. 6.º A internação psiquiátrica somente será realizada mediante laudo médico circunstanciado que caracterize os seus motivos.

Parágrafo único. São considerados os seguintes tipos de internação psiquiátrica:

- I - internação voluntária: aquela que se dá com o consentimento do usuário;
- II - internação involuntária: aquela que se dá sem o consentimento do usuário e a pedido de terceiro; e
- III - internação compulsória: aquela determinada pela Justiça.

Art. 7.º A pessoa que solicita voluntariamente sua internação, ou que a consente, deve assinar, no momento da admissão, uma declaração de que optou por esse regime de tratamento.

Parágrafo único. O término da internação voluntária dar-se-á por solicitação escrita do paciente ou por determinação do médico assistente.

Art. 8.º A internação voluntária ou involuntária somente será autorizada por médico devidamente registrado no Conselho Regional de Medicina - CRM do Estado onde se localize o estabelecimento.

§ 1.º A internação psiquiátrica involuntária deverá, no prazo de setenta e duas horas, ser comunicada ao Ministério Público Estadual pelo responsável técnico do estabelecimento no qual tenha ocorrido, devendo esse mesmo procedimento ser adotado quando da respectiva alta.

§ 2.º O término da internação involuntária dar-se-á por solicitação escrita do familiar, ou responsável legal, ou quando estabelecido pelo especialista responsável pelo tratamento.

Art. 9.º A internação compulsória é determinada, de acordo com a legislação vigente, pelo juiz competente, que levará em conta as condições de segurança do estabelecimento, quanto à salvaguarda do paciente, dos demais internados e funcionários.

Art. 10. Evasão, transferência, acidente, intercorrência clínica grave e falecimento serão comunicados pela direção do estabelecimento de saúde mental aos familiares, ou ao representante legal do paciente, bem como à autoridade sanitária responsável, no prazo máximo de vinte e quatro horas da data da ocorrência.

Art. 11. Pesquisas científicas para fins diagnósticos ou terapêuticos não poderão ser realizadas sem o consentimento expresso do paciente, ou de seu representante legal, e sem a devida comunicação aos conselhos profissionais competentes e ao Conselho Nacional de Saúde.

Art. 12. O Conselho Nacional de Saúde, no âmbito de sua atuação, criará comissão nacional para acompanhar a implementação desta Lei.

Art. 13. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 6 de abril de 2001; 180.º da Independência e 113.º da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

*Jose Gregori*

*José Serra*

*Roberto Brant*



**LEI N.º 11189, DE 09 DE NOVEMBRO DE 1995**

Dispõe sobre condições para internações em hospitais psiquiátricos e estabelecimentos similares de cidadãos com transtornos mentais.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º - Com fundamento em transtorno em saúde mental, ninguém sofrerá limitação em sua condição de cidadão e sujeito de direito, internações de qualquer natureza ou outras formas de liberdade sem o devido processo legal nos termos do Art. 5.º inciso LIV, da Constituição Federal.

Parágrafo único – A internação de maiores de idade em hospitais psiquiátricos e estabelecimentos similares exigirá laudo médico que fundamente o procedimento, bem como informações que assegurem ao internado formar opinião, manifestar vontade e compreender a natureza de sua decisão.

Art. 2.º - O novo modelo de atenção em saúde mental consistirá na gradativa substituição do sistema hospitalocêntrico de cuidados às pessoas que padecem de sofrimento psíquico por uma rede integrada e variados serviços assistenciais de atenção sanitária e social, tais como ambulatórios, emergências psiquiátricas em hospitais gerais, leitos ou unidades de internação psiquiátricas em hospitais gerais, hospitais-dia, hospitais-noite, centros de convivência, centros comunitários, centros de atenção psicossocial, centros residenciais de cuidados intensivos, lares abrigados, pensões públicas comunitárias, oficinas de atividades construtivas e similares.

Art. 3.º - Fica condicionada à prévia aprovação pelo Conselho Estadual de Saúde, a construção e ampliação de hospitais psiquiátricos, públicos ou privados, e a contratação e financiamento pelo setor público, de novos leitos nesses hospitais.

§ 1.º - É facultado aos hospitais psiquiátricos a progressiva instalação de leitos em outras especialidades médicas na medida em que os leitos psiquiátricos forem sendo extintos, possibilitando a transformação destas estruturas em hospitais gerais ou em unidades de atenção à saúde mental conforme o previsto no Art. 2.º desta lei.

§ 2.º - No prazo de 3 (três) anos, contados da publicação desta Lei, serão reavaliados todos os hospitais psiquiátricos, visando aferir a adequação dos mesmos ao novo modelo instituído, como requisito para renovação da licença de funcionamento, sem prejuízo das vistorias e procedimentos de rotina.

Art. 4.º - Será permitida a construção de unidades psiquiátricas em hospitais gerais de acordo com as demandas loco-regionais, a partir de projeto a ser avaliado e

autorizado pelas secretarias e conselhos municipais de saúde, seguido de parecer final da Secretaria e do Conselho Estadual de Saúde.

§ 1.º - Estas unidades psiquiátricas deverão contar com áreas e equipamentos de serviços básicos comuns ao hospital geral, com estrutura física e pessoal adequado ao tratamento aos portadores de sofrimento psíquico, sendo que as instalações referidas no caput não poderão ultrapassar a 10% (dez por cento) da capacidade instalada, até o limite de 30 (trinta) leitos por unidade operacional.

§ 2.º - Para fins desta Lei, entender-se-á como unidade psiquiátrica aquela instalada e integrada ao hospital geral que prestem serviços no pleno acordo aos princípios desta Lei, sem que, de qualquer modo, reproduzam efeitos próprios do sistema hospitalocêntrico de atendimento em saúde mental.

Art. 5.º - Quando da construção de hospitais gerais no Estado, será requisito imprescindível a existência de serviço de atendimento para pacientes que padecem de sofrimento psíquico, guardadas as necessidades de leitos psiquiátricos locais e/ou regionais.

Art. 6.º - As instituições privadas de saúde é assegurada a participação no sistema estabelecido nesta Lei, nos termos do Art. 199, da Constituição Federal.

Art. 7.º - O novo modelo de atenção em saúde mental, na sua operacionalidade técnico-administrativa, abrangerá, necessariamente, na forma da Lei Federal e respeitadas as definições constitucionais referentes às competências, os níveis estadual e municipais, devendo atender às peculiaridades regionais e locais, observando o caráter do Sistema Único de Saúde.

§ 1.º - Os conselhos estadual e municipais de saúde, constituirão Comissões de Saúde Mental, com representação de trabalhadores em saúde mental, autoridades sanitárias, prestadores e usuários dos serviços, familiares, representantes da Defensoria Pública e da comunidade científica, que deverão propor, acompanhar e exigir das secretarias estadual e municipais de saúde, o estabelecido neste artigo.

§ 2.º - As secretarias estadual e municipais de saúde disporão de 1 (um) ano, contados da publicação desta Lei, para apresentarem respectivamente, aos conselhos estadual e municipais de saúde o planejamento e cronograma de implantação dos novos recursos técnicos de atendimento.

Art. 8.º - Os recursos assistenciais previstos no Art. 2.º desta Lei serão implantados mediante ação articulada dos vários níveis do Governo de acordo com critérios definidos pelo Sistema Único de Saúde – SUS –, sendo de competência dos conselhos estadual e municipais de saúde o exame das condições estabelecidas pelas secretarias estadual e municipais de saúde, para superação do modelo hospitalocêntrico.

Parágrafo único - Os conselhos estadual e municipais de saúde deverão exigir critérios objetivos, respectivamente, das secretarias estadual e municipais de saúde, para a reserva de leitos psiquiátricos indispensáveis nos hospitais gerais, observados os princípios desta Lei.

Art. 9.º - A implantação e manutenção da rede de atendimento integral em saúde mental será descentralizada e municipalizada, observadas as particularidades sócio-culturais locais e regionais, garantida a gestão social destes meios.

Parágrafo único - As prefeituras municipais providenciarão em cooperação com os representantes do Ministério Público local a formação de conselhos comunitários de atenção aos que padecem de sofrimento psíquico, que terão por função principal, assistir, auxílio e orientar as famílias, de modo a garantir a integração social e familiar dos que forem internados.

Art. 10 - A internação compulsória é aquela realizada sem o expreso consentimento do paciente, em qualquer tipo de serviço de saúde, sendo o médico o responsável por sua caracterização.

§ 1.º - A internação psiquiátrica compulsória deverá ser comunicada pelo médico que a procedeu, no prazo de 72 (setenta e duas) horas, à autoridade do Ministério Público, e quando houver, à autoridade da Defensoria Pública.

§ 2.º - A autoridade do Ministério Público, ou, quando houver da Defensoria Pública, deverá emitir parecer sobre a necessidade e legalidade do ato de internação e da manutenção do internamento, desde que exista solicitação neste sentido, e que constitua uma junta interdisciplinar composta por 03 (três) membros, sendo um psiquiatra, um psicólogo e um outro profissional da área de saúde mental com formação de nível superior.

Art. 11 - O Ministério Público realizará vistorias periódicas nos estabelecimentos que mantenham psiquiátricos, com a finalidade de verificar a correta aplicação desta Lei.

Art. 12 - Aos pacientes asilares, assim entendidos aqueles que perderam o vínculo com a sociedade familiar, e que se encontram ao desamparo e dependendo do Estado para sua manutenção, este providenciará atenção integral, devendo, sempre que possível, integrá-los à sociedade através de políticas comuns com a comunidade de sua proveniência.

Art. 13 - A Secretaria Estadual de Saúde, para garantir a execução dos fins desta Lei, poderá cessar licenciamentos, aplicar multas e outras punições administrativas previstas na legislação em vigor, bem como expedirá os atos administrativos necessários à sua regulamentação.

Art. 14 - No prazo de 03 (três) anos, contados da publicação desta Lei, o novo modelo de atenção em saúde mental será reavaliada quanto aos seus rumos e ritmo de implantação.

Art. 15 - Compete aos conselhos municipais de saúde, observadas as necessidades regionais e com homologação do Conselho Estadual de Saúde, a definição do ritmo de implantação da rede de atendimento integral em sua saúde mental.

Art. 16 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO EM CURITIBA, em 9 de novembro de 1995.

**JAIME LERNER**

Governador do Estado

**Armando Martinho Raggio**

Secretário de Estado da Saúde